

Universidade Estadual do Piauí

**Anais do
I COLÓQUIO NACIONAL
SOCIEDADE, CULTURA E TRABALHO**

Diálogos sobre fronteiras no mundo rural

De 13 a 15 de Novembro de 2019
Campus Poeta Torquato Neto



FUESPI

**CRISTIANA COSTA DA ROCHA
LUCAS RAMYRO GOMES DE BRITO**

**I COLÓQUIO NACIONAL SOCIEDADE, CULTURA E TRABALHO:
DIÁLOGOS SOBRE FRONTEIRAS NO MUNDO RURAL**
(Anais)

1ª Edição

Teresina - PI
Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI
2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Rosineide Candeia de Araújo
Vice-Reitora

**Nayana Pinheiro Machado de
Freitas Coelho**
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Gustavo Oliveira de Meira Gusmão
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

Ailma do Nascimento Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Antônio Soares Júnior
Pró-Reitor de Administração

Geraldo Eduardo da Luz Júnior
Pró-Reitor Adj. de Administração

Raimundo Isídio de Sousa
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e
Finanças

**Eliene Maria Viana de Figueirêdo
Pierote**
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos
Estudantis e
Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ • UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias Governador do Estado
Maria Regina Sousa Vice-governadora do Estado
Evandro Alberto de Sousa Reitor
Rosineide Candeia de Araújo Vice-Reitora
Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Gustavo Oliveira de Meira Gusmão Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação
Ailma do Nascimento Silva Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Pedro Antônio Soares Júnior Pró-Reitor de Administração
Geraldo Eduardo da Luz Júnior Pró-Reitor Adj. de Administração
Raimundo Isídio de Sousa Pró-Reitor de Planejamento e Finanças
Joseane de Carvalho Leão Reitora Adj. de Planejamento e Finanças
Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários
Marcelo de Sousa Neto Editor da Universidade Estadual do Piauí
Autores Revisão
Editora e Gráfica UESPI e-book

C718 Colóquio Nacional Sociedade, Cultura e Trabalho (1. : 2019 : Teresina, PI). Anais do I Colóquio Nacional Sociedade, Cultura e Trabalho: diálogos sobre fronteiras no mundo rural, 13 a 15 de novembro de 2019 / Organizado por Cristiana Costa da Rocha, Lucas Ramyro Gomes de Brito. – Teresina: FUESPI, 2021.
E-book.

ISBN: 978-65-89616-12-2

1. História. 2. História social. 3. Trabalho. 4. Cultura.
I. Rocha, Cristiana Costa da (Org.). II. Brito, Lucas Ramyro Gomes de (Org.). III. Título.

CDD: 981.22

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI
UESPI (Campus Poeta Torquato Neto)
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

I Colóquio Nacional Sociedade, Cultura e Trabalho: diálogo sobre fronteiras no mundo rural

Comissão Organizadora:

Cristiana Costa da Rocha
Lucas Ramyro Gomes de Brito
Ana Cristina Meneses de Sousa
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Salânia Maria Barbosa Melo
Natanael Soares Pereira

Apoio Técnico:

Anny Elle Varanda Spindola
Aylanna Rayssa Silva de Moura Lemos
Brenda Maria Vieira Mendes
Francisco Rairan dos Santos Vilanova
Gabriel Ângelo da Silva Saraiva
Gabriel Piauilino Gramosa
Gerlândia da Rocha Luz
Helane Karoline Tavares Gomes
Helen Beatriz da Silva Araújo
Hortência Almeida Medeiros da Rocha
Iramaira de Oliveira Torres
Jefferson Giovani Silva Espinoza
Lucas Ramyro Gomes de Brito
Mateus Carvalho dos Santos
Matheus da Silva Assunção
Milena de Araújo Leite
Natanael Soares Pereira
Rafael Bruno Ferreira da Silva
Rebeca Barros Passos

Edição e Revisão:

Lucas Ramyro Gomes de Brito

Comissão Científica:

Alcebiades Costa Filho (UESPI/UEMA)
Antonio Alexandre Isídio Cardoso (UFMA)
Carlos Rerisson Rocha Costa (UESPI)
Cristiana Costa da Rocha (UESPI)
Elmo de Souza Lima (UFPI)
Francisco Chagas Oliveira Atanásio (UESPI)
Francisco de Assis de Sousa Nascimento (UFPI)
Gustavo Silvano Batista (UFPI)
Iraneide Soares da Silva (UESPI)
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)
Lucineide Barros Medeiros (UESPI)
Maria do Socorro Pereira da Silva (UFPI)
Marli Clementino Gonçalves (UFPI)
Maurício Fernandes da Silva (UFPI)
Rosângela Assunção (UESPI)
Salânia Maria Barbosa Melo (UESPI/UEMA)
Túlio Henrique Pereira (UFPI)

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho - NEHST

Rua João Cabral, 2231, Pirajá,
Teresina-PI, CEP: 64002-150
<https://csctuespi.blogspot.com>

Apresentação

A realização do **I Colóquio Nacional Sociedade, Cultura e Trabalho: diálogos sobre fronteiras no Mundo Rural** partiu de uma iniciativa de pesquisadores e estudantes vinculados ao Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade Trabalho – NEHST da Universidade Estadual do Piauí – *Campus* Poeta Torquato Neto, de reunir pesquisadores de diferentes IES em um evento de âmbito nacional no sentido de ampliar o debate acadêmico acerca da pesquisa no campo da História Social, com ênfase na problemática da Fronteira. Os diálogos sobre o Mundo Rural partiram da percepção de fronteiras pensada por Martins (2014), como lugar de alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. Nesse sentido, evidenciamos o contexto vivenciado pelas populações rurais, indígenas e quilombolas do país, que representam o *front* no embate com as ideias de progresso do agronegócio, hidronegócio e econegócio.

Atentos às questões expostas e que as mesmas devem ser pensadas desde diferentes ângulos, historiadores, sociólogos, antropólogos geógrafos e filósofos, reuniram-se do Colóquio durante 03 (três) dias para realização de conferências, mesas-redondas e sessões coordenadas, que resultaram em um Dossiê homônimo publicado pela Revista Vozes, Pretérito e Devir (2020) e na publicação desse Anais.

A problemática do Mundo Rural contemporâneo, bastante cara aos pesquisadores e parceiros do NEHST, motivou a organização de um evento científico que trouxesse a questão das Fronteiras para o centro do debate, fazendo valer o compromisso da UESPI com questões que nos avizinham e influenciam os modos de vida e trabalho de uma larga parcela de nossa sociedade. Nesse sentido, a oportunidade de reunir em um evento pesquisadores de diferentes IES é pensada em um campo de possibilidades de avanço das pesquisas em História Social, no sentido de compreender a reprodução da pobreza, desigualdades e as ações de sujeitos comuns em processos históricos particulares.

Em tempos de ataques ao ensino e a pesquisa acadêmica, também expressos na redução do número de editais e recursos destinados à realização de eventos científicos, os pesquisadores e estudantes do NEHST somam esforços para realização desse tipo de atividade, no sentido de fortalecer o trabalho conjunto de pesquisadores de diferentes IES na renovação de saberes, divulgação e ampliação do campo de estudo, em perspectiva multidisciplinar. Os debates estabelecidos sobre o Mundo Rural atuam de forma efetiva na formação de graduandos e estudantes vinculados aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de História e áreas afins.

SUMÁRIO

COMUNICAÇÕES DRAIS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 01: HISTÓRIA, TEATRO, MÚSICA E ESTÉTICA. | 15 |
| <i>Francisco de Assis de Sousa Nascimento, Ronyere Ferreira, Vanessa Soares Negreiros Farias</i> | |
| Conservação e restauro do painel “Sinfonia de Luz”, do artista piauiense Afrânio Castelo Branco: estudo de caso. | 16 |
| <i>Arlete Soares Godinho, Elenilce Soares Mourão, Cláudio José Araújo Silva, Lucas Ramyro Gomes de Brito</i> | |
| “Seja marginal, seja herói”: a estética da cor em Hélio Oiticica. | 17 |
| <i>Flávio Augusto Leite Soares, Fabio Leonardo Castelo Branco Brito</i> | |
| (Re)configurações das imagens do sertão no cinema brasileiro. | 18 |
| <i>José Luís de Oliveira e Silva</i> | |
| Art deco e moda: desenvolvimento de produto sustentável. | 19 |
| <i>Marinete Martins Vasconcelos, Célia Maria Santos Silva, Elenilce Soares Mourão</i> | |
| Cine Balaiada: uma intervenção metodológica para o ensino de História e valorização afro-brasileira a partir da estética cinematográfica. | 20 |
| <i>Taylon Jefferson da Silva Machado, Bruno Nascimento Gonçalves, Thalita Costa Souza, Reinaldo Barroso dos Santos Junior</i> | |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 02: SER PENSANTE, SER AGENTE: TRABALHO E RESISTÊNCIA DE ESCRAVIZADOS NO SÉCULO XIX. | 21 |
| <i>Rodrigo Caetano Silva</i> | |
| O bibelô da baronesa: as crianças escravas a partir do processo crime da Baronesa de Grajaú na últimas décadas do século XIX (1876-1877). | 22 |
| <i>Ana Caroline da Silva Magalhães, Jesus Hellen Leal Conceição, Reinaldo Barroso dos Santos Junior</i> | |
| Do Braço Escravo ao Livre. | 23 |
| <i>Hellen Beatriz da Silva Araújo, Rebeca Barros Passos, Alcebíades Costa Filho</i> | |
| Balaiada: construção da memória de um herói. | 24 |
| <i>Marcos Ruan de Almada Silva, Salânia Maria Barbosa Melo</i> | |
| Escravidão e Resistência: A condição da mulher escrava e relações sociais em periódicos no Piauí no século XIX. | 25 |
| <i>Mayara Layane Lira, Reinaldo Barroso dos Santos Junior</i> | |
| Vaqueiros no sertão de Jacobina-BA na segunda metade do século XIX: colonização/cultura, conflitos e dependência. | 26 |
| <i>Niedia Mariano Nunes, Jackson André Ferreira da Silva</i> | |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| “Era liberto e hoje privativamente é captivo”: ação de liberdade na cidade de Teresina em 1860. <i>Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno, Pedro Vilarinho Castelo Branco</i> | 27 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 03: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NOS SERTÕES DO BRASIL. <i>Alcebíades Costa Filho, Marcelo Reges Pereira</i> | 28 |
| Aspectos da alimentação no sul do Maranhão na obra de Francisco de Paula Ribeiro. <i>Bruno Nascimento Gonçalves, Marcos Ruan de Almada Silva</i> | 29 |
| A participação do trabalho agrícola no processo de formação da cidade de Matões-MA (1950-2017). <i>Francisco Rairan dos Santos Vilanova</i> | 30 |
| Materialidade, dinâmica e memória nas casas de farinha do Centro-norte piauiense. <i>Juan Marcelo Cardoso de Santana</i> | 31 |
| Agricultura de subsistência na comunidade quilombola Custaneira/Tronco município de Paquetá-Pi, Brasil. <i>Natanael Soares Pereira, Alcebíades Costa Filho</i> | 32 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 04: MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E ESPAÇOS. <i>Antonio Alexandre Isidio Cardoso, Márcio Douglas de Carvalho e Silva</i> | 33 |
| Etnicidade e mobilização indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (2000-2018). <i>Helane Karoline Tavares Gomes, Cristiana Costa da Rocha</i> | 34 |
| Figurantes mudos da História: estratégias de reterritorialização da Amazônia maranhense entre as décadas de 1960-1980. <i>Irisnete Santos de Melo</i> | 35 |
| Entre a triste partida e a chegada in(certa): reflexões mnemônicas sobre a história e a memória dos migrantes rurais na formação do bairro Piçarra em Teresina (1945-1970). <i>Ismael Sousa de Jesus, Marcelo de Sousa Neto</i> | 36 |
| Influências migratórias e trabalho: desafios dos jovens quilombolas da comunidade tradicional de Vão das Palmeiras, Chapada Diamantina-Bahia. <i>Jose Anne de Castro Alves, Claudilson Souza dos Santos</i> | 37 |
| Migrações Ceará-Piauí (1940-1970): elucidando algumas razões para migrar à luz de narrativas orais. <i>Lia Monnielli Feitosa Costa</i> | 38 |
| O fazer-se classe: cotidiano e disciplina de trabalho nas Frentes de Emergência de Combate à Seca no Piauí (1979-1983). <i>Lucas Ramyro Gomes de Brito, Cristiana Costa da Rocha</i> | 39 |
| Experiências de trabalhadores da fábrica Gecosa na década de 1980 a 1990. <i>Marcos Oliveira dos Santos, Cristiana Costa da Rocha</i> | 40 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| A seca de 1888/1889 e seus efeitos sobre a vila de Amarração: deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí. <i>Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Francisco de Assis de Sousa Nascimento, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</i> | 41 |
| Ecoss do discurso: desenvolvimento urbano de Teresina (1900-1930). <i>Matheus França dos Santos, Valdinar da Silva Oliveira Filho</i> | 42 |
| A seca de 1979 através do cotidiano dos trabalhadores de Bocaína, Picos- PI (1979-1996). <i>Milena de Araújo Leite, Cristiana Costa da Rocha</i> | 43 |
| Trabalhadores de Cocal de Telha: Trabalho, migração e relação social (1970-2019). <i>Natalia dos Santos Gomes, Reinaldo Barroso dos Santos Junior</i> | 44 |
| Do pão ao trabalho: caridade e assistência pública no combate aos efeitos da seca no Piauí (1877). <i>Rafaela Martins Silva</i> | 45 |
| Da madeira às águas: a questão ambiental no Brasil Império (1822-1834). <i>Ruan David Santos Almeida</i> | 46 |
| Nós não somos trouxas: história e memória das lavadeiras de roupas dos rios de Teresina (década de 1970). <i>Yasminn Escórcio Meneses da Silva, Marcelo de Sousa Neto</i> | 47 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 05: HISTÓRIA, TERRA E TRABALHO NO SERTÃO PIAUIENSE. <i>Cássio de Sousa Borges, Ivana Campelo Cabral</i> | 48 |
| Uma convergência possível? Reforma agrária e preservação do patrimônio cultural na localidade Brejo de São João (Pajeú do Piauí-PI). <i>Adonias Antonio Galvão Neto</i> | 49 |
| Mandonismo e violência na fronteira: potentados locais e a atividades de bandos armados no sul do Piauí entre 1900 e 1930. <i>Aelson Barros Dias</i> | 50 |
| O patrimônio cultural edificado como ferramenta de desenvolvimento sustentável. <i>André Felipe Sousa Cardoso, Pamela Krishna Ribeiro Franco Freire</i> | 51 |
| A questão fundiária na cadeia produtiva da cera da carnaúba (1930-1975). <i>Brenda Maria Vieira Mendes, Cristiana Costa da Rocha</i> | 52 |
| A Repartição Especial de Terras Públicas na Província do Piauí (1858-1860): política, burocracia e mediação de conflitos. <i>Cássio de Sousa Borges</i> | 53 |
| Trabalhadores esquecidos: estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor piauiense em meados do século XX. <i>Eliliane Raquel Monteiro Cardoso França, Cristiana Costa da Rocha</i> | 54 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A primeira regularização fundiária do Estado do Piauí (1896-1902): legislação agrária, cadastros imobiliários rurais e o surgimento da propriedade privada. <i>Flávio Almeida Martins</i> | 55 |
| “Comerás o pão com o suor do teu rosto”: trajetória sociopolítica do movimento trabalhista, na região de Marimondo, Barras (PI), entre 2003-2007. <i>Francisca Cibele da Silva Gomes, Evaniele Pereira Lages, Verônnica Passos de Carvalho, Jordan Bruno Oliveira</i> | 56 |
| O vínculo com a terra e as diferentes categorias de trabalhadores rurais livres no Piauí oitocentista. <i>Ivana Campelo Cabral</i> | 57 |
| O Agronegócio no Piauí: A dinâmica dos avanços e os impactos que permeiam essa atividade no cenário local (1980 – 2015). <i>João Victor Santos Visgueira, Cristiana Costa da Rocha</i> | 58 |
| Com todas as letras: um processo de construção histórica alfabetizadora do cidadão do campo nas cidades de União e Miguel Alves – 2004/2006. <i>José de Jesus Redusino</i> | 59 |
| Uma multidão de migrantes: assistencialismo e trabalho aos migrantes no Piauí (1877 -1879). <i>Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves, Victória Régia dos Santos Lima, Francisco Gleison da Costa Monteiro</i> | 60 |
| Entre bons patrões e trabalhadores obedientes: terra, trabalho e resistências em Miguel Alves/Piauí (1950-1990). <i>Marcelo Aleff de Oliveira Vieira, Eurípedes Antônio Funes</i> | 61 |
| Tecnologia e Ruralidade: considerações a partir da Tese da Colonização de Jürgen Habermas. <i>Maurício Fernandes da Silva</i> | 62 |
| As mães da seca: o clamor e a caridade no Piauí oitocentista. <i>Victória Régia dos Santos Lima, Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves, Francisco Gleison da Costa Monteiro</i> | 63 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 06: TÉCNICA E RURALIDADES: CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICO-HISTÓRICAS <i>Ana Paula Cantelli Castro, Gustavo Silvano Batista, Maurício Fernandes da Silva, Rodrigo Gerolineto da Fonseca</i> | 64 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 07: EDUCAÇÃO DO CAMPO E BNCC: DA FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO À FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO. <i>Lucineide Barros Medeiros, Maria Raquel Barros Lima, Marli Clementino Gonçalves, Maria do Socorro Pereira da Silva, Elmo de Souza Lima</i> | 65 |
| A Base Diversificada do Currículo das EFAS e a BNCC: Interrogações sobre a Formação para o Mundo do Trabalho e Emancipação dos camponeses. <i>Aline Cipriano Saraiva Damasceno, Tânia Karinny Pereira Pires, Lucineide Barros Medeiros</i> | 66 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Escola da Terra e Formação Continuada de Professores de Classes Multisseriadas do Meio Rural e desafios do trabalho docente. <i>Francisca Yara da Conceição, Gleiciane Alves Santos, Lucineide Barros Medeiros</i> | 67 |
| Escola Família Agrícola no Piauí: possibilidades de autonomia do trabalhador rural e suas interfaces com o ensino. <i>Hortência Almeida Medeiros da Rocha, Cristiana Costa da Rocha</i> | 68 |
| Da operacionalização do curso de Pedagogia da Terra na Universidade Federal do Maranhão: o contexto de formação de educadores do campo. <i>Safira Rego Lopes</i> | 69 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 08: AS INVESTIDAS DO CAPITAL E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA: CONFLITOS, MOVIMENTOS E HISTÓRIA DAS LUTAS POR DIREITOS. <i>Rosângela Assunção, Carlos Rerisson Rocha Costa</i> | 70 |
| As quebradeiras de coco do estado do Piauí na luta pelos seus direitos sociais. <i>Amara Prisciliana Brandão da Silva Ferreira, Cristiana Costa da Rocha</i> | 71 |
| Reforma Trabalhista, precarização do trabalho e imperativos do capital. <i>André Conceição de Sousa, Patrícia Soares de Andrade</i> | 72 |
| Sindicato dos Comerciários: entre ataques e resistência em tempos de crise (2011-2014). <i>Aryelton Araujo dos Santos</i> | 73 |
| Identidade Étnica e Direito ao Território: Resistência Gamela no Sudoeste Piauiense. <i>Cristhyan Kaline Soares da Silva</i> | 74 |
| O movimento dos trabalhadores sem teto e a luta pelo direito à cidade em Recife-PE. <i>Igor de Meneses Silva, Jully Gardemberg Burlamaqui das Neves, Jennyfer Annemberg Burlamaqui das Neves</i> | 75 |
| Movimentos sociais populares e a questão da centralidade política. <i>José da Cruz Bispo de Miranda</i> | 76 |
| Trabalho escravo e mídia: a construção da imagem do trabalhador escravizado maranhense através dos periódicos. <i>Laiz Algave Garcez, Matheus Sousa Barros, Savio Dias Rodrigues</i> | 77 |
| O capital minerador e as formas de resistência no campo piauiense. <i>Manuela Nunes Leal, Joelma França do Nascimento</i> | 78 |
| Sindicalismo Rural no Piauí (1980 – 2000). <i>Mateus Carvalho dos Santos, Cristiana Costa da Rocha</i> | 79 |
| A degradação do trabalho no campo: o contexto do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. <i>Matheus Sousa Barros, Laiz Algave Garcez, Sávio José Dias Rodrigues</i> | 80 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Cidade em conflito: a luta dos moradores favelados nos processos de ocupações em Teresina na década de 1990. <i>Regianny Lima Monte, Marcos Antônio de Menezes</i> | 81 |
| Docentes em Luta: a greve de docentes da Uespi em 2016. <i>Rosângela Assunção, Ana Paula Rocha de Oliveira</i> | 82 |
| Uso do território e grandes projetos de desenvolvimento em Moçambique. <i>Sávio José Dias Rodrigues</i> | 83 |
| A ferrovia Transnordestina em Paulistana: conflitos e resistência. <i>Simone Rodrigues da Silva</i> | 84 |
| Entre o descontentamento e a revolta: o movimento "Contra O Aumento" em Teresina (2011-2012). <i>Viviane Lopes de Araújo, Rosângela Assunção</i> | 85 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 09: A LEI 10.639/2003 NO ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS, IMPACTOS E POSSIBILIDADES. <i>Andreia Rodrigues de Andrade</i> | 86 |
| A Lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. <i>Andreia Rodrigues de Andrade</i> | 87 |
| As leis 10639/03 e 11645/08 – perspectivas e debates no campo da Antropologia da Educação. <i>Angélica Maria Vieira Cruz, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento</i> | 88 |
| Resgate e Perpetuação de Memórias: a EJA num contexto de valorização cultural em comunidades quilombolas na cidade de Seabra. <i>Carla Brandão Lopes, Jobson Lima Figueiredo</i> | 89 |
| Cenários de positivities sobre a causa dos afrodescendentes hoje no Brasil. <i>Cláudio José Araújo Silva</i> | 90 |
| O ensino de história e cultura afrobrasileira e africana e a lei 10.639/03: saberes, desafios e perspectivas. <i>Eliud Pereira de Souza Jácome, Claudilson Souza dos Santos</i> | 91 |
| A importância da Lei 10.639/2003 para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana na Escola João Galdino. <i>Francielcio Silva da Costa, Fernando da Silva Cunha, Maria Betânia Saraiva de Almeida, Carlos Eduardo da Conceição, Andréia Rodrigues de Andrade</i> | 92 |
| Da ausência na formação inicial ao chão da sala: as dificuldades enfrentadas pelos professores da Educação Básica em Caxias/MA na aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no Ensino de História. <i>Jakson dos Santos Ribeiro, Aldeanne Silva de Sousa, Ronnie Cássio Coêlho Silva</i> | 93 |
| As representações do negro nos livros didáticos de História no ensino fundamental do 6º ao 8º ano, nas cidades de Campo Maior e Altos. <i>Layane Muniz da Silva, Reinaldo Barroso Junior</i> | 94 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| “Boi de Mariá”: Memória e herança no processo de fortalecimento da identidade do quilombo Morro Redondo. <i>Marilza Barbosa Gomes de Jesus, Claudilson Souza dos Santos</i> | 95 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: TRÂNSITOS FRONTEIRIÇOS: DESLOCAMENTOS SENSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA. <i>Ana Cristina Meneses de Sousa, Túlio Henrique Pereira</i> | 96 |
| A Crítica Social em o Bom Crioulo, de Adolfo Caminha. <i>Amanda Gabriella Lima Leal, Ana Jackeline Pinheiro Porto, Gabriela Nathana Cunha, Joyce de Oliveira Silva, Carolina de Aquino Gomes</i> | 97 |
| A cidade de Teresina nas crônicas de Arimatéa Tito Filho. <i>Francisco Alcides do Nascimento</i> | 98 |
| Arte, Intelectualidade e Intervenção Urbana: Itinerário Artístico e Intelectual de Afonso Lima na Modernidade Teresinense nas Décadas de 1970 e 1980. <i>Francisco Lopes da Silva Filho</i> | 99 |
| Afinidades e contradições de almas esfomeadas: A representação da loucura nos contos O Retrato, de Nicolai Gogol, e O Espelho, de Machado de Assis. <i>Mara Vanessa Torres Menezes Federico, Ana Cristina Meneses de Sousa</i> | 100 |
| Memória, Literatura e História nas narrativas de O. G. Rego de Carvalho. <i>Natália Ferreira de Sousa, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz</i> | 101 |
| Representação do corpo feminino em Escravas de Coragem, de Kathleen Grissom: História, Gênero e Identidade. <i>Sharmilla O'hana Rodrigues da Silva</i> | 102 |
| História, memória e política na Primeira República: uma análise do livro Os fatores do Coelhado: escorço de história do historiador piauiense Clodoaldo Freitas. <i>Thaise de Sousa Araújo, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz</i> | 103 |
| A arte de furto na república da bruzundanga: a burocracia e os espaços da norma em Lima Barreto (1881-1922). <i>Thiago Venicius de Sousa Costa, Ana Cristina Meneses de Sousa</i> | 104 |
| Um triplo fascículo de história do Brasil: Diferentes produções históricas de sensibilidade em A. Varnhagem, C. de Abreu e G. Freyre. <i>Tiago Brito da Silva, Jonas Rodrigues de Moraes</i> | 105 |
| História e Literatura: A representação da loucura nas obras “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra” e “O outro pé da sereia” de Mia Couto. <i>Tiago Rabelo Felix. Ana Cristina Meneses de Sousa</i> | 106 |
| Entre a biografia e a literatura: Enquadramento de memória, representações, literatura e ilusão biográfica em Visconde da Parnaíba. <i>Wellington dos Santos Pereira, Pedro Pio Fontinele Filho</i> | 107 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 11: | 108 |
| HISTÓRIA, LITERATURA E LABOR INTELECTUAL: FONTES, METODOLOGIA E PRÁTICAS DE PESQUISA. | |
| <i>Mara Lígia Fernandes Costa, Gislane Cristiane Machado Tôrres</i> | |
| Manhã com memória, memória com Oeiras e com o poeta Nogueira Tapety. | 109 |
| <i>Audrey Maria Mendes de Freitas Tapety</i> | |
| Pensamento ecológico de Gilberto Freyre na obra nordeste sob o olhar da história ambiental. | 110 |
| <i>Daniela Fontenele Rocha, Francisco Gleison da Costa Monteiro</i> | |
| Janela sobre a metrópole órfica: Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou (1920-1932). | 111 |
| <i>Francisco Adriano Leal Macêdo, Fábio Leonardo Castelo Branco Brito</i> | |
| O Cronista e a Cidade: as vivências cotidianas teresinenses no começo do século XX. | 112 |
| <i>Fransuel Lima de Barros</i> | |
| Uma Escrita Tática: notas sobre os perfis biográficos produzidos por J. Miguel de Matos. | 113 |
| <i>Gislane Cristiane Machado Tôrres, Libertad Borges Bittencourt</i> | |
| Redesenho das subjetividades no plano da família patriarcal e a ação prescritiva dos bacharéis no Piauí da primeira República. | 114 |
| <i>Jarbas Gomes Machado Avelino</i> | |
| Quando poetas invadem as redações de jornais: a imprensa alternativa bate à porta da capital teresinense na década de 1970. | 115 |
| <i>Jardiane Lucena Nascimento, Fábio Leonardo Castelo Branco Brito</i> | |
| "Jornal das Moças": corpo, instrução e modernidade nos primeiros anos da República piauiense. | 116 |
| <i>Jayra Barros Medeiros, Marcelo de Sousa Neto</i> | |
| O desejo como protagonista: o erotismo na literatura de Clodaldo Freitas. | 117 |
| <i>Mara Lígia Fernandes Costa, Antonio Jorge Siqueira</i> | |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 12: | 118 |
| HISTÓRIA, CORPO E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS EM PERSPECTIVA DE GÊNERO | |
| <i>Joseanne Zingleara Soares Marinho, Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses</i> | |
| Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba: Atuação e assistência aos corpos acometidos por doenças. | 119 |
| <i>Aleisa de Sousa Carvalho Rocha, Francisco Gleison da Costa Monteiro</i> | |
| Fora da casinha: as mulheres e o acesso ao mercado de trabalho. | 120 |
| <i>Alveralicy da Costa Gomes, Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> | |
| As propagandas de medicamentos no tratamento aos doentes venéreos presentes no jornal "Gazeta" em Teresina na década de 1940. | 121 |
| <i>Ana Karoline de Freitas Nery, Elizangela Barbosa Cardoso</i> | |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Por uma educação não sexista: relatos discentes sobre a importância de projetos de extensões interdisciplinares que discutam questões de gênero. <i>Ângela Maria Macêdo de Oliveira</i> | 122 |
| Professoras e Mãezinhas: a Puericultura como um ideal na formação das normalistas no Piauí de 1930 a 1945. <i>Danielle Filgueiras Santos, Elane Beatriz de Sousa Góis, Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> | 123 |
| A trajetória dos estudos sobre as mulheres e gênero. <i>Débora Cristine Ferreira da Silva, Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> | 124 |
| A Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a assistência à saúde materno-infantil em Teresina (1942-1945). <i>Francilene Teles da Silva Sousa, Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> | 125 |
| Um estudo acerca da violência física contra a mulher na área urbana de Barras-PI: Impactos da Lei Federal nº 11.340/06 nos anos de 2006 a 2016. <i>Jassyara Maria Castro dos Santos, Maria da Conceição Rodrigues da Silva, Antonio Lisboa de Aguiar Junior</i> | 126 |
| Educação, corpo e feminino: normalistas e o magistério em Teresina- PI (1900-1940). <i>Lorena Maria de França Ferreira</i> | 127 |
| Loucura e gênero na colônia de Psicopatas Areolino de Abreu: diagnósticos, tratamentos e produção de masculinidades. (1966 - 1970). <i>Luiz Samuel Sousa Oliveira, Felipe da Cunha Lopes</i> | 128 |
| A História do Autismo no Piauí: trajetórias, saberes e inclusões. <i>Márcia Suely Santiago de Lira Araújo, Clarice Helena Santiago de Lira</i> | 129 |
| A educação feminina durante o Império: exclusão, acomodação e luta. <i>Maria Clara Lima Correia, Maria Clara Pereira Matos, Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> | 130 |
| A construção do gênero feminino na Colônia de Psicopatas Areolino de Abreu: diagnósticos, tratamentos e perfis sociais. <i>Maria Grazielle Nascimento de Sousa, Felipe da Cunha Lopes</i> | 131 |
| A concepção da loucura e gênero no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu: diagnósticos, tratamentos e perfis sociais (1956-1961). <i>Talia Silva do Carmo, Felipe da Cunha Lopes</i> | 132 |
| A maior participação das mulheres no mercado de trabalho e níveis de escolarização como condições para a não maternidade na cidade de Teresina (1995-2018). <i>Thayná Guedes Assunção Martins, Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> | 133 |

SESSÃO DE PÔSTERES

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Entre ensaios e reflexões: História, Literatura, Sociedade e Memória na obra de Manoel Paulo Nunes <i>Ana Paula Soares de Sousa, Pedro Pio Fonteneles Filho</i> | 135 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Espaço Geográfico do Piauí: exposição cultural com alunos do Ensino Médio. <i>Andressa Moraes Gonçalves de Miranda, Carolina Fernanda Azevedo Costa, Ana Beatriz de Sousa Miranda, Marcos Francisco de Sousa Segundo, Thiago Sávio Martins, Eric de Melo Lima</i> | 136 |
| A precarização do trabalho nas empresas de telemarketing em Teresina-PI de 2013 a 2017. <i>Any Elle Varanda Spíndola, Cristiana Costa da Rocha</i> | 137 |
| A História entre o concreto e o líquido: História, Narrativas e Memória do rompimento da Barragem de Algodões – PI <i>Arielly de Moura Nascimento, Pedro Pio Fontineles Filho</i> | 138 |
| Outras páginas do caminho: História, literatura e memória na obra de Francisco de Assis Iglésias <i>David Gonçalves Santos, Pedro Pio Fontineles Filho</i> | 139 |
| Tragédia na Comvap: denúncias e condições de trabalho dos “boias-frias” vítimas do acidente na Comvap (União, 1991).” <i>Gabriel Piauilino Gramosa</i> | 140 |
| Clio (Re) Desenhada: Ensino de História nos quadrinhos do “Zé Carioca” <i>Kleyton de Sousa Araújo, Pedro Pio Fontineles Filho</i> | 141 |

ST-01: HISTÓRIA, TEATRO, MÚSICA E ESTÉTICA.

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (UFPI)

Prof. Me. Ronyere Ferreira (UFPI)

Profa. Ma. Vanessa Soares Negreiros Farias (UESPI/UFPI)

Resumo: No decorrer das últimas décadas do século XX, as mudanças na historiografia brasileira possibilitaram a emergência de novas temáticas e perspectivas de análise. As artes, como o teatro, o cinema, a literatura e a música, até então objetos atinentes especialmente a seus respectivos críticos, passaram a compor os interesses de historiadores, que atualmente estabeleceram um consolidado campo de estudo. O presente Simpósio, intitulado “História, Teatro, Música e Estética”, trata-se da extensão das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa com o mesmo nome, cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq e integrado por pesquisadores de diversas universidades brasileiras. As artes são compreendidas nessa proposta como produto e produtora de processos sociais, que testemunham sobre as realidades, sobre as percepções e as representações do mundo. Considerando-se esse pressuposto, o objetivo central dessa proposta é aglutinar estudiosos interessados nas relações entre História e Arte, sobretudo o Teatro e a Música, enfocando seus códigos, seus signos, suas convenções artísticas, sujeitos, cenários, processos culturais, práticas e representações. Busca-se discutir, seja na dimensão estética ou social das artes, diferentes experiências históricas, ocorridas em diferentes espaços e temporalidades.

Palavras-chave: História. Teatro. Música. Estética.

Conservação e restauro do painel “Sinfonia de Luz”, do artista piauiense Afrânio Castelo Branco: estudo de caso.

Profa. Esp. Arlete Soares Godinho (Mestranda PPGAPM – UFPI)
Profa. Ma. Elenilce Soares Mourão (IFPI/UFPI)
Profa. Me. Cláudio José Araújo Silva (UESPI)
Prof. Esp. Lucas Ramyro Gomes de Brito (Semec – Teresina)

Resumo: Este artigo analisa um caso de conservação e restauro da cidade de Teresina, Piauí, Brasil: a retirada do painel “Sinfonia de Luz”, do artista piauiense Afrânio Pessoa Castelo Branco da parede do prédio da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), hoje gerenciado pela empresa Equatorial Energia. Devido a grande relevância do artista e de sua obra para a história e cultura da cidade, consideramos importante pesquisar sobre o acontecimento e sobre a atenção voltada para a preservação do patrimônio de bens culturais móveis do Piauí. Questionamos que fatores provocaram a degradação dos painéis, quem deve se responsabilizar pela restauração quem pagará a conta, o que poderia ter sido feito para evitar chegar em tal estado de degradação e que medidas devem ser tomadas agora. Através de pesquisa bibliográfica, reportagens *online* sobre o caso em *sites* de jornais locais e entrevistas por telefone, nos cercamos de dados para uma análise do fato ocorrido. A pesquisa traz a história da vida profissional do artista Afrânio Pessoa Castelo Branco, caracterização estilística de sua obra, bem como explicações que evidenciam a relevância de sua produção para a história cultural da cidade de Teresina, estudos sobre conservação e restauro e técnicas de pintura, discussões e considerações sobre o caso. Sabemos que os efeitos do tempo, lentamente provocam um envelhecimento natural dos materiais e que há uma série de outros fatores que degradam as pinturas como guerras, vandalismos, incêndios, inundações e catástrofes naturais, que provocam estragos difíceis ou impossíveis de recuperar, porém, existem outros não menos prejudiciais e que o homem pode exercer algum controle sobre eles, como o controle de clima, a iluminação, os elementos biológicos de degradação, insetos e micro-organismos, poluição ambiental, sistemas de emolduramento, fixação à parede, métodos de armazenamento, embalagem, transporte, que são aspectos fundamentais para a conservação de obras de arte. Portanto, o homem tem um papel fundamental em vários dos processos de alteração seja por omissão, por ausência de manutenção e controle dos fatores, seja pelas incontáveis intervenções impróprias que ao longo dos anos se aplicaram nas pinturas. Concluímos que o caso embora tenha demorado, vem sendo tratado com a devida atenção e conforme a importância que tem o artista e sua obra para a cidade, conquistada por meio de sua história como artista e como professor que influenciou e continua influenciando gerações de artistas, orgulhosos por terem em sua arte elementos que dialoguem com o estilo do mestre. Estamos confiantes, porém vigilantes e expectantes por um desfecho satisfatório que será o de poder garantir para as próximas gerações essa parte significativa do nosso legado cultural, através da possibilidade de fruir toda a beleza e riqueza contida nessas pinturas.

Palavras-chave: Arte. Conservação. Restauro. Pintura. Afrânio Castelo Branco.

“Seja marginal, seja herói”:

A estética da cor em Hélio Oiticica.

Flávio Augusto Leite Soares (Graduando História UFPI)
Prof. Dr. Fabio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)

Resumo: O mundo ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, sofreu profundas e aceleradas mudanças sociais que tiveram como consequência a emergência de novos atores sociais, e novas formas de compreensão do mundo. Nas Artes Plásticas não foi diferente. No meio de toda essa efervescência cultural e política, Hélio Oiticica (1937 -1980) se consolida como um artista de vanguarda, um experimentalista convicto e um intelectual das artes. Este trabalho possui o intuito de investigar especificamente dois projetos artístico de Oiticica, projeto este que se constrói entre o pensamento racional, cientificista e uma outra forma de produção de conhecimento pautada pela sensibilidade e pela criatividade. O primeiro deles em 1961, à maquete do seu *Projeto Cães de Caça* (1961), um conjunto de cinco penetráveis (modelos de labirintos com portas móveis) em escala monumental como forma de grande jardim, vislumbrado para espaço. Além de nova descoberta espacial, representou a síntese de algumas novidades do Neoconcretismo, ao incluir trabalhos de outros artistas, como o *Poema Enterrado*, de Ferreira Gullar, e o *Teatro Integral*, de Reynaldo Jardim. Ele concebe essa integração de elementos, no caso do *Poema Enterrado*, como se fosse uma necessidade de fundar um lugar arquitetônico para a palavra, levado a um extremo de solução, sendo, ao mesmo tempo, como que o enterro da poesia tradicional e o plantar de um novo tipo de expressão, inesperada, pura e nobre, pelo seu caráter temporal e altamente expressivo; seguindo a análise traremos uma obra para explicitar o posicionamento marginal do artista a bandeira “Seja Marginal / Seja Herói”, exposta pela primeira vez em fevereiro de 1968, na praça General Osório, no bairro de Ipanema. Damos atenção à relação entre a composição da obra, bem como seus contextos de exposição e a biografia do artista, trazendo a tona, em especial, seu posicionamento sobre o tema da marginalidade. Aqui, para a análise, reconhecemos as relações entre a vida do próprio artista e sua obra, afirmando os arquivos documentais - como cartas e reflexões teóricas - de Oiticica não só como lugares de memória, mas também como local de autoridade sobre os usos dessas memórias (COELHO, 2009). Sendo assim, para reconhecer a crítica político-social e as características artísticas um tanto quanto trágicas e socialmente complexas desenvolvidas em “Seja Marginal / Seja Herói”. Dentro de suas várias influências no teórico artístico olhemos para Bergson quando diz que junção de fatores preexistentes no mundo em determinada combinação que provém o novo conhecimento; o que equivale a dizer que o conhecimento é invenção de novas e livres combinações de elementos já existentes. Caberia ao artista refazer a organização desses elementos, propondo novas articulações. Articulações que deram origem ao seu desenvolvimento artístico a partir do teórico e da produção.

Palavras-chave: Artes Plásticas. Hélio Oiticica. Estética. Cor. Sensibilidade.

(Re)configurações das imagens do sertão no cinema brasileiro.

Dr. José Luís de Oliveira e Silva (IFPI)

Resumo: O artigo é parte do escopo de pesquisas desenvolvidas desde 2005 e que tem como mote pensar a construção imagética do sertão no cinema brasileiro. Extrapolando o objeto inicial, proponho uma reflexão mais ampla sobre a relação entre o fazer historiográfico e os usos de narrativas ficcionais, não para hierarquizar ou opor uma à outra, mas como forma de perceber os modos como a ficção extrapola os aspectos da temporalidade vivida, habilitando-se a “detectar, na forma das variações imaginativas, as potencialidades não efetuadas” de um tempo histórico (RICOEUR, 2007, p. 275). A capacidade da ficção de não apenas criar contextos imaginativos, mas, através da própria tessitura da sua intriga, construir sentidos articuladores da experiência temporal dos sujeitos, está relacionado ao que Paul Ricoeur chamou de imaginação produtora. Nesse sentido, cabe questionar: que relações podem existir entre uma obra cinematográfica e a temporalidade da sua produção? É coerente pressupor que ao lançar seu olhar sobre uma narrativa ficcional o historiador poderá encontrar outro universo que não apenas o construído por sua própria narrativa? Essas provocações sobre a relação do fazer historiográfico e a narrativa cinematográfica são fundamentais para se compreender a proposta deste artigo, qual seja, entender como historicamente a cultura brasileira, ancorada nas expectativas de cada época, (re)configurou as imagens do sertão no cinema nacional, sempre antenado com os projetos de nação, povo e cultura que se buscava construir. Para uma maior visibilidade de como esses projetos de nação passaram pela construção imagética do sertão no cinema brasileiro, tomo como ponto de estudo três filmes, cada um, marcado por momentos diferentes da história do Brasil: *O cangaceiro* (BRA, 1953), *Vidas Secas* (BRA, 1963) e *Abril Despedaçado* (BRA, 2001). O agenciar de imagens do sertão na cultura brasileira ocorreu sempre que por algum motivo buscou-se estabelecer as bases do que se pretende como sendo a cultura nacional, em especial a partir do ideal modernizador levado a cabo pelo Governo Republicano brasileiro e com a necessidade sentida à época pelas elites brasileiras de fazer uma espécie de atualização do Brasil em relação à cultura Ocidental. Nesses agenciamentos a própria significação do que seria o sertão não permanece estanque, ao contrário, foi sendo adaptada para melhor se adequar aos interesses em jogo. É desse modo que o sertão vai sendo caracterizado ora como espaço do atraso e da barbárie, que deve ser superado dentro da cultura nacional, ora como local de origem que o projeto de nação tem que visitar.

Palavras-chave: História. Cinema. Imagem. Sertão. Nação.

Art deco e moda: desenvolvimento de produto sustentável

Marinete Martins Vasconcelos (Mestranda em Artes, Patrimônio Museologia- UFPI)

Prof^ª. Me. Célia Maria Santos Silva – (UFPI)

Prof^ª. Me. Elenilce Soares Mourão –(IFPI)

Resumo: O desenvolvimento sustentável é um grande desafio para os criadores de novos produtos de moda, pois o curto ciclo de vida desses produtos e o apelo ao consumismo representam um entrave. O debate pelas questões ambientais é talvez o tema mais discutido no mundo, especialmente nos grandes centros onde a produção e concentração de resíduos é maior. Diariamente são descartados resíduos de todas as atividades de forma inadequada, gerando sérios problemas de saúde pública e ao meio ambiente. Tal fato desencadeia consequências irreversíveis que nem mesmo os avanços tecno científicos serão capazes de reverter. O presente trabalho busca alternativa de aproveitamento de resíduos sólidos a partir de sobras das indústrias de estofados, que certamente seriam descartados de forma inadequada. É possível desenvolver produtos com atributo comercial como propõe o Design: com baixo custo de produção e, sobretudo, com baixo impacto ambiental. O produto desenvolvido foi inspirado no movimento Art Deco, que foi um estilo decorativo de extensão internacional. Surgido na França, atingiu seu auge no período entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra Mundial. Esse movimento artístico se desenvolveu em uma época onde o lazer, a velocidade, as viagens, o luxo, as festas e o *jazz* auxiliavam as pessoas a esquecer os traumas da Primeira Grande Guerra Mundial se divertirem e olhar esperançosamente para o futuro. Inserido em um contexto que exaltava o consumismo, o estilo foi amplamente aplicado na arquitetura e na configuração e promoção de produtos como fonógrafos, aparelhos de rádio, automóveis, transatlânticos, aviões, cosméticos e filmes de Hollywood. (PISETTI & SOUZA, 2011). Especificamente a inspiração do nosso produto foi a arquitetura da mansão do protagonista da quinta adaptação do filme “O Grande Gatsby”. Os detalhes para o piso em dourado e preto, formas geométricas e um ar de luxo e requinte. A história se passa em Nova Iorque na década de 1920, época em que a sociedade americana vivia sob luxo e *glamour*, e conta, através da ótica de Nick Carraway, primo menos abastado de Daisy Buchanan, sobre o amor que Jay Gatsby, personagem principal, sente por Daisy. (NASCIMENTO, 2013). Como resultado, inferimos que o projeto teve êxito em toda a sua totalidade, posto que foi confirmado que a partir de resíduos sólidos é plenamente possível a fabricação de produto comercial de carácter atemporal e exclusivo, uma vez que trabalhar com resíduos significa que não se tem em grande quantidade de um mesmo padrão estético.

Palavras-chaves: Resíduos sólidos. Art Deco. Desenvolvimento sustentável. Moda. Produto de moda.

Cine Balaiada:

uma intervenção metodológica para o ensino de história e valorização afro-brasileira a partir da estética cinematográfica

Bruno Nascimento Gonçalves (Graduando em História – UEMA-PIBEX)
Taylon Jefferson da Silva Machado (Graduando em História – UEMA-PIBEX)
Thalita Costa Souza (Graduanda em História – UEMA-PIBEX)
Prof. Me. Reinaldo Barroso dos Santos Junior (UEMA-UESPI-NEAFRICA)

Resumo: O racismo tornou-se um elemento inegável, mesmo que dissimulado na sociedade brasileira. Justamente por ser endêmico e estrutural, o racismo precisa ser constantemente combatido por ações pontuais e presentes. O Cine Balaiada, desenvolvido na cidade de Caxias, é vinculado a PROEXAE da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e desenvolvido por alunos integrantes do NEÁFRICA que também estão matriculados no curso de Licenciatura em História do CESC-UEMA. O projeto tem como objetivo promover o debate sobre as relações étnico raciais através da exibição de filmes em Caxias e regiões circunvizinhas. Exibindo documentários, filmes nacionais, norte-americanos e europeus que retratam a história de ídolos negros, dos direitos civis, da exclusão de negros em diferentes partes do mundo, histórias de reinos africanos, bem como toda e qualquer outra temática oportuna que possa ser debatida. Apresenta-se como um projeto que pretende combater o racismo ao evidenciar a dinâmica dos negros no cotidiano social, através de filmes exibidos em espaços públicos e escolares. Para alcançarmos o objetivo desse projeto no primeiro momento nos deleitamos em referências bibliográficas, para assim nos aproximarmos mais da temática, posteriormente, elaboramos uma lista com possíveis filmes, os levamos a espaços públicos e escolas da rede pública de ensino e após a exibição realizamos rodas de conversas para explanarmos sobre pontos-chaves do filme exibido. Através dessas exposições podemos provocar debates na sociedade e, assim, proporcionar um ambiente reflexivo a respeito das questões raciais que ainda são muito estereotipadas pela sociedade. Durante o desenvolvimento do projeto, em 2018.2 e 2019.1, levamos filmes para duas escolas da cidade de Caxias, uma exposição na cidade de Aldeias Altas, fizemos exposições também na Zona Rural de Caxias e com os alunos da cidade de São João do Sóter que estiveram em Caxias, alcançando mais de 250 pessoas diretamente. É interessante perceber que ele não atingiu somente uma determinada faixa etária de idade, mas permeamos entre alunos de 11 a 19 anos de idade e todos esses puderam pensar, a sua maneira, as marcas causadas pelo racismo e fizeram isso de uma maneira tão agradável, assistindo filmes e documentários. Através da execução ficou muito evidente que também é possível aprender fora dos quadros. O projeto despertou nos discentes de cada escola que fomos um outro olhar acerca do uso das artes midiáticas, como ferramentas didáticas para o ensino de História, modificando a forma maçante e rotineira. Para tanto, a metodologia utilizada incentiva os telespectadores a repensar de maneira mais agradável as situações exibidas, partindo do uso da estética cinematográfica, que traz de forma mais impactante a realidade social. Diante disso podemos afirmar que o objetivo deste projeto está sendo alcançado já que estamos conseguindo criar reflexões sobre temas raciais através dos filmes exibidos.

Palavras-chave: História. Racismo. Cinema. Itinerante. Sociedade.

ST-02: SER PENSANTE, SER AGENTE: TRABALHO E RESISTÊNCIA DE ESCRAVIZADOS NO SÉCULO XIX.

Prof. Me. Rodrigo Caetano Silva (Doutorando UFPA)

Resumo: A escravidão de pessoas de grupos étnicos africanos e de seus descendentes foi uma instituição que prevaleceu por mais de trezentos anos no Brasil. Em oposição ao que foi escrito durante muito tempo, estudos fortemente alicerçados em análises feitas com a utilização de antolho e, que a partir disso, projetou-se inadequadamente uma visão restrita sobre o passado dos escravizados, indicando-os como vítimas de seu próprio tempo, surgiu, nos anos oitenta do século XX, pesquisas que possibilitaram o fortalecimento de uma produção historiográfica brasileira revisionista que colocaria os escravizados como agentes construtores de suas próprias ações. Eles seriam compreendidos, por essa historiografia revisionista, como transformadores de suas histórias e das sociedades em que se inseriam. Influenciados por essa “nova historiografia” muitos historiadores passaram a perceber a capacidade dos escravizados de resistir ao sistema. Por exemplo, Angélica era uma escravizada que estava matriculada na coletoria da cidade de União, província do Piauí, e que comprou sua liberdade utilizando como moeda de troca um cavalo. Assim, é importante perceber o sistema escravista como algo complexo e, fazer análise da instituição sem a utilização de antolho; nesta perspectiva, é importante enxergar os escravizados como elementos que pensavam e agiam, utilizando-se de várias estratégias para resistir ao sistema, como ficou perceptível no caso de Angélica. Nesse mote, este simpósio temático busca reunir trabalhos que versem, nos seus múltiplos aspectos, sobre a escravidão, no Brasil, de pessoas de grupos étnicos africanos e de seus descendentes, no período que compreende o século XIX.

Palavras-Chave: Escravidão. Trabalho. Brasil.

O bibelô da baronesa:

as crianças escravas a partir do processo crime da Baronesa de Grajaú nas últimas décadas do século XIX (1876-1877).

Ana Caroline da Silva Magalhães (Graduando em História (UEMA/PIBIC/NEAFRICA))
Jesus Hellen Leal Conceição (Graduanda em História (UEMA/PIVIC/NEAFRICA))
Prof. Me. Reinaldo dos Santos Barroso (UEMA/UESPI/NEAFRICA)

Resumo: Este trabalho enfoca a presença e a representação da criança escrava na segunda metade do século XIX a partir dos “Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú 1876 – 1877” montados pelo famigerado procurador Celso Magalhães, processo existente nos arquivos do Ministério Público do Estado do Maranhão que relata o infanticídio cometido por uma grande proprietária contra sua criança escrava. Seguimos alguns dos conceitos definidos nos trabalhos de Rafael Domingos Oliveira da Silva que pesquisou sobre o escravismo infantil, sua definição e peculiaridades, tentando entender os diferentes meandros da vida escrava adulta que é objeto principal dos trabalhos sobre escravidão. Analisaremos de forma sucinta os ângulos desse temeroso caso, que se trata da acusação à dona Ana Rosa Viana Ribeiro, mulher do líder do Partido Liberal, Carlos Fernando Ribeiro, ela se tornaria, posteriormente, conhecida como a “Baronesa de Grajaú”, pelas constantes sevícias e maus tratos resultou, por consequência, no assassinato do seu escravo, menino de 8 anos, de nome Inocêncio. O crime obteve grande repercussão, passou a ser um marco na História do Maranhão do século XIX e nos mostra aspectos da vida cotidiana desses “pequeninos”, bem como representa um forte retrato da escravidão maranhense e brasileira. A partir desse processo podemos perceber a dualidade da escravidão infantil que torna-se um adulto escravo, futuramente, com a clara função enredada nas lógicas de trabalho, sim, pois, essa criança crescia e, por ventura, viraria um escravo pronto, apreendendo todos os saberes e artimanhas necessárias, as crianças passariam a ser utilizadas como força de trabalho ou mão de obra escrava, mas ao mesmo tempo sofrendo com as atenções abusivas de seus senhores que lhe usavam como um “brinquedo”, um objeto que atendia aos seus valores e anseios. Dessa maneira, podemos perceber o quão complexa era a relação entre senhores (as) e as crianças escravas, já que as mesmas eram vistas como uma espécie de “objeto” de uso pessoal ou “animal doméstico” e que apesar da pouca idade o pequeno que convivia adjunto de suas famílias ou nos grandes casarões, já internalizava que a sua posição social era irrelevante, por ser negro e filho de escrava. Portanto, buscou-se apresentar a importância de se estudar as vivências e experiências das crianças escravas, considerados sujeitos ocultos em meio às análises historiográficas, mas muito presentes na sociedade escravista e a relação desses com os (as) senhores (as), por meio do processo criminal da Baronesa de Grajaú no Maranhão da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Escravo. Criança. Castigos. Trabalho. Sociedade.

Do braço escravo ao livre:

a realidade piauiense na virada o século XIX e as formas de inserção da população á margem da ordem

Hellen Beatriz da Silva Araújo (Graduanda História - UESPI)

Rebeca Barros Passos (Graduanda História – UESP)

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (UESPI)

Resumo: O contraste entre os países do mundo ocidental em função do trabalho marcam a virada do século e ao pensarmos o contexto brasileiro é fundamental levarmos em conta algumas peculiaridades, ou seja, aspectos fundamentais que fazem pensar sobre o desenvolvimento da organização do trabalho no período oitocentista, como a manutenção do sistema, a economia voltada ao latifúndio monocultor, e desse modo, cabe considerar que após a independência dentro das províncias centrais brasileiras que correspondem “A grande lavoura” brasileira começam surgir questionamentos a cerca do desenvolvimento econômico e político do Brasil e dentro dessa perspectiva a organização do trabalho estaria fora dos parâmetros desenvolvimentistas, logo que a permanência do trabalho escravo seria visto como um atraso para economia capitalista. Ao longo do século XIX o trabalho segue adquirindo novos sentidos dentro da sociedade ocidental, que caminha a passos lentos os caminhos do capitalismo. E nessa perspectiva, o artigo parte de uma pesquisa exploratória tendo por finalidade analisar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as mudanças na ordem social do trabalho que marcam o contexto da segunda metade do século que correspondem o período (1850 – 1922). Temos como objetivo compreender de maneira ampla as diferentes formas de desenvolvimento dessa nova ordem social do trabalho, refletir sobre as condições da grande parcela da população piauiense composta de ex-escravos e pobres livres que permaneceram à margem da nova ordem discutindo sobre quais eram os rumos desses sujeitos, bem como as formas de inclusão desses indivíduos na sociedade. Atentando-se aos principais aspectos que marcam o contexto no Piauí como a predominância do rural, relações sociais alicerçadas no paternalismo, além de pensarmos os contrastes vigentes entre o rural e o urbano. A elaboração do trabalho foi fundamentada a partir do levantamento bibliográfico, a saber, as principais bases teóricas que nos possibilitou pensar sobre o tema; com destaque para Viott (1999), Hahner (1993), Deccar (1996), Kowarick (1938) e ao que tange a discussão referente ao Piauí, Costa Filho (2006), Araújo (2010) entre outros. Diante disso, buscou-se compreender os sentidos dessa nova ordem do trabalho no Piauí e refletir a cerca da resistência dos sujeitos que aos olhos do progresso não estariam aptos as novas atribuições do trabalho.

Palavras-chave: Escravidão. Trabalho. Sociedade. Sujeitos. Piauí.

Balaiada: construção da memória de um herói

*Marcos Ruan de Almada Silva (Graduando em História – UEMA)
Profa. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo (UEMA-UESPI)*

Resumo: Atualmente, muito se tem discutido acerca dos intitulados Heróis da História Brasileira, os heróis falsos ou verdadeiros inundam a historiografia oficial. Nesse sentido, todos os livros que propõem narrar a história do Brasil a partir da colônia até os dias de hoje encontram-se homens que possuem seus nomes gravados na Memória Brasileira. Criaram-se os mitos na impossibilidade de uma abordagem crítica aceitando como verdade o que é descrito, a história dos vencedores é mais interessante para alguns, ou seja, a historiografia “oficial” tende a forjar heróis para alimentar um esquecimento dos verdadeiros fatos. Heróis não nascem, são criados em narrativas valorativas na impossibilidade de trabalhar com os verdadeiros fatos históricos, a historiografia embarca uma multiplicidade de sentidos e verdades sobre a versão dos vencidos e dos vencedores. A nova história proporciona uma análise dos fatos e das minorias esquecidas pela velha história, o campo de pesquisa muda trazendo uma ideia de tempo pluridirecionado produzindo novos objetos de estudos, ou seja, a nova história chega para contrapor uma história escrita pronta e acabada. A construção de heróis nacionais utiliza representações trabalhadas algumas vezes na própria educação como por exemplo, os livros didáticos, são os livros didáticos que desde os anos 30 do século XX, reforçam e instituiu a consagração dos heróis nacionais através da valorização dos seus feitos pelo país, os próprios livros didáticos pós ditadura militar que difundem e reforçam a consagração dos mitos nas escolas públicas e Particulares. Nesse meio tempo o período da ditadura militar teve uma influência significativa na manipulação da história oral e escrita brasileira, pois os livros didáticos foram inundados por uma onda de patriotismo e conservadorismo “heróis” de um determinado tempo e espaço foram introduzidos na memória e no imaginário nacional. A historiografia “oficial” promove a tentativa de criar uma identidade local, o que é escrito por alguns é aceito como verdade por outros, nesse sentido a construção da memória nacional embarca nas intencionalidades e preconceitos estabelecidos na escrita narrada pelos historiadores e letrados da época, a distorção da história proporciona dois pontos de partida. Diante das informações prestadas até aqui, o herói canônico nacional escolhido para ser trabalhado nesse artigo é a figura de Luís Alves de Lima e Silva mais conhecido como Duque de Caxias. O presente artigo busca fazer uma análise sobre a construção e transformação de Duque de Caxias como herói nacional levando como ponto de partida seus atos na revolta da Balaiada na província do Maranhão durante o século XIX. Sem dúvida alguma, sua participação na revolta maranhense alavanca sua carreira e seu prestígio no Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Balaiada. Memória. Duque de Caxias. Herói. Historiografia.

Escravidão e Resistência:

a condição da mulher escrava e as relações sociais em periódicos no Piauí no século XIX

Mayara Layane Lira (Graduanda em História – UESPI)

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar a figura feminina em anúncios de jornais de escravas fugidas no Piauí no século XIX. Com base nos anúncios de fuga e de discursos historiográficos, buscamos compreender o significado da fuga dos escravos. Nesse sentido, irei traçar o perfil das escravizadas, seus traços físicos, sua idade, maus tratos e castigos. Além de apresenta – las como sujeitos históricos que pensavam e agiam por meios de lutas, negociações e conflitos para sobreviverem diante do complexo mundo que foi o cativeiro. Para isto, utilizarei os jornais da época oitocentista do Brasil, mas precisamente do estado do Piauí, que estão disponíveis na Hemeroteca Digital, que é um acervo onde contém periódicos. As fontes hemerográficas são aquelas cujo suporte material se constitui de textos impressos, ou publicados por outros meios (como os virtuais), em forma de periódicos (jornais, revistas, outros) e que são utilizadas como fonte na pesquisa histórica e têm múltiplas funções como: registros de eventos, crônicas, política, economia, dentre outros interesses sociais. Sendo assim a imprensa jornalística no século XIX, na visão de Josenildo Pereira (2006), é um lócus de discussão e de circulação de ideias dada a ausência de instituições capazes de viabilizar, o debate em torno do que era urgente. Ou seja, é um aporte documental para estudos históricos, no qual a experiência sócio – histórica é filtrada e discutida com base na ideologia de quem a escreve. Diante disso, os jornais que serão utilizados são: A Imprensa (1865), O Propagador (1858), Echo Liberal (1849), A Voz da Verdade (1849), dentre outros. Os jornais que circulavam no Piauí no século XIX em sua maioria eram de cunho político, quanto à sua periodicidade eram semanais, alguns quinzenais e outros mensais. Os anúncios de jornais foram utilizados pioneiramente pelo historiador brasileiro Gilberto Freyre em sua obra “Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX”, onde ele constrói uma interpretação antropológica e sociológica das marcas presentes nos corpos dos escravos. A exemplo disso era recorrente os senhores de escravos noticiar as fugas de seus cativos – no dia 22 do corrente fugio ao abaixo assinado uma escrava de nome Maria, baixa, preta, já idosa, tem olhos cobertos de belidas brancas e o dedo índice de uma das mãos torto. Foi moradora em Valença e por isso tenha seguido para lá. A pessoa que pega-la pode trazer a casa do anunciante que lhe pagara o seu trabalho. Oeiras, 27 de fevereiro de 1849. (Jornal A voz da verdade)

Palavras-chave: Escravidão. Mulher. Fuga. Jornais. Anúncios.

Vaqueiros no sertão de Jacobina-BA na segunda metade do século XIX:

colonização/cultura, conflitos e dependência

Niedia Mariano Nunes (Mestranda em História- UNEB)

Orientador: Dr. Jackson André Ferreira da Silva (Professor na UNEB)

Resumo: A ocupação no interior do Brasil no tempo da colonização se deu, majoritariamente, por meio da criação de gado, e na região de Jacobina-BA não foi diferente. Com a expansão do comércio de gado tal região foi se tornando em um dos locais de destaque que contribuiu para a economia pecuária regional e provincial na criação de gado, como entreposto de rotas de boiadas sertanejas advindas de outras províncias e de repouso para vaqueiros. Com o passar dos anos essas práticas tornaram-se cada vez mais comuns, as terras eram utilizadas também em sua grande maioria como ponto de engorda e descanso de gado. Desse modo, os sertões baianos desempenharam um importante papel para a formação da estrutura fundiária brasileira tendo como vetor de povoamento a pecuária. Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos vaqueiros no sertão de Jacobina, Bahia, na segunda metade do século XIX, relacionando a importância dessa atividade durante o processo de colonização e formação nacional, bem como, implicações envolvendo conflitos, negociação e dependência, os quais estão atrelados ao estudo da escravidão do negro no Brasil. Através da análise de processos criminais sobre roubo de gado, neles estão contidas ações envolvendo o cotidiano, conflitos e relações de subalternidade e dependência na cultura do vaqueiro. Os resultados da pesquisa apontaram que desde os princípios da colonização até o século XIX, o sertão não estava isolado das áreas mais proeminentes da província ou do país, ao contrário, era parte integrante da economia e da sociedade brasileira e que o local de trabalho do vaqueiro possibilitava um grande conhecimento do território e contatos com várias pessoas, isso permitia também a autonomia em relação ao senhor ou patrão, não poucas vezes o agregado (livre ou escravo), conhecia a fazenda melhor que o próprio patrão estabelecendo uma relação de dependência mútua, entre proprietários e agregados/trabalhadores. Nessa sociedade, a maneira mais eficiente de ascender economicamente era através do ofício vaqueiral, a profissão representava a ascensão tanto econômica quanto social, no entanto, a ascensão pelo trabalho com o gado levava muitos anos e nem todos conseguiam, dependia da relação que estabelecia com os proprietários e da habilidade do trato com o gado. Envolvidos nessa sociedade paternalista e promotora de laços de dependência, corroborou para a complexidade das relações de trabalho, extensão dos laços de proximidade afetivos ou conflituosos e fez com que fazendeiros, vaqueiros (livres e escravos), e trabalhadores autônomos estabelecessem relações sociais e estreitamento dos laços de solidariedade, acentuando assim as diferentes concepções de poder, trabalho e sociedade e definindo a aparência de seus conflitos cotidianos, fossem estes assumidamente ou sutil.

Palavras chaves: Pecuária. Sertão. Vaqueiro. Relações de trabalho. Dependência.

“Era liberto e hoje privatamente é captivo”: ação de liberdade na cidade de Teresina em 1860

Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno¹

Resumo: Da entrada em território piauiense à edificação da cidade de Teresina, a escravidão foi à base da mão-de-obra, mantendo-se ao longo dos séculos associada às áreas econômica, cultural e social. Dessa forma, a partir do referencial bibliográfico e da documentação sobre escravidão, procuramos fazer uma leitura historiográfica sobre os padrões de alforria e uma ação de liberdade na cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. As demandas judiciais acerca dos processos de liberdade demonstram a relação conflitante entre os senhores e escravizados e a interferência do Estado no processo de negociação. Tomamos como fonte os registros das cartas de alforria nos Livros de Notas e Offícios do Cartório de 1º Ofício de Notas da cidade de Teresina; os relatórios de Presidente de Província; e uma ação de liberdade registrada na Secretária de Segurança Pública da Província do Piauí em 1860. Pretendemos que sejam existências reais: “por detrás destes nomes que já não dizem nada, que por detrás destas palavras breves (...), tenham havido homens que viveram e morreram com os seus sofrimentos, as suas mafeitorias, os seus ciúmes, as suas vociferações. (FOUCALT, 1992, p. 3)

Palavras- Chave: História. Escravidão. Cartas de alforria. Ação de liberdade.

¹ Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012), especialista na área de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (2015), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2009).

ST-03: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NOS SERTÕES DO BRASIL

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (UESPI)

Prof. Me. Marcelo Reges Pereira (UESPI)

Resumo: A proposta desse simpósio é discutir o processo de produção de alimentos nos sertões, através da atividade agropecuária com base na mão de obra familiar e as atividades tradicionais de caça, pesca e coleta de frutos nativos. As reflexões serão mediadas por documentos produzidas por agências governamentais e outras fontes menos ortodoxas como literatura de ficção e de viagem, memórias, periódicos e oralidade. Uma temática pertinente no contexto atual onde a crise na produção de alimentos e a demanda por uma produção sustentável geram discussões em diversos âmbitos dentro e fora da academia. Portanto, este debate abre janelas para pensar a produção, distribuição e consumo e as relações de trabalho. Neste simpósio serão acolhidos trabalhos que proponham uma reflexão sobre produção de alimentos (todo o ciclo produtivo), agricultura familiar na produção de alimentos, práticas alimentares tradicionais regionais, saberes tradicionais sobre agropecuária, saberes tradicionais sobre alimentação (hospitalidade e comensalidade), agroecologia e sustentabilidade na produção da agricultura familiar, produção extrativista tradicional.

Palavras-chave: Produção de alimentos. Sustentabilidade. Saberes e práticas tradicionais. Saberes sobre alimentação.

Aspectos da alimentação no sul do Maranhão na obra de Francisco de Paula Ribeiro

Bruno Nascimento Gonçalves (Graduando em História – CESC/UEMA)

Marcos Ruan Almada Silva (Graduando em História – CESC/UEMA)

Resumo: As expedições científicas se intensificaram com a vinda da corte portuguesa para o Brasil. A presença do viajante estrangeiro torna-se frequente a partir de então. Os relatos elaborados por esses viajantes anotaram singularidades da época, observando tanto o espaço geográfico, como a geografia humana das áreas por onde passaram. Nesse sentido, o presente artigo discute características das expedições científicas e, em seguida, através dos relatos da viagem do militar Francisco de Paula Ribeiro, aspectos da alimentação no sul do Maranhão na primeira metade do oitocentos. A presença de viajantes pode ser percebida desde a colônia no território luso-brasileiro. As produções desse período, todavia, propunham antes de tudo, mapear a costa litorânea da então colônia. “O cenário literário dos séculos XVIII e XIX é modificado, não em sua estrutura, mas em seu conteúdo. Se, para o relato de navegação, o interessante era a descrição dos contornos litorâneos, para o relato de viagem científico, o núcleo passa a ser o interior dos continentes” (FETZ, Marcelo. 2011, p. 46). Como exemplo deste tipo de expedição, podemos citar as viagens realizadas por: Joaquim José Pereira, Vicente Dias Cabral, Spix e Martius, Sebastião Belford, assim como Paula Ribeiro. Movido por ordem real de 1813, que determinava a resolução dos limites entre Maranhão e Goiás, o governador Paulo José da Silva Gama nomeou, no dia 15 de fevereiro de 1815, o então capitão do Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro, como primeiro comissário representante de Goiás. Foi nessa missão que deu origem ao Roteiro da Viagem que fez o Major Francisco de Paula Ribeiro às Fronteiras das Capitânicas do Maranhão e da de Goiás (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p. 59). O sentido de determinar o limite entre a fronteira das duas províncias, Maranhão e Goiás (hoje atual território de Tocantins) não restringe a obra de Paula Ribeiro nesse único aspecto. As suas observações feitas no sentido histórico, geográfico e antropológico permitem uma análise de como se comportava o homem que habitava a região sul do Maranhão entre o período que o viajante esteve presente. Os aspectos da alimentação observados na obra de Paula Ribeiro concluem sobre a visão de um Maranhão fértil e abundante em recursos naturais; de um homem que usufrui da terra com as pequenas plantações e na extração dos frutos por ela oferecido; ainda, sobrevive através da caça e pesca, aproveitando a qualidade das águas dos rios/riachos que banham a região. Para além de Paula Ribeiro, são utilizados nesse artigo autores como: Adalberto Franklin e João Renôr (2007), Alan Kardec (2016), Carrollina Lima (2010), Marcelo Fetz (2011), Tiago Bonato (2009; 2010) e outros, visando enriquecer o debate acerca da temática proposta.

Palavras-chave: Maranhão oitocentista. Expedições científicas. Relatos de viagem. Paula Ribeiro. Alimentação.

A participação do trabalho agrícola no processo de formação da cidade de Matões-MA (1950-2017)

uma análise da relação entre o homem e o campo no sertão maranhense

Francisco Rairan dos Santos Vilanova (Graduando em História – UESPI)

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise a partir do ponto de vista econômico, mais especificamente do papel do setor agrícola, no crescimento e desenvolvimento da cidade de Matões-MA no período compreendido entre em 1950 a 2017. A escolha dessa cronologia se deu em torno da noção de que o início corresponde a dois anos antes do estabelecimento do lugar como cidade, embora a região já viesse sendo habitada muito antes dessa data. Com base nisso, observa-se um desenvolvimento lento da recém- emancipada cidade, que além de tudo sobrevive isolada, realmente fazendo jus ao nome – uma cidade em meio aos matões. Uma cidade que teve como grande sustentáculo, no que diz respeito ao crescimento, o trabalho agrícola, praticado exclusivamente por famílias da zona rural, que ao se depararem com uma situação de extrema pobreza, visualizaram o trabalho no campo, um meio de conseguirem o seu sustento, tanto através da armazenagem de alimentos como através da disposição de parte desses alimentos ao comércio urbano da região. E para dar sustentação e reconhecimento científico à pesquisa, foram utilizados autores clássicos no que se refere a formação econômica do Brasil, tais como Caio Prado Júnior (1961), Celso Furtado (2005) e Raymundo Faoro (2012). A literatura também se fez presente através dos escritos do romancista matoense, Raimundo Moura Rêgo (1985). As fontes utilizadas partem desde as informações encontradas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros até entrevistas com trabalhadores do local, no intuito de mostrar como esses sujeitos se inserem no processo de formação da cidade. A metodologia se baseia na análise de documentos oficiais que ilustram a evolução política da cidade. Em seguida é feito uma abordagem histórico-social de atividades periféricas, mas que também tiveram importância na formação do município. E por fim é realizado um cruzamento dos dados disponibilizados pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros com as informações presentes na memória dos moradores, a fim de visualizar melhor a atuação da agricultura nesse processo com o passar dos anos. A pesquisa abriu horizonte para se entender que até por volta de 2004, Matões foi sustentada pelo que é chamado de agricultura de alimentação e que paralelamente a isso, sobreviveu ali também, embora com menos visibilidade, a agricultura de subsistência que só passou a ter mais significância, a partir das políticas públicas implantadas pelo governo federal no início dos anos 2000, quando a roça passou a ser mero instrumento de complementação da renda.

Palavras-chave: Agricultura. Desenvolvimento. Roças. Cidade. Alimentos.

Materialidade, dinâmica e memória nas casas de farinha do Centro-norte piauiense

Me. Juan Marcelo Cardoso de Santana (UFPI)

Resumo: Esta pesquisa consiste em um olhar sobre a materialidade de casas de farinha – unidades de produção e beneficiamento de derivados de mandioca (*Manihot esculenta*) – tradicionais em comunidades rurais entre os municípios de União, José de Freitas e Miguel Alves, Centro-norte piauiense. A partir da memória das pessoas que trabalham em tais unidades de produção e tem suas vidas a elas ligadas procurou-se ainda analisar a dinâmica cultural inerente à faina farinheira da região supracitada. O objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica das casas de farinha, sua espacialidade, estudo de objetos ligados a produção e beneficiamento da mandioca utilizados pelo homem do campo nordestino e suas modificações no decorrer do tempo. Bem como as interações entre as comunidades farinheiras e suas estratégias de mobilidade, adaptações a outros meios de produção e de configuração do espaço. Foram observadas as padronizações culturais, assim como elementos de representações particulares. Todas essas categorias de análises foram esboçadas dentro de uma epistemologia arqueológica. Como métodos de pesquisa foram aplicadas prospecções sistemáticas das unidades de produção, no entanto as prospecções foram articuladas com métodos da etnografia para analisar os saberes e fazeres das pessoas nas comunidades farinheiras, contribuindo para o fortalecimento dessa identidade cultural. As casas de farinha geralmente são cenários de diversas relações sociais além de representar um espaço fundamental na vida econômica das comunidades dessa região. A visão das pessoas que trabalham nas farinhadas complementam/ incrementam as reflexões sobre a materialidade e a dinâmica (cadeia operatória) das casas de farinha, bem como ampliam o entendimento de seu simbolismo. A espacialidade, a formação cultural e a materialidade das casas de farinha foram estudadas a partir da descrição das unidades produtivas, onde foi possível observar os seguintes quesitos: tipo da casa de farinha, cultura material utilizada, arquitetura e técnicas construtivas e a espacialidade do processo de produção. Com as prospecções sistemáticas foram levantadas 24 unidades de produção que se estabelecem temporalmente entre os períodos de meados do século XIX ao século XXI. Conclui-se que as casas de farinha apesar de possuírem diversos elementos industriais em seu corpus material, as farinhadas continuam artesanais. Desta forma, propõe-se uma história da continuidade da ocupação mandiocueira da área, desde referências ao período colonial até a atualidade.

Palavras-chave: Casas de Farinha Tradicionais. Materialidade. Cadeia-operatória. Memória. Dinâmica Cultural e Espacial.

Agricultura de subsistência na comunidade quilombola Custaneira/Tronco município de Paquetá-Pi, Brasil

*Natanael Soares Pereira (Graduando em História – UESPI)
Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (UESPI/UEMA)*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central compreender como se dá os processos da agricultura familiar/subsistência na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, que fica localizada na zona rural do município de Paquetá Sul do Estado do Piauí. Tendo consciência que a antiga historiografia não deu o devido destaque a esse tipo de agricultura que foi de essencial importância na construção econômica do nosso País durante o período colonial, imperial e até mesmo início do Brasil republica, queremos aqui com essa pesquisa de campo em uma comunidade tradicional quilombola – que tem registros de sua formação no século XIX segundo o sociólogo da Universidade Federal do Piauí Aureo João – e com essa pesquisa mostrar de forma detalhada como essa comunidade ainda tem permanências no modo de produção agrícola como tantas outras, e com isso termos uma ideia de como se praticava esse trabalho no século XIX e início do XX e observar no decorrer desse trabalho algumas permanências nesse processo, como também demonstrar algumas mudanças, e dar destaque a uma história não contada até então pela historiografia brasileira até o final do século XX como demonstra em seu estudo Histórico Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda L. Linhares, que fazem um importante levantamento da necessidade de fontes da história agrária no Brasil e de um recorte geográfico: Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção desse artigo foram a pesquisa em campo, com o objetivo de conhecer a realidade local, foram feitos questionários ao presidente da comunidade Arnaldo de Lima (Naldinho), que se dispôs a responder algumas perguntas sobre, por exemplo, o que já produziu na roça durante a história da comunidade, e o que se produz, entre outras que serviram para termos um melhor conhecimento do cultivo, técnicas e mão de obra utilizados na produção alimentar. O modo de produção econômica da comunidade Custaneira/Tronco advém em sua maioria do trabalho da lida na roça, onde se encontra a produção de alimentos das famílias quilombolas, esse plantio de alimentos serve para consumo e venda de excedentes nas cidades vizinhas. Na comunidade se tem uma preocupação de não comprar muitos alimentos de fora, por temerem o consumo de produtos industrializados, que contenham em sua composição agrotóxicos, e com isso consequentemente o câncer e o colesterol alto dentre outras doenças, pois essas doenças segundo o “Mestre Naldinho” a comunidade nunca teve durante a maior parte de existência do Quilombo e hoje os mais velhos estão em idades bastante avançadas e não sofre com essas doenças.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Comunidade Quilombola. Historiografia.

ST-04: MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E ESPAÇOS

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso (UFMA – Campus Codó)

Prof. Me. Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Doutorando em História - UFPA)

Resumo: As migrações tem sido um fenômeno observável com muita intensidade nas últimas décadas em todo o planeta. Cenários de guerra, crises econômicas, conflitos ambientais, agravamento de situações de pobreza, busca de melhores perspectivas, dentre outros aspectos, têm sido fatores sociais importantes que denotam a abrangência global da problemática. Nesse contexto, o Brasil tem sido importante destino de migrações na América Latina. Histórico receptor de populações africanas e europeias, o país se destaca igualmente pela mobilidade demográfica dentro de suas dilatadas fronteiras. O que se observa na contemporaneidade, é um processo quase intrínseco à história do nosso país, seja com as migrações estrangeiras, seja com migrações internas. Muitas pesquisas realizadas em diferentes áreas das ciências humanas e sociais vêm se dedicando ao estudo dessas experiências migratórias. Nesses trabalhos, para além dos deslocamentos em si, ganham visibilidade os próprios migrantes que são agentes desse processo e provocam transformações nos percursos e nos territórios onde acabam se fixando. O Nordeste, entendido como composição social e discursiva datada, tem sido bastante estudado a partir do viés de fenômenos migratórios, fortemente presentes em suas paisagens camponesas e urbanas. Do interior para o litoral, dos sertões secos para os sertões amazônicos, de localidades rurais para grandes metrópoles nacionais, para além das fronteiras regionais, gerações de populações empobrecidas têm sido marcadas por experiências migratórias. É nesse caminho que este simpósio busca fomentar o debate entre trabalhos que discutam as mobilidades humanas tanto nos dias atuais como em séculos recuados, percebendo as suas causas, dinâmicas, conexões entre campo, cidades e florestas. Além de estar aberto a trabalhos pertinentes à área da História, o simpósio busca dialogar com outros campos do saber como a antropologia, a sociologia e a geografia, proporcionando um espaço em que abordagens múltiplas sejam debatidas.

Palavras-chave: Migrações. Trabalho. Territorialidades. Natureza.

Etnicidade e mobilização indígena:

estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no estado do Piauí (2000 – 2018)

Ma. Helane Karoline Tavares Gomes (Mestra em Antropologia e Arqueologia, Bacharel em Arqueologia – UFPI e Graduanda em História – UESPI)
Prof^ª. Dr^ª. Cristiana Costa da Rocha (Prof^ª. Adjunta do Curso de História – UESPI)

Resumo: No Brasil a Constituição Federal de 1988 efetiva a imprescritibilidade e ampliação dos direitos indígenas, atribuindo a estes o reconhecimento de suas organizações sociais, costumes e tradições, incluindo os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Destaca-se o diálogo entre instituições internacionais e as populações indígenas da América Latina, como a Organização Internacional do Trabalho, que os insere em uma categoria mais ampla, e a utilização de legislações específicas por esses povos (FERREIRAS, 2013). No Nordeste brasileiro a questão territorial fundamenta-se em um contexto de séculos de políticas paternalistas, fundamentadas em relações desiguais entre povos indígenas, historicamente estigmatizados e a sociedade nacional, construídas pela exploração de sua força de trabalho e expropriação de seus territórios. A partir da década de 2000 o Piauí presenciou o processo de emergência étnica dos povos indígenas, com estrutura histórica similar aos casos analisados nas últimas décadas pela antropologia no Nordeste (OLIVEIRA, 2004). A análise das mobilizações sociais indígenas associadas à construção das etnicidades e reconhecimento da história desses sujeitos, inaugura, portanto, uma nova página da história indígena do Estado do Piauí. Este trabalho busca analisar as estratégias utilizadas no processo de reivindicação ao acesso a terra pelos povos indígenas do Piauí entre 2000 a 2018. Parte-se de quatro casos específicos, os povos Tabajara e Tapuio, Cariri e Gamela situados, respectivamente nos municípios de Lagoa de São Francisco, Queimada Nova e Santa Filomena. Foram analisadas as estratégias de resignificação e apropriação dos lugares de memórias, espaços associados à ancestralidade, que legitimam demandas territoriais, conferindo-lhes identidades históricas e operacionalizando a luta por direitos fundamentais (ALMEIDA, 2007). Entre as fontes documentais utilizadas destacamos a Carta dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí, a Constituição Federal de 1988, os processos de qualificação de terras indígenas dos povos Tabajara e Tapuio, produzidos pela Fundação Nacional do Índio, as relatorias da I e II Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, os documentos governamentais de regularização fundiária do Instituto de Terras do Piauí e as propostas associadas à Secretaria de Planejamento do Estado Governo do Piauí. Utilizou-se, ainda, a metodologia da história oral na interlocução com lideranças indígenas e funcionários do governo do estado. Foi abordado o conceito de fronteira de Martins (2018), compreendida como o ponto limite de territórios disputados por diferentes sujeitos, de diferentes modos, que se modificam e redefinem-se continuamente. Compreende-se o processo de emergência étnica e territorialização acionado como categoria de reconhecimento e demarcação das áreas indígenas, apesar das mobilizações adquirirem um aspecto mais amplo. É necessário compreender as estratégias políticas desses povos e suas interações com outras categorias de mobilização social no contexto agrário, como organizações e sindicatos dos trabalhadores rurais e comunidades quilombolas, que utilizam suas experiências no âmbito desses espaços instrumentalizando suas lutas.

Palavras-Chave: Mobilizações indígenas – Emergência étnica – Etnicidade – Territorialização – História do Piauí.

Figurantes mudos da História:

experiências e estratégias de desterritorialização da Amazônia maranhense entre as décadas de 1960-1980

Irisnete Santos de Melo (IFMA – Campus Timon)

Resumo: O estudo propõe abordar o processo de ocupação recente do oeste do Maranhão, parte integrante da chamada Amazônia Legal (Lei n 1.806 de 06/01/1953), entre as décadas de 1960, 1970, e 1980. Nesse recorte temporal, a amazônia maranhense ganhou visibilidade política no espaço nacional, ao se constituir em nova fronteira agrícola. Sabe-se que durante a vigência do governo militar (1964 a 1985), apropriar-se do espaço amazônico e integrá-lo às áreas mais desenvolvidas do país por meio da intervenção de um novo aparato político e econômico foi um dos pilares do regime. Isso provoca uma redefinição do espaço, constituindo um (re) ordenamento territorial e a tessitura de novas relações de poder. Neste sentido, este trabalho visa analisar alguns projetos governamentais que foram cruciais no processo de reterritorialização do espaço amazônico: primeiramente, discutir a importância da construção e abertura da rodovia Belém-Brasília no processo de integração dessa parte do maranhão ao restante do território nacional, pois a implantação desse eixo viário atraiu um intenso fluxo migratório - principalmente do Nordeste, para a Amazônia oriental a partir da década de 1950/60 - que foi responsável pelo surgimento e o crescimento de núcleos urbanos como Açailândia e Imperatriz. Um segundo aspecto, foi a criação e implantação da Lei Estadual de Terras (1969) no governo de José Sarney - que ao visar o reordenamento e a disciplinarização da ocupação do espaço físico do Estado contribuiu para a prática da legalização da chamada grilagem de terras, impulsionando a expulsão de inúmeros trabalhadores de suas terras. Por fim, a criação do Projeto Grande Carajás (1980), que converteu essa região em um laboratório para diversas iniciativas empresariais (ferrovias, núcleos urbanos planejados, projetos oficiais de colonização etc), bem como acirrou os conflitos agrários e sociais. A implantação de grandes projetos nas décadas de 1960-1980 deslocou a fronteira agrícola para a parte amazônica do espaço maranhense, tornando-se o atrativo para trabalhadores “migrantes”, principalmente do Nordeste e de outras partes do Maranhão, que chegavam com a perspectiva de se fixar na região. Entretanto, como aponta a literatura sobre o tema não houve uma política de Estado que possibilitasse as condições necessárias para a reprodução social desse campesinato nas novas áreas, surgindo, ao mesmo tempo, um excedente de mão de obra barata que, posteriormente, foi atender às demandas dos grandes projetos de colonização (1970) ou mineração (1980), implantados na Amazônia. Em linhas gerais, essas medidas governamentais reconfiguraram o mapa simbólico e político do Maranhão, atraindo e expulsando diversas redes migratórias que se constituem em referências cruciais para os estudos sobre a violência da ocupação na Amazônia.

Palavras-chave: amazônia maranhense; migração; fronteira agrícola; reterritorialização; regime militar

Entre a triste partida e a chegada in(certa):

reflexões mnemônicas sobre a história e a memória dos migrantes rurais na formação do bairro Piçarra em Teresina (1945-1970)

Ismael Sousa de Jesus
Mestrando em História do Brasil (UFPI)

Resumo: O presente trabalho analisa histórias de migrantes rurais e a suas ocupações nos espaços urbanos, a partir de seus espaços de sociabilidade no novo lugar, a cidade de Teresina. Nesse sentido fez-se necessário focalizar em um espaço específico, o bairro Piçarra que, mesmo formado décadas anteriores, constituiu-se no recorte do estudo, região marcada por significativas transformações na configuração urbana da cidade e com expressivo número de migrantes. Nesse recorte espacial, analisam-se os conflitos sociais inseridos em áreas tidas como “marginalizadas”, no caso, os arredores do bairro Piçarra, em especial no “Morro do Querosene”, evidenciadas por meio das memórias desses migrantes, acessadas com o uso da Metodologia da História Oral. Entre as fontes utilizadas nesse trabalho, destacaram-se ainda os periódicos da época, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí. A adoção da Metodologia da História Oral permite discutir a memória das famílias de migrantes nesses “novos” espaços ocupados. Destacaram-se, ainda, a discussão com literatura dedicada aos estudos sobre cidade e sobre Teresina, dentre as quais podem ser citadas as obras de Nascimento (2015), onde destaca a modernização da cidade a partir da década de 1940. As perspectivas da cidade sob o olhar de Bresciani (2004) Pesavento (2002), Rolnik (1995), Matos (2002), e o “pensar” o espaço bairro com base em Mayol (1996), Fontineles e Sousa Neto (2017), e economia do Piauí nos estudos de Mendes (2003). O trabalho procura evidenciar alguns debates mnemônicos bastantes recorrentes entre a “História” e a “Memória”. Propondo expor um debate crível sobre a memória e a sua relação com a História, Paul Veyne (1998) discute o papel da memória como base substancial para construção da narrativa histórica e a contribuição da mesma para o campo da História. Referenciados por alguns teóricos os quais têm se empenhado no estudo da memória e na sua devida problematização consubstanciado em concepções profícuas sobre campo mnemônico, podemos citar: Le Goff (2003), Bosi (1994), Halbwachs (2003), Seixas (2004), Nora (1993), Amado (1995), Meneses (1992), Pollack (1989) e Godoi (1999). A partir de algumas inferências citadas desses autores, procura-se articular as suas percepções no estudo da memória e na sua contribuição para pesquisa histórica. Ao relacionar ao nosso objeto de pesquisa procuramos articular o modo de “pensar” a memória com base nesses teóricos supracitados, a fim de compreendermos a construção da ‘memória coletiva’ do bairro Piçarra em Teresina (1945-1970), a partir do fluxo de migrantes que passaram a ocuparem estes espaços. Mediante algumas entrevistas percebemos nas suas descrições dicotômicas as suas memórias e as ressignificações espaciais do “campo”, moradia de outrora e a “cidade, a “nova moradia”.

Palavras-chave: Cidade. História. Memória. Migrantes rurais. Piçarra.

Influências migratórias e trabalho:

desafios dos jovens quilombolas da comunidade tradicional de Vão das Palmeiras, Chapada Diamantina-Bahia

Jose Anne de Castro Alves

(Mestranda em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras-UNEB)

Prof. Me. Claudilson Souza dos Santos (UFBA)

Resumo: A Comunidade Tradicional Quilombola de Vão das Palmeiras foi reconhecida e titularizada como “quilombo” em 2005 pela Fundação Palmares e está localizada na cidade de Seabra- Chapada Diamantina – Bahia. Atualmente residem em torno de 810 pessoas, deste total 180 são jovens. Estes jovens quilombolas participavam ativamente de um coletivo, batizado por eles de “Grupo dos Jovens do Vão, ” motivados pelo líder João Batista para o fortalecimento das suas lutas, em prol do bem de todos, garantias de seus direitos e formar novas lideranças. Entretanto, os desafios sociais desses ocorrem, quando são motivados pelos próprios pais a abandonarem o contexto escolar ainda no ensino fundamental II e seu território de pertencimento. Sabe-se que os fluxos migratórios podem ser desencadeados por diversos motivos e ocorre desde o início da história da humanidade. Dentre os principais fatores que impulsionam as migrações podem ser citados os econômicos, políticos e culturais. Seus deslocamentos para os grandes centros urbanos são pautados em busca de melhores condições de vida, bem como ter oportunidades empregatícias no mercado de trabalho, principalmente na região sudeste do Brasil. Assim, enfraquecendo a rede colaborativa e ações desenvolvidas pelo grupo dos jovens quilombolas nos processos de continuidade das lutas por seus direitos e fortalecimento dos processos identitários. Diante disso, este trabalho tem como objetivos compreender como tem ocorrido o processo de migração dos jovens quilombolas da comunidade tradicional do Vão das Palmeiras, analisar e descrever as influências sociais contemporâneas que fomentam o processo de migração com vistas ao trabalho. Participaram da pesquisa de campo 60 jovens, com idade entre 15 a 19 anos. A amostragem baseou-se a partir de uma abordagem qualitativa por sua característica descritiva, tendo em vista os relatos orais e registros escritos. Foram aplicados questionários sócio demográfico alicerçado nos desafios e influências da globalização em seus modos de vida. Constatou-se que as necessidades de ter uma vida melhor, ajudar as famílias em suas necessidades básicas, ter o mínimo de conforto, adquirir bens de consumo do mundo moderno para si como: tênis e roupas de marca, celulares da mais alta tecnologia e motos seminovas são fatores que impactam diretamente os processos migratórios em torno do trabalho. Os jovens quilombolas da Comunidade Tradicional do Vão das Palmeiras migram principalmente para a região sudeste, especificamente para o estado de São Paulo, onde ficam por alguns anos até conseguirem obter seus bens e retornam para o território de pertencimento, muitos não retomam as atividades escolares por não conseguirem conciliar o trabalho com o estudo.

Palavras-Chave: Migração. Trabalho. Jovens. Quilombolas. Desafios.

Migrações Ceará-Piauí (1940-1970)

elucidando algumas razões para migrar à luz de narrativas orais

Profa. Ma. Lia Monnielli Feitosa Costa (Professora da Rede Pública - SEDUC-PI)

Resumo: Este resumo constitui parte de um estudo sobre movimentos migratórios do Ceará para o Piauí, no período de 1940-1970, tendo como veículo de ideias e aportes teóricos o testemunho oral de trabalhadores camponeses. Os motivos dos trabalhadores cearenses se deslocarem para o Piauí podem ser elencados em três razões, como fluxos migratórios, que se iniciam na década de 1930 e, conforme os projetos de vida são reformulados, outros deslocamentos ocorrem. O primeiro motivo foi ocasionado por conta da seca e seus reflexos: prejuízo às colheitas e morte de crianças. Cristina Frota², 72 anos, contribuiu com suas reminiscências de menina e, posteriormente, de mulher adulta para entender as dificuldades da travessia, vindo do interior de Sobral, com 8 anos, e instalando-se em Miguel Alves. Podemos dizer que a sua trajetória de deslocamentos no interior daquelas espacialidades, somada à carga de sofrimento pessoal que lhe marcou, formaram o combustível que a impulsiona a lutar, ainda hoje, pelo seu pedaço de terra na localidade “Baixão 2”, situada na fazenda Olho D’Água, entre o município de Miguel Alves e Porto. Hoje Dona Cristina manifesta desejo de justiça pela terra onde morou criou seus filhos e enterrou sua mãe. Outras migrações ocorreram em virtude de desarranjos familiares nos quais alguns membros se desentenderam, geralmente, por questões de herança e partilha de bens, resultando no movimento migratório. Francisco Manoel de Assis, 78 anos³, ainda era rapazote quando tentou fugir sem sucesso de sua terra natal São Benedito, em virtude de uma injustiça vivida e sentida. A revolta contra o proprietário que também era tio convence o pai e a família migra para o Piauí, em 1954. Continuou trabalhando, de roça e como vaqueiro, em cidades distintas do EntreRios, José de Freitas, Altos, migrando novamente, já casado, para Teresina, na década de 60. O trabalho de roça continuou em propriedades próximas, só parando por motivos de doença e insistência das filhas. Outras narrativas revelaram deslocamentos motivados por não haver aparente situação conflituosa no lugar de origem, mas tão somente por melhorias de vida proporcionadas no Piauí, ou também o isolamento, quando os familiares vão-se deslocando gradativamente. A fala de Ana Gomes de Azevedo Lima, 67 anos⁴, demonstra bem como ocorreram esses deslocamentos da família, cujos primeiros membros saíram do interior do município de Mucambo (CE), em 1942, e instalaram-se no município piauiense de Matias Olímpio. Dez anos depois seus pais migraram e instalaram-se no interior do município de Esperantina (PI). As terras herdadas do avô foram repartidas entre os irmãos e quando chegou sua “hora e vez” o pai de dona Ana resolveu ir, em busca de um bem-viver. No Piauí ele viveu na condição de agregado até poucos anos antes de ir para Teresina, para junto dos filhos, e vir a falecer. Dessa forma, concluímos que em estudos sobre movimentos migratórios embasados em testemunhos orais é importante entrever e elencar os motivos que levaram aos deslocamentos, para entender os projetos de vida que essas homens e mulheres construíram na nova espacialidade.

Palavras-chave: Trabalho. Migração. Testemunho. Oral. Espacialidades.

² CRISTINA Frota, entrevista concedida à Lia Monnielli Feitosa Costa em 22.01.2017 na cidade de Miguel Alves-PI.

³ FRANCISCO Manoel de Assis. Entrevista concedida à Lia Monnielli Feitosa Costa em 04.03.2017 na cidade de Teresina-PI.

⁴ ANA Gomes de Azevedo Lima. Entrevista concedida à Lia Monnielli Feitosa Costa em 25.01.2018 na cidade de Teresina-PI.

O fazer-se classe:

Cotidiano e disciplina de trabalho nas Frentes de Emergência de Combate à Seca no Piauí
(1979-1983)

Prof. Esp. Lucas Ramyro Gomes de Brito (Semec-Teresina)
Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Resumo: Este trabalho pretende discutir o cotidiano e as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores das Frentes de Emergência de Combate à Seca no Piauí entre os anos de 1979 e 1983, ancorando-se principalmente em Thompson (1998) e Scott (2002). A pesquisa se norteia a partir das políticas públicas voltadas para a população atingida pela seca, a se destacar as frentes de emergência, bem como o dia-a-dia desses trabalhadores nos espaços de obras de combate aos efeitos das secas, sendo esse conjunto compreendido como “formas históricas de ação empreendidas pelo Estado e pelas populações rurais nordestinas para garantir alimento e trabalho nos períodos de estiagem (FAUSTO NETO, 1985. p. 4-5)”. Enquanto as ameaças de saques significam formas de denúncias e são fundamentalmente manifestadoras de tensões sociais, as Frentes expressam formas de controle e de ‘abafamento’ dessas mesmas contradições e tensões entre a população de trabalhadores submetidos a precárias condições de alimentação, trabalho e vida. Ainda falta muito para se falar sobre a temática da seca, principalmente se tratando do território piauiense. Na historiografia local, além de poucas produções e discussões, são limitadas, pois focam em apenas alguns aspectos, como o fator econômico, por exemplo. A maioria das análises também se volta para o final do século XIX e primeira metade do século XX. Além de revisão de parte da literatura existente sobre as secas, a análise se deu a partir de levantamento do material jornalístico referente ao período da seca de 1979-1983, com ênfase no noticiário referente ao Programa de Emergência e aos movimentos dos flagelados dentro do Estado. As fontes hemerográficas foram pesquisadas no Arquivo Público do Piauí, com destaque para o jornal O DIA. Outros dados foram levantados através de pesquisa de relatórios do Dnocs, da Sudene e da CPT, em seus respectivos acervos, sobre as frentes de obras e planos de emergência, bem como entrevistas com trabalhadores das frentes de serviço e com aqueles que puderam vivenciar a seca de 1979-1983. Todo o esforço do poder público, a partir do final dos anos 1970, foi no sentido de conter os flagelados pela seca no seu local de origem, tentando evitar a exibição das mazelas, e consistiu em manter as *frentes de emergência*, obras para garantir renda à população, na tentativa de evitar a migração ou cenas de calamidade. Compreender as consequências que a seca reflete na vida da população é algo que ainda se faz necessário, haja vista todo o emaranhado de relações que envolve, seja cultural, política, econômica ou social. Além disso, percebe-se que nada mudou em aproximadamente dois séculos de flagelo, sendo o clima de instabilidade e sofrimento do piauiense os mesmos.

Palavras-chave: Frentes de Emergência. Disciplina de Trabalho. Estratégias de Sobrevivência. Seca. Piauí.

Experiências de trabalhadores da fábrica GECOSA nas décadas de 1980 a 1990.

Marcos Oliveira dos Santos (Graduando em História – UESPI)
Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (Professora da UESPI)

Resumo: A presente proposta apresenta resultado parcial de uma pesquisa em andamento para fins de TCC, cujo objetivo é demonstrar os diversos fatores que levaram várias pessoas de lugares distintos através de um processo de migração, a se aventurarem no povoado Novo Nilo localizado na cidade de União – PI, na perspectiva de melhores condições de vida e de trabalho, uma vez que, dentro desse povoado foi inaugurada na década de 1960 a fábrica GECOSA (Industria Integrada Gervásio Costa S/A), problematizando as expectativas desses ex-trabalhadores no que tange a ideia de progresso trazida por essa indústria. A metodologia utilizada para a construção dessa pesquisa foi a realização de entrevistas com alguns dos ex-trabalhadores da fábrica GECOSA que vivenciaram momentos distintos durante a trajetória dessa indústria entre as décadas de 1980 a 1990 e que participaram ativamente desse processo histórico, procurando entender através dessas narrativas o pertencimento a esse lugar social, contrastando essas falas com as diversas temporalidades existentes dentro desse local de trabalho, a qual se inicia desde a construção da fábrica até a sua posterior desativação. Além dessas entrevistas também serão utilizados como objetos de análise, algumas documentações referentes a fábrica, tais como: atas da empresa, relatório de produção, fotos, registros de trabalho, serão utilizadas também fontes hemerográficas e o acervo pessoal dos entrevistados. Para tanto utilizamos E. P Thompson (1981), Eric Hobsbawm (2000) e Sergio Buarque de Holanda (1995) que procuram através de seus estudos ampliar os olhares para a subjetividade histórica desses sujeitos. Para se entender a metodologia utilizada será realizado um diálogo com os pensadores Jacques Le Goff (2003) e Pierre Nora (1993) que legitimam a História Oral dentro do campo da História por meio da mentalidade histórica. Já com relação a temática da regionalidade e do processo de migração sofrido por esses ex-trabalhadores, a referida proposta de pesquisa será alinhada com os pesquisadores, José de Souza Martins (1996), Teresinha de Queiroz (2006), Maria Dalva Fontenele Cerqueira (2015) e Lia Monnielli Feitosa Costa (2018) que destacam por meio de seus estudos características peculiares para esses sujeitos dentro da sua temporalidade histórica. Ao término dessa problematização pretende-se entender como ocorreu o processo de migração desses ex-trabalhadores da fábrica GECOSA, identificando os conflitos e as possíveis ações de resistências que ocorreram, no intuito de compreender se houve a permanência das relações patriarcais no contexto rural mais amplo e como foi a vida desses trabalhadores através de suas narrativas, mostrando se as suas aspirações em relação a condição de vida e de trabalho foram realmente alcançadas.

Palavras-chave: Migração. Subjetividade. Regionalismo. Trabalhadores. Industrialização.

A seca de 1888/1889 e seus efeitos sobre a vila de Amarração: deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí

Me. Marcus Pierre de Carvalho Baptista (UFPI)
Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (UFPI)
Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista (UESPI)

Resumo: Em 1880, Francisco Gil Castello Branco, em seu livro, *Ataliba, o Vaqueiro* descreveu a paisagem desoladora da fazenda do Morro, localizada na região de Marvão, atual Castelo do Piauí na mesorregião Meio-Norte piauiense. Uma cena de desesperança, de medo, dos terrores que a seca provocava à medida que ia se alastrando pela região. Um cenário que, embora buscase retratar a seca de 1877, torna-se algo corriqueiro na província do Piauí no decorrer dos anos de 1888/1889, atingindo-a de norte a sul, e fazendo com que novamente esta, assim como as outras províncias do Norte, vivenciassem mais uma vez os problemas decorrentes da seca. Nessa conjuntura, Amarração, localizada no litoral piauiense, se tornou uma, dentre as diversas vilas, acometidas pelo fenômeno e que teve sua paisagem modificada gradativamente conforme a seca adentrou e se manifestou naquele espaço. Além disso, provocou também outra situação que terminou por repercutir em Amarração: a migração de indivíduos das províncias vizinhas, principalmente a do Ceará, que fugiam das adversidades causadas por esta seca em seus locais originários e acabavam agravando a situação nos espaços por onde passavam e se estabeleciam, especialmente em função do aumento da necessidade de gêneros alimentícios e água para suprir estes indivíduos. Desta forma, o objetivo deste artigo foi discutir sobre as implicações da seca de 1888/1889 na Vila de Amarração no litoral do Piauí, sobretudo no que se refere aos problemas causados pelos deslocamentos humanos que para ela se destinaram em sua fuga do flagelo, evidenciando os furtos realizados pelos migrantes para garantir sua sobrevivência. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, compreendendo a seca enquanto um fenômeno natural, social e histórico, considerando como esta contribuiu para a invenção imagética do Nordeste, e como afetou o Piauí no final do período oitocentista, sendo possível refletir sobre seus efeitos em Amarração no recorte temporal estabelecido. Para tanto utilizou-se Domingos Neto e Borges (1987), Andrade (1998) e Albuquerque Júnior (2001). Utilizou-se também pesquisa documental, especialmente a hemerográfica, analisando-se periódicos locais publicados entre 1888 e 1889 com informações sobre os efeitos que a seca teve na província, sobretudo em Amarração, sendo eles: *A Imprensa* e *A Phalange*. Infere-se por meio da análise realizada que os efeitos da seca em Amarração tiveram duas formas de manifestação: problemas internos como o esgotamento de água potável, morte das plantações e do gado e problemas externos ocasionados pelos deslocamentos humanos oriundos das províncias vizinhas, gerando conflitos, como os furtos da Comissão de Socorros e dos recursos que deveriam ser destinados a população da vila. Neste sentido, a seca além de transformações na paisagem de Amarração trouxe também adversidades sociais em face da migração, marcando a referida vila, bem como a província do Piauí nos anos de 1888 e 1889.

Palavras-chave: Seca de 1888/1889. Deslocamentos Humanos. Conflitos Sociais. Vila de Amarração. Litoral do Piauí.

ECOS DO DISCURSO:

desenvolvimento urbano de Teresina 1900 -1930

Esp. Matheus França dos Santos (FESL)

Prof. Dr. Valdinar da Silva Oliveira Filho (UESPI)

Resumo: O presente trabalho, tem como foco, analisar o processo de desenvolvimento urbano de Teresina – PI no começo do século XX, especificamente entre os anos de 1900 a 1930. A pesquisa resultou na construção de uma monografia de conclusão do curso de graduação em História. Nessa apresentação, nos voltamos apenas para o segundo capítulo da mesma que resultou na construção desse artigo, pois ele envolve de forma específica aquilo que foi proposto em nosso objetivo. A fonte escrita foi de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho, tanto as de cunho oficial como as Mensagens de Governo, além do jornal Diário do Piauí e algumas edições dos Almanques da Parnaíba. Além dessas fontes, utilizamos algumas bibliografias que nos ajudaram a amarrar teoricamente a pesquisa e discutir o contexto teresinense nesse momento, dentre elas pode-se dar destaque as obras de Michel Foucault (1996) *A ordem do discurso*, Michel de Certeau (1982) *A escrita da história*, Raquel Rolnik (1995) *O que é cidade* e Iara Conceição Guerra de Miranda Moura (2010) *Historiografia piauiense: relações entre a escrita histórica e instituições políticas culturais*; Teresinha Queiroz (1988) *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo* dentre outras, que foram utilizadas para entendermos o contexto que Teresina passava, mas que não foram utilizadas na construção desse trabalho. Foi a partir de pesquisas feitas no Arquivo Público, no site da Biblioteca Nacional e em arquivos pessoais, que pudemos ter acesso aos relatórios de governo, os quais nos deram a compreensão de como era visto e tratado o desenvolvimento urbano de Teresina no meio político. Também tivemos acesso ao jornal Diário do Piauí, um periódico de cunho oficial que circulava na Capital no período, por meio dele, foi percebido como todo esse processo chegava aos teresinenses, ou pelo menos a uma parcela deles, outra fonte que tivemos acesso foi aos Almanques da Parnaíba, o que nos levou a discutir como era retratada, mesmo que de forma tímida, o desenvolvimento de Teresina, em outras regiões do Piauí, como no caso de Parnaíba, que nesse contexto era considerado o coração comercial do Estado, pois era de lá que partia para outras regiões do Brasil e até mesmo para a Europa, os principais produtos de exportação que nessa conjuntura era a base de sustentação econômica do Piauí. Por tanto, a partir dessas análises, pudemos problematizar, com base nos relatos oficiais e não oficiais, como as ideias sobre o desenvolvimento urbano de Teresina foram propagadas através dos meios de informação/comunicação da época, na capital e em outras regiões do Estado.

Palavras-chave: Teresina. Desenvolvimento Urbano. Discurso. Imprensa. Espaço.

A seca de 1979 através do cotidiano dos trabalhadores de Bocaína, Picos- PI (1979-1996).

*Milena de Araújo Leite (Graduanda em História- UESPI)
Prof. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)*

Resumo: No Piauí, a construção de barragens foi menor comparado aos outros estados do Nordeste seco, pois é sabido que o território piauiense possui boa quantidade de água subterrânea e de rios perenes em relação às outras regiões nordestinas, em suma a solução hidráulica repercutiu pouco no Piauí. (NETO, 1987). Nesse sentido, ainda que a construção de barragens tenha repercutido pouco no território piauiense, é necessário compreender a história social da seca no Piauí, pois mesmo que essa região conviva com essa mazela, é possível inferir, em uma pesquisa prévia, que há um número limitado de trabalhos que abordam a temática da seca e dos sujeitos atingidos por ela, em particular no campo da história. Para tanto, fez-se um recorte abordando a seca de 1979-1983, estendendo até a conclusão da obra em 1996, e os sujeitos procurados são os trabalhadores da Barragem de Bocaína, localizada em Picos (Bacia do Rio Guaribas), região considerada mais crítica do Estado em termos de disponibilidade hídrica. Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir da documentação relacionada ao projeto de construção da Barragem de Bocaína e das narrativas orais, situações que evidenciem as relações de trabalho estabelecidas no contexto dessa obra considerando os conflitos, salários, carga horária, condições de trabalho, e os equipamentos utilizados por esses trabalhadores. Além disso, pretende trazer uma discussão sobre a seca através de uma perspectiva plural que perpassa os limites de uma noção tradicionalista que a enxerga apenas como uma questão climática, apresentando uma abordagem na qual a compreende como um fenômeno social. Trata das ações de combate a essa mazela buscando examinar a interferência do Estado nessas áreas atingidas, problematizando esses planos governamentais, por meio da construção dessa barragem, procurando os sujeitos que trabalharam nessa obra, no intuito de analisar os desdobramentos das ações políticas no cotidiano desses trabalhadores. O percurso metodológico para a construção dessa pesquisa trata-se inicialmente do levantamento da bibliografia teórica e historiográfica referente ao tema, seguido de seleção e fichamento, para necessárias retomadas ao longo da pesquisa. A partir do diálogo estabelecido como estado da arte da historiografia sobre a estiagem e obras de socorro público, principalmente a construção de barragens, foi iniciado o processo de levantamento das fontes. Para a questão das barragens, faz-se necessário coletar dados no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), onde se encontram as obras de socorro público para o combate da seca. Esses dados visam analisar o papel da construção da Barragem de Bocaína, no contexto político, econômico e social em questão. Por último, será realizado um trabalho de campo, através da história oral, buscando os trabalhadores da barragem, no intuito de cruzar as fontes para obter uma análise mais ampla do cotidiano desses sujeitos.

Palavras-chave: Barragem. Seca. Relações de Trabalho. Ações de combate à seca. Conflitos.

Trabalhadores de Cocal de Telha:

trabalho, migração e relação social (1970-2019)

Natalia dos Santos Gomes (Graduanda em História- UESPI)

Resumo: O presente trabalho apresenta um estudo sobre as lógicas de trabalho através dos homens de Cocal de Telha, Piauí, que migram temporariamente para os mais distintos estados do Brasil para trabalhar em empresas da construção civil e industrial anos de 1985 a 2019. A pesquisa em questão tem como objetivo compreender uma das diferentes formas de trabalho no Piauí, através dos trabalhadores migrantes de Cocal de Telha, identificando quem são esses trabalhadores, suas trajetórias, imagens criadas e realidades vividas na relação entre cidade de origem, e de destino. Objetivamos ainda verificar as condições de trabalho vivenciadas por esses indivíduos nos locais de destino e como se dá o processo de retorno para a cidade de origem. O estudo é dirigido por fundamentos teóricos e contextuais, como o trabalho formal e informal, afim de fundamentar e dialogar com as discussões sobre o trabalho, consciência de classe e migração temporária dos trabalhadores de Cocal de Telha no Piauí. Foi através da análise bibliográfica que surgiram algumas das problemáticas citadas anteriormente e montamos o questionário semiestruturado para ter como suporte para as entrevistas. Nesse sentido, o estudo se utilizou metodologicamente da análise de entrevistas e questionários aplicados há 10 trabalhadores migrantes de Cocal de Telha nos anos de 2018 e 2019. Inicialmente montamos os questionários semiestruturados, posteriormente marcamos as entrevistas, e entre o final de 2018 e meados de 2019 as entrevistas foram realizadas e posteriormente foi feita a coleta de dados. Através das análises conseguimos responder algumas das problemáticas criadas, como por exemplo conhecer quem são esses homens que saem de suas localidades para os mais distintos estados do Brasil, quais as suas motivações, os estados de destino, como eles conseguem esses empregos em outros estados, quais as profissões exercem, como eles vivem nos locais de destino, quais os benefícios a empresa que trabalham ou trabalharam fornecem (se possuem carteira assinada, horas extras, tíquetes alimentação, moradia), quais as dificuldades que encontram, quais as vantagens e desvantagens do tipo de trabalho que exercitam, as imagens criadas em torno do local de destino em contraponto com as realidades vivenciadas posteriormente. Essas foram algumas das respostas encontradas pelo presente estudo, dos quais podemos chegar à conclusão que os homens que viajam de Cocal de Telha são em parte impostos pelo meio que vivem, pois sua cidade não fornece condições para sua permanência, podemos perceber em contraponto que esses homens também se sentem atraídos pelos locais de destino e que muitas vezes suas expectativas não condizem com a realidade.

Palavras-chave: Trabalhadores. Migração. Trabalho. Trabalho formal. Trabalho informal.

Do pão ao trabalho:

caridade e assistência pública no combate aos efeitos da seca no Piauí (1877)

Prof. M.^a Rafaela Martins Silva (UESPI)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de estudar o modo como o poder público piauiense atuou no sentido de administrar os problemas causados pela seca de 1877. Enfoca a forma como a *caridade pública* foi organizada para atender às multidões de flagelados que adentravam o Estado no final do século XIX e atenta também para os conflitos, as resistências e os contrapontos nascentes das práticas caritativas dispensadas aos “desvalidos”. Vindos massivamente do Ceará, os imigrantes recebiam alimentos, roupas, assistência médica e trabalho por meio de “comissões de socorros”. Foram direcionados para *núcleos agrícolas*, onde a *assistência* era moeda de troca frente à mão-de-obra utilizada no campo e, posteriormente, em obras públicas. A pesquisa foi possibilitada através da análise de *livros, atas, decretos, relatórios provinciais* e dos *jornais A Imprensa* e a *Época*. O referencial teórico reside no conceito de *economia moral* (HOBBSAWM, 2009) e de *caridade pública* (CAVALLO, 1998). O diálogo com a historiografia está embasado em pesquisas cruciais para entendermos os efeitos da seca de 77 nos anos que a sucederam, bem como, em outras regiões nordestinas. Assim, Frederico de Castro Neves (2009) e Durval de Albuquerque Muniz (1988) estão entre as principais referências bibliográficas utilizadas neste estudo.

Palavras-Chave: Seca; Imigração; Caridade; Assistência Pública; Trabalho.

Da madeira às águas

A questão ambiental no Brasil Império (1822-1834)

Ruan David Santos Almeida (Graduando em História – UEMA)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo compreender a questão ambiental durante o Período Imperial, serão analisados decretos e decisões jurídicas promulgadas entre 1822 a 1834, recorte temporal escolhido afim de aperceber as ações desenvolvidas pelo governo imperial regulamentando o corte da madeira brasileira e a utilização das águas dos rios. Constituiu-se universo de leitura, contendo obras como as de Fabíula Sevilha “Rios e terras: a história ambiental de Goiás” em conjunto com outras pesquisas de cunho histórico direcionado ao entendimento desse espaço para assim, se refletir sobre a concepção atribuída ao meio ambiente e suas funcionalidades. Para o entendimento a respeito das transformações ocorridas durante o período aplica-se a noção “exploração racional”. Sabendo que no domínio das relações sociedade-natureza, implica o estudo de aspectos como ferramentas de trabalho, relações de poder, modos de vida e produção. Nesse sentido, faz-se uma avaliação a respeito das transformações pelas quais passou a questão ambiental a partir da fundação do Estado brasileiro, sua interação com o meio ambiente. E atrelado a esse contexto, presumimos os problemas econômicos como pano de fundo influenciando na forma como o Império irá se utilizar desses bens naturais juntamente com a população. No tocante aos recursos hídricos locais perceberemos que haverá uma dominação social sendo gerida pelo poder provincial, isso a partir das medidas judiciais vigentes, já que se constatam os rios e a madeira brasileira aparecendo em leis e decisões de forma predominantemente utilitária, onde são relacionados impostos, taxas, atribuições essas processadas pelo estado nacional em formação, definições essas a respeito dos produtos que seriam apropriados, e assim, culminando nos critérios da maneira como determinado recurso deve ser ou não explorado, com isso contempla-se o entendimento a respeito das movimentações comerciais interprovinciais avistadas no cenário imperial que eram desenvolvidas através das vias fluviais, nesse segmento que SOUSA (2013,p.117) descreve que “Os rios eram comumente vistos como caminhos que andam”, devido a tais funções serem desempenhadas sob seus afluentes. Associado a esse contexto averigua-se a dominação da população local promovida através da promulgação de leis e ordenamentos jurídicos que indicavam os limites na utilização dos bens naturais. Partindo desse entendimento, será buscado disseminar com o conhecimento obtido nesses escritos as diversas possibilidades de avaliações das decisões jurídicas que nessas retratações foram vistas no viés ambiental, mas que podem ser utilizadas para a compreensão de variadas questões do período. Entretanto, cabe ao olhar apurado do pesquisador conseguir direcionar as fontes jurídicas as suas dúvidas ou da sociedade, para assim, conseguir explicações com relação a problemáticas de cunho social.

Palavras-chave: Brasil Império. Meio Ambiente. Madeira. Águas. Mudança Ideológica.

Nós não somos trouxas:

história e memória das lavadeiras de roupas dos rios de Teresina (década de 1970)

Yasmin Escórcio Meneses da Silva (PPGHB-UFPI)

Marcelo de Sousa Neto (UESPI/PPGHB-UFPI)

Resumo: Este artigo apresenta uma análise acerca da história e da memória das lavadeiras de roupas dos rios Poti e Parnaíba, presentes em Teresina. Através dele temos o propósito de discutir, como a criação de uma lavanderia comunitária em Teresina na década de 1970, através de um projeto do governo estadual, ressignificou a memória das lavadeiras de roupas que utilizavam os rios Poti e Parnaíba como seu lugar social e econômico. Dentro dessa apresentação, pretende-se explicar como e de que forma o trabalho das lavadeiras de roupas adentra espaços urbanos, diante do cenário de progresso na qual a cidade vivia, mediante o crescimento da capital, causada por uma modernização planejada pelas administrações, estadual e municipal, que provocou mudanças e intervenções nos espaços físicos e hábitos dos teresinenses. Além de suscitar inquietações dentro de um discurso que construiu a imagem da lavadeira de roupas como algo degradante e calamitoso que contrastava com a nova realidade que vivia a cidade em tempos de crescimento e modernização, e como questões como essas possibilitaram a intervenção estatal no serviço oferecido de modo informal, percebendo então a forma como as lavadeiras foram redirecionadas ao novo local. A discussão segue através do apoio em jornais circulados durante o período, e por meio de entrevistas, com metodologia da História Oral, como fontes para a compreensão do trabalho e das memórias ressignificadas das mulheres lavadeiras, que foram redirecionadas para a lavanderia. Além de utilizarmos uma bibliografia que compreende o período em temas como pobreza, trabalho feminino, memória e progresso em Teresina, no intuito de aproximar o referencial teórico para a discussão aqui justificada, abordado por MATOS (2002), LIMA(2003), NASCIMENTO (2007), FONTINELLES (2015), HALBWACKS (2003), CERTEAU (2014). Para tanto, percebemos uma melhoria qualitativa no serviço oferecido, visto que com novos espaços e nova estrutura a qualidade da lavagem de roupas nas lavanderias comunitárias se sobrepõem a qualidade das águas dos rios, além de proporcionar uma melhoria na saúde das lavadeiras e oferecer assistência a toda sua família, possibilitando um trabalho mais humanizado e menos precário. Assim, compreende-se que a mudança de local das lavadeiras para manutenção de seus serviços, ao provocar uma ressignificação da memória das mulheres sujeitas a tal tarefa, acaba por revalidar memórias que ao serem atribuídas novos sentidos, se reconstituem ou reconstroem formando a partir delas novas memórias, sem que as antigas sejam esquecidas, ou subjugadas, dando as lavadeiras um reconhecimento de valor para sua própria história.

Palavras-chave: Lavadeiras. Teresina. História. Memória. Progresso.

ST-05: HISTÓRIA, TERRA E TRABALHO NO SERTÃO PIAUIENSE

Prof. Me. Cássio de Sousa Borges (UFPI)
Profa. Ma. Ivana Campelo Cabral (SEDUC/PI)

Resumo: O campo, muitas vezes representado como a antítese da cidade, há bastante tempo é tema de reflexão pela academia nos seus mais variados aspectos, sejam sociais, culturais ou econômicos. Concordamos com o autor René Remond ao sustentar que “nossa história inclina-se a exagerar a importância do fenômeno urbano, da população das cidades e das questões sociais ligadas à industrialização, esquecendo-se dos problemas e da situação dos homens do campo”. O presente Simpósio Temático tem por objetivo reunir pesquisas que abordem sobre a ocupação produtiva da terra, questões fundiárias, e formas de trabalho rural no território onde hoje se constitui o estado do Piauí, desde o período colonial até o século XX. O campo nos aparece como parte essencial da sociedade e que deve continuar a ser estudado, pois é nele que se consolidam muitas das contradições sociais que reverberam pelo país nos dias atuais. O meio rural aparece no cenário histórico piauiense em seus diferentes períodos com bastante destaque, dada a forte predominância da produção agrícola e pecuarista na economia estadual e a ampla movimentação dos variados seguimentos sociais ligados a esse setor da economia.

Palavras-chave: História. Terra. Trabalho. Piauí.

Uma convergência possível?

Reforma agrária e preservação do patrimônio cultural na localidade Brejo de São João (Pajeú do Piauí-PI)

*Me. Adonias Antonio Galvão Neto
(Fundação Cultural Grande Pedro II)*

Resumo: A comunicação pretende compartilhar uma reflexão acerca dos desafios em torno da proposta de se promover estratégias para a preservação do patrimônio cultural na localidade Brejo de São João, zona rural do município de Pajeú do Piauí-PI, região Centro-Sul do Estado, enfatizando-se a atual configuração socioespacial da localidade como um elemento-chave. Tal discussão tem como base a pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor junto ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/MP/Iphan), concluída em 2018. Na referida localidade, entre o ano de 1996 e 2010, ocorreu o processo de materialização do Projeto de Assentamento Rural Brejo de São João, uma iniciativa do Instituto de Terras do Piauí (Interpi) que objetivava contemplar um total de 44 famílias. Por outro lado, devido à existência de ruínas de uma edificação construída em sua maior parte em alvenaria de pedra numa determinada área do território do Assentamento, esta foi reconhecida, por parte de técnicos do Iphan/PI, como um sítio arqueológico histórico – o Sítio Brejo de São João, que foi inserido no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) em 2007. Desde então, foram promovidas, pelo Iphan/PI, ações de identificação do patrimônio arqueológico no sítio (destacando-se a realização de uma escavação em 2014), e produções bibliográficas que se debruçaram sobre os dados provenientes de tais ações (OLIVEIRA e ASSIS, 2009, 2016; GALVÃO NETO, 2018) sustentam a hipótese de que a ocupação histórica da localidade remonta ao domínio jesuítico no sertão do Piauí colonial, tendo nela funcionado uma das Residências que o Colégio Jesuíta da Bahia mantivera no decorrer do período de administração do patrimônio rural herdado pela Ordem jesuíta do sertanista Domingos Afonso Mafrense (1711-1759). Considera-se, ainda, que tenha funcionado na localidade, durante o período imperial, a sede administrativa do Departamento de São João do Piauí das Fazendas Nacionais. Diante desses fatos, o objetivo central deste trabalho é historicizar as transformações ocorridas na localidade Brejo de São João que estão diretamente relacionadas às duas políticas ora enfatizadas – a política de redistribuição fundiária e a de preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, algumas das questões suscitadas foram: a existência da ruína histórica foi um fator contribuinte para a escolha da localidade, pelo poder público, para a implementação do projeto de reforma agrária? Houve ou há, na iniciativa do projeto de assentamento, alguma perspectiva de valorização do patrimônio arqueológico? Para buscar respondê-las, o procedimento metodológico envolveu pesquisa documental no Interpi e na Superintendência do Incra no Piauí, pesquisa cartorial, pesquisa bibliográfica e levantamento de fontes orais. Tais investidas possibilitaram observar que não há uma interlocução entre as entidades governamentais responsáveis pelas referidas políticas, ao passo em que se concluiu que um planejamento convergente representaria um fator crucial tanto para a consolidação da iniciativa de reforma agrária (que apresenta atualmente uma acentuada evasão da população assentada), como para o processo de preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Assentamento. Reforma Agrária. Patrimonialização. Patrimônio arqueológico. Preservação.

Mandonismo e violência na fronteira:

potentados locais e a atividades de bandos armados no sul do Piauí entre 1900 e 1930

Aelson Barros Dias (Doutorando UFRGS – IFPI)

Resumo: O presente trabalho estuda os conflitos envolvendo ações de bandos armados no Sul e Sudeste do Piauí nas três primeiras décadas do século XX e que na época ficou conhecido como banditismo. Desse modo busca analisar como naquela época a arbitrariedade de forças privadas e interesses de mando levaram à eclosão de conflitos armados e violentos nos sertões fronteiriços do sul do Estado. Visa igualmente entender como mecanismos de manutenção, imposição ou disputa de poder local ganharam contornos violentos. Nesse esforço discutiremos paralelamente como e em que medida determinada disposição ao recuso da violência física interpessoal e privada podia estar presente no cotidiano das relações sociais do sertão sul do Piauí nas primeiras décadas da república, estando ligada ou não aos códigos de honra locais. De acordo com a documentação analisada até aqui, ainda nas últimas décadas do século XIX no Piauí, vez por outra chegava ao conhecimento das autoridades da capital notícias aterradoras de ações de bandos armados agindo com violência na região Sul e Sudeste, principalmente na zona de fronteira que separa o Piauí do estado da Bahia e de Goiás. Nos documentos as notícias dão conta da pilhagem, do roubo e até de assassinatos praticados por esses bandos. Tais notícias buscavam enfatizar o terror causado pelas ações dos bandos armados nas vilas e lugarejos próximos aos lugares acossados. No entanto, embora no último quartel do século XIX no sul do Piauí as atividades desses bandos armados foram frequentes, foi durante as primeiras décadas do século XX que a atuação de grupos armados passou a ser mais intensa. Isso porque as ações de bandos armados adquiriram forte aderência nas disputas de poderes locais. Assim, ao analisar esses conflitos violentos nos quais houvera intensas atividades de bandos armados nas três primeiras décadas século XX no sul e sudeste do Piauí, privilegiamos em termos de espaço os municípios de Parnaguá, Corrente, Gilbués, Bom Jesus, Caracol, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Jaicós. Portanto, estamos falando de histórias reais de conflitos armados entre jagunços, cabras, cangaceiros, chefes locais e que aconteceram durante muito tempo em várias zonas do sul do Piauí. Percebemos até aqui que a atuação desses grupos armados em conflito violentos na região funcionaram como instrumentos que em grande medida ajudaram a tecer a complexa rede de poderes locais e regionais. Em várias situações e experiências dali a autoridade se mantinha pela capacidade do uso da força e da violência privada na resolução de conflitos. Daí que nesses lugares o recurso à violência física interpessoal deve ser pensada como forma legítima de imposição de autoridade e mando.

Palavras-chave: violência; fronteira; mandonismo; potentados locais; bandos armados.

O patrimônio cultural edificado como ferramenta de desenvolvimento sustentável

*André Felipe Sousa Cardoso (Graduado em Arquitetura e Urbanismo - UNINOVAFAPI)
Pamela Krishna Ribeiro Franco Freire (Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia - UFPI)*

Resumo: O patrimônio cultural edificado é compreendido como um conjunto histórico, tradicional ou agrupamento de construções e espaços que retratem aspectos da história e da memória de um determinado local. Seu uso, por sua vez, pode estar atribuído a funções muito abrangentes, que envolvam toda sua comunidade de forma efetiva e colaborem para seu desenvolvimento em diversas esferas. Diante disso, a presente pesquisa possui como estudo a antiga fábrica de laticínios dos Campos, inaugurada em 1897, e localizada no município de Campinas do Piauí, fundado décadas mais tarde em decorrência do povoamento ocasionado pela implantação da fábrica no local, tendo servido como base de desenvolvimento agrícola para o estado do Piauí pelo seu pioneirismo. Atualmente, a edificação encontra-se em arruinação, devido seu desuso, sendo objeto de queixas constantes por parte da população que possui vínculos afetivos com o local. Dessa forma, suscita o debate sobre qual seria a melhor forma de proporcionar sua reutilização em benefício da comunidade local. É sabido que, por estar situado na região do semiárido, o local se enquadra nas estatísticas referentes a municípios que sofrem com os impactos das mudanças climáticas, que afetam, em especial, pequenos municípios do semiárido, pois são os que mais sofrem com as alterações das temperaturas, que, conseqüentemente, causam desequilíbrio no desenvolvimento local, o que gera uma cadeia de conseqüências negativas para educação, saúde e agricultura, bem como proporciona o aumento da pobreza. Apesar de o município estar situado em uma região onde a agricultura foi, durante décadas, base fundamental de subsistência, atualmente a atividade encontra-se em baixa, principalmente por causa das secas recorrentes, o que ocasionou uma redução no número de habitantes e a busca por outras atividades rentáveis, o que vai em contrapartida ao desenvolvimento sustentável. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o uso do patrimônio cultural edificado em prol do desenvolvimento sustentável e, como objetivos específicos, verificar o percurso histórico do município de Campinas do Piauí e sua trajetória nativamente agrícola, desde o seu surgimento até os dias atuais, analisando como as mudanças climáticas interferiram nesta atividade e quais os possíveis caminhos a serem percorridos para o desenvolvimento local por meio das ações que visem a implantação da educação agroecológica. Sendo assim, para alcançar os resultados da pesquisa, foram utilizados como procedimento técnico pesquisas bibliográficas sobre tema, com a finalidade de orientar o uso do patrimônio para o desenvolvimento local. Diante disto, constata-se que a utilização do patrimônio para a realização de ações educativas voltadas para a agricultura familiar de caráter formal e não formal, alinhadas a estratégias de desenvolvimento local, tornam-se ferramentas eficazes no fomento do conhecimento de técnicas agroecológicas e na busca pelo engajamento coletivo em prol do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Desenvolvimento sustentável. Mudanças climáticas. Agroecologia. Educação popular.

A Questão Fundiária na Cadeia Produtiva da Cera da Carnaúba – (1930-1975).

Brenda Maria Vieira Mendes (Graduanda História- UESPI).

Prof. Dr^a. Cristiana Costa da Rocha (UESPI.)

Resumo: A cera de carnaúba passou a ocupar lugar de destaque no conjunto das exportações do Piauí nos primeiros anos do século XX e teve seus tempos áureos a partir de 1940, quando o Estado superou o Ceará até então considerado o principal produtor da cera. Naquele período, o caráter oscilante da produção foi atribuído à natureza extrativa do produto, que depende da oferta natural das plantas produtoras, e também o caráter rudimentar das técnicas adotadas, que resultava no desperdício da matéria-prima e baixa produtividade (QUEIROZ, 1998). No tempo presente, o Brasil é o único país que produz e exporta a cera de carnaúba e o Piauí continua como um dos principais produtores (CARVALHO, 2008). A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/PI e a Procuradoria Regional do Trabalho, trouxeram à tona recentemente a problemática do uso de trabalho escravo, ou trabalho escravo análogo à escravidão, na cadeia produtiva da cera de carnaúba, no Piauí. Diante do exposto, é preciso considerar que a possibilidade de acesso à terra por parte dos trabalhadores do extrativismo da carnaúba diz muito sobre as formas de pensar e agir desses sujeitos em relação ao trabalho e manutenção de formas seculares de exploração. Dessa maneira, para compreender mais nitidamente o problema do trabalho escravo na cadeia produtiva da cera, é de suma importância o estudo sobre a problemática da terra rico e revelador para a compreensão das condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais do Piauí, que historicamente entrelaçam atividades agrícolas com o extrativismo vegetal. Assim, este trabalho é resultado da pesquisa do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e tem como principal objetivo discorrer a cerca da questão fundiária na cadeia produtiva da cera da carnaúba, com vista a discutir a problemática da posse e propriedade nas áreas voltadas para o extrativismo do pó cerífero. Para cumprir o objetivo proposto, a metodologia utilizada baseou-se na consulta a relatórios do governo, bem como na verificação de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e DNOCS – Departamento de Obra Contra as Secas. Para a interpretação e reflexão em torno dos dados, autores como MOTTA (2006), THOMPSON, MARTINS, LEVI serviram de base. Portanto, nota-se que a prática de extrativismo local se fez assentada na mão de obra barata em terras cedidas por grandes proprietários a moradores que paralelamente cultivavam essas terras na base da parceria ou arrendamento e que embora a estrutura fundiária das áreas de carnaubais tenham sofrido algumas pequenas modificações ao longo do recorte temporal, as desigualdades na concentração fundiária continuaram legitimando o não acesso a terra por parte dos trabalhadores da cera da carnaúba.

Palavras-chave: Terra. Cera da Carnaúba. Posse. Propriedade. Piauí.

A Repartição Especial de Terras Públicas na Província do Piauí (1858-1860):

política, burocracia e mediação de conflitos.

Prof. Me. Cássio de Sousa Borges (UFPI)

Resumo: Organizada a atuação para o segundo semestre de 1858, a Repartição Especial de Terras Públicas (RETP), em Teresina, tinha como primazia de seu funcionamento dar os encaminhamentos necessários para a regularização fundiária pretendida pela Lei de Terras de 1850 e o seu Regulamento de 1854. As demandas não eram poucas e, a princípio, ela deveria centrar sua atuação na identificação de terras devolutas, encaminhar as demandas relacionadas à revalidação de sesmarias e legitimação de posses, recolher todas as declarações e livros de registros de posses elaborados pelas paróquias nas freguesias, vilas e municípios da província e ainda copiá-los. Todas essas informações, ao serem coletadas, deveriam ser analisadas em esfera local, contabilizadas e, posteriormente, reduzidas a mapas. Tratava-se, no caso, da exposição em tabelas, contendo os dados por cada localidade, formando um total referente à Província do Piauí que deveriam ser remetidas à Repartição Geral de Terras Públicas (RGTP), e, que por sua vez, sistematizaria essas informações em seus relatórios anuais. Apresentaremos o funcionamento dessa Repartição através de sua documentação remanescente no Arquivo Público do Piauí. Esses documentos encontram-se em duas caixas: uma referente ao Ministério dos Negócios do Império, que contém, principalmente, as comunicações e ofícios circulares da RGTP endereçadas à RETP e à Província do Piauí; a outra, identificada como Delegacia Especial de Terras Públicas, traz um conjunto de comunicações enviadas e recebidas pela Repartição Especial em diálogo com a presidência da província e outras autoridades provinciais, as paróquias, a Repartição Geral e demais autoridades provinciais. Nesse rol de documentos também estão as comunicações com os civis, sobretudo aqueles que se viram na necessidade de defender seus interesses junto a esse órgão. Trata-se de uma documentação ampla, toda manuscrita, e cujas entrelinhas nos apresentam como se deu o trabalho dentro da RETP. Em suma, interpretaremos, neste artigo, como se deu a realização dos afazeres burocrático da RETP, o seu corpo de funcionários, o que faziam, as suas relações com a política provincial, as demandas recebidas, encaminhamentos dados, resultados obtidos, dificuldades para a realização do trabalho e a intermediação dos conflitos que chegaram até a repartição. O objetivo dessa análise é interpretar a dinâmica de diversos sujeitos que demandaram registrar suas terras, logo, essa ação nos faz interpretar o papel que essa instituição tinha ao conduzir esses pleitos, mormente, dos argumentos que utilizavam para apontar essas terras como suas e da forma como foram adquiridas. A REPT em Teresina foi extinta em 14 de abril de 1860 pelo Decreto Imperial nº 2.575, juntamente com as repartições de outras províncias sob a prerrogativa de que essas instituições não prestavam serviços que compensassem as despesas que elas acarretavam ao Império, deixando um vácuo administrativo recuperado somente no período republicano.

Palavras-chave: Repartição Especial de Terras Públicas, Regularização Fundiária, Lei de Terras, Mediação de Conflitos, Província do Piauí.

Trabalhadores Esquecidos:

estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor piauiense em meados do século XX

Eliliane Raquel Monteiro Cardoso França (Graduada em História - UESPI)

Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Resumo: O presente trabalho pretende analisar os costumes e práticas de trabalhadores rurais no século XX no município de União-PI. A pesquisa resultou em monografia de conclusão de curso de graduação. Elencamos nessa apresentação apenas uma das entrevistas que realizamos, pois engloba melhor o nosso objetivo proposto. A fonte oral foi muito importante para todo o processo de análise do tema, com ela foi possível discutir a questão do trabalho na roça, desde o desmatamento à colheita, através da perspectiva do trabalhador que, na maioria das vezes, não tem muito espaço para contar a sua versão dos fatos. A oralidade vem como fonte principal nessa pesquisa, mas vale ressaltar que também analisamos fontes escritas e bibliografias que discutem a temática do homem no campo, como Thompson (1998), Scott (2002), Domingos Neto (1987) e Rocha (2015). Através de instituições como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e o Arquivo Público de Teresina, conseguimos ter acesso aos Relatórios e Mensagens oficiais do governo que também foram de suma importância para a obtenção dos nossos resultados. A partir das fontes, conseguimos analisar as relações de trabalho existentes entre o proprietário de terra e o agricultor, até mesmo porque, estamos discutindo um período no qual o trabalhador rural não era protegido pelas leis trabalhistas, a única garantia que eles tinham eram acordos baseados na palavra. Também analisamos a questão da dificuldade do acesso à posse da terra, outra problemática bastante presente na vida dos agricultores que viviam à mercê dos proprietários. O pequeno agricultor era um sujeito marginalizado pela sociedade, e todos seus direitos foram conquistados de maneira tardia. Por mais que ao longo do século XX no Piauí encontremos, nas fontes escritas, iniciativas do governo que visavam o desenvolvimento da atividade agrícola, os trabalhadores ainda continuavam desamparados e as ações que deram certo se restringiam à uma pequena parte desses trabalhadores. A agricultura voltada para o consumo familiar era o meio de vida para a maioria das famílias que viviam no interior do Estado e a falta de acesso à terra era como negar para eles o meio de sobrevivência. Vale lembrar que, no século XX, o Brasil passou por uma fase de construção e ressignificação no âmbito das questões trabalhistas. Os maiores ganhos em termos de direitos para o trabalhador vieram a partir da década de 30, mas para os agricultores, mesmo com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, as mudanças somente vieram a ser sentidas após a década de 80.

Palavras-chave: Pequeno agricultor. Estratégias de sobrevivência. Economia moral. Agricultura familiar. Piauí.

A primeira regularização fundiária do Estado do Piauí (1896-1902):

legislação agrária, cadastros imobiliários rurais e o surgimento da propriedade privada.

Flávio Almeida Martins (Bacharel em Direito pelo CEUT e pós-graduando lato sensu em Direito Agrário pela FAR)

Resumo: No Estado do Piauí, a questão da “regularização fundiária” teve início com a criação e organização da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, por meio do Decreto nº 62 de 21.11.1896, e por força da Lei Estadual nº 168 de 04.07.1898 cumulado com Dec. Estadual nº 92 de 14 de setembro de 1898. Por esses instrumentos legais foi determinado o pagamento compulsório ao Estado pelas terras possuídas para fins de registro estadual, sob pena de tornarem-se devolutas. Com esses instrumentos jurídicos, o Estado do Piauí, fez cumprir os termos do art. 59 do regulamento de terras (Dec. 1.318 de 1854) e pôde realizar o registro de todas as propriedades do Estado por meio do registro de imóveis realizado pelo poder executivo em 33 (trinta e três) livros abertos pelo diretor daquele departamento. Os pagamentos foram realizados e registrados pela secretaria de Fazenda do Estado do Piauí nos anos de 1898 e 1899. Assim, pela análise desses livros, observou-se que o Estado do Piauí do começo do século XX, contava já com cerca de 38.000 imóveis privados, mesmo antes da criação dos cartórios de registros de imóveis pelo código civil brasileiro de 1916. No Piauí dos 15 primeiros anos do século XX (antes do código civil) um imóvel privado ou público só poderia ser objeto de transmissão se estivesse registrado pelo Estado do Piauí em um dos citados livros, que ficaram sob a gestão da Repartição de Obras Públicas e Terras e Colonização, isso, por força do Decreto Estadual nº 121 de 18 de abril de 1898. A regulamentação da alienação das áreas de terras remanescentes do Estado, iniciou-se pelas regras da Lei nº 292 de 01.07.1902, mas poucos foram os procedimentos realizados nesse período, diante do pequeno número de ações de demarcação dos limites privados, que naquela época, apesar de conhecidos, em sua maioria não estavam ainda tecnicamente delimitados e, ou, homologados pelo judiciário. Para fins didáticos, ousamos classificar o período da história do Piauí, compreendido entre a proclamação da república e até a revogação da Lei nº 292 de 01.07.1902, como o período da primeira tentativa de regularização fundiária do Estado do Piauí, da qual podemos extrair os seguintes fundamentos: 1. Levantar, registrar e exigir o pagamento dos sucessores daqueles que registraram paroquialmente os imóveis ocupados em 1854; 2. Tornar nulo qualquer outro título de posse ou propriedade que não tenha sido registrado nos livros do Executivo; 3. Regularizar a venda de terras devolutas pela Lei nº 292 de 01.07.1902.

Palavras-chave: Regularização Fundiária, Legislação Agrária, Cadastro Imobiliário, Propriedade Privada, Estado do Piauí.

“Comerás o pão com o suor do teu rosto”:

Trajectoria sociopolítica do movimento trabalhista, na região de Marimondo, Barras (PI), entre 2003-2007.

Francisca Cibele da Silva Gomes (graduanda - UESPI)

Evaniele Pereira Lages (graduanda - UESPI)

Verônnica Passos de Carvalho (graduanda - UESPI)

Prof.Me. Jordan Bruno Oliveira (Mestre em História do Brasil - UFPI)

O presente artigo tem como fundamento histórico social o movimento trabalhista em prol de terras ocorrido na região do Marimondo, na zona rural de Barras (PI), entre 2003 a 2007. Nesse período ocorreu conflitos entre arredados e proprietário de terras para usufruir livremente do local sem interferência autoritário do dono. A região do Marimondo foi palco de manifestações sociopolítica com o objetivo de redistribuir terras que estavam arredadas a um grupo de trabalhadores, no qual resolveram que reivindicaram tal região pois o próprio abandonadas pelo dono, no qual não morava na região apenas visitava o local esporadicamente, servindo somente para plantio e criação de animais pelos rendeiros, a partir de então mobilizaram-se e exigiram que a prefeitura deveria confiscar as terras e distribuir entre a população do local. Nesse sentido, as divergências e conflitos no Marimondo destacam-se a luta constante pelo direito à propriedade privada e liberdade plena em na sua utilização para assegurar a sobrevivência do trabalhador e sua família. A problemática baseia-se nas seguintes indagações: quais os motivos que levaram ao movimento, apesar do medo e insegurança? Por que não permaneceram no sistema de arredamento? Qual foi a base teórica que os sujeitos utilizaram para legitimar sua manifestação? Foi a legislação? Ou o senso comum, por acreditarem estar no direito de apossasse da terra, pois trabalhavam há vários anos na região? Qual foi o posicionamento do proprietário das terras e da administração municipal? Tendo como objetivo geral: analisar o movimento trabalhista na região do Marimondo, no interior de Barras a partir do conflito de interesses entre o proprietário das terras que foram invadidas e as aspirações dos trabalhadores arredados que ocuparam o local e exigiram seu direito de posse e objetivos específicos: descrever a trajetória do movimento em prol da posse de terras na região do Marimondo, analisar quais são as sensibilidades e representações desenvolvidas pelos manifestantes e a formação de uma identidade social entre os membros do grupo, identificar o papel representado pela administração Municipal nos acontecimentos que formaram o movimento em prol da posse de terra e comparar os distintos pontos de conflitos entre os lavradores e o dono da terra, como os pontos de vistas e o posicionamento de ambos. O trabalho utiliza fontes orais através de entrevista como os envolvidos na problemática social, no entanto nem todos se encontram vivo, mesmo assim serão feitas entrevistas com sete membros. A pesquisa também utilizará fontes bibliográficas, principalmente artigos retirando da internet além de artigos e livros referentes ao histórico de movimento social na dimensão nacional e na própria região para nortear a fundamentação teórica e possibilitar reflexões crítica sobre o tema.

Palavras-chave: Trabalhadores. Campo. Conflitos. Posse. Cidadania.

O vínculo com a terra e as diferentes categorias de trabalhadores rurais livres no Piauí oitocentista

Prof^a. Ma. Ivana Campelo Cabral (SEDUC-PI)

Resumo: A pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas foram as principais atividades econômicas desenvolvidas no Piauí oitocentista, tais atividades possibilitaram a existência de variadas categorias de trabalhadores rurais. A sociedade rural foi marcada pela presença de sujeitos diferenciados em decorrência das funções que desempenhavam e a posição jurídico-social que ocupavam. Devido ao fato do Piauí estar situado na zona geográfica denominado de sertão nordestino, os habitantes passaram a ser reconhecidos pela literatura e pela historiografia como sertanejos. Estes sujeitos são detentores de uma significativa cultura, alinhada com as características regionais, climáticas, históricas, econômicas e sociais, ainda pouco explorada a nível historiográfico. Neste contexto, temos como objetivo neste artigo destacar os sujeitos que compunham as principais categorias de trabalhadores rurais livres atuantes no sertão nordestino na segunda metade do século XIX, que se apresentam como: posseiros, arrendatários, criadores, sitiantes, vaqueiros, agregados ou moradores. Estas categorias juntamente com os escravizados e os grandes proprietários de terras e sesmeiros compunham os principais elementos formadores da sociedade piauiense. Constitui-se como metodologia empregada a pesquisa bibliográfica, análise e investigação de fontes documentais, como relatórios de presidentes da província, correspondências oficiais do executivo, processos crimes, inventários e correspondências do poder legislativo disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí. O aprofundamento e análise destas fontes nos permite uma discussão acerca da existência e vivência de trabalhadores rurais livres e escravizados nos espaços de produção, dando ênfase aos trabalhadores livres, tentando perceber o dito e o “não dito” sobre estes sujeitos nas obras que tratem de temáticas afins em nível regional. No Piauí Oitocentista predominava a atividade pastoril, associada à produção de gêneros alimentícios, assentadas na exploração intensiva do trabalho de livres e escravizados. A fazenda de criatório foi o núcleo base da produção econômica e espaço de sociabilidades da região sertaneja piauiense, concentrando os meios de produção e os trabalhadores em suas extensas léguas de terras, confirmando o caráter predominantemente rural desta sociedade. Com a investigação realizada foi possível apresentar e caracterizar cada uma das categorias de trabalhadores rurais do Piauí oitocentista encontradas nas fontes, expondo suas semelhanças, diferenciações e as atividades desenvolvidas por cada uma delas. A pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas possibilitaram a existência de várias categorias ou segmentos de trabalhadores. Observa-se que na segunda metade do século XIX a sociedade piauiense estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas e o principal elemento definidor era a posse, ou não, dos títulos fundiários onde produziam e residiam estes sujeitos.

Palavras Chave: Terra; Categorias Sociais; Trabalhadores Rurais; Piauí; Oitocentista.

O Agronegócio no Piauí:

a dinâmica dos avanços e os impactos que permeiam essa atividade no cenário local. 1980 - 2015

*João Victor Santos Visgueira (Graduando em História – UESPI)
Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)*

Resumo: A formação das estruturas agrárias brasileiras se iniciou através daquilo que se conhece como latifúndios, ou seja, boa parte da história do Brasil esteve presente a manutenção de grandes extensões de terras para vários fins. É sabido que o Agronegócio é um dos grandes propulsores do desenvolvimento econômico brasileiro, portanto, este trabalho tem por objetivo estudar e compreender o modus operandi da expansão da fronteira agrícola no Brasil, especificamente na região do estado do Piauí, tendo em vista que o mesmo faz parte do Mato-piba. O estado brasileiro teve um papel central como indutor do processo de modernização da agricultura, e também como promotor de expansão agrícola para diferentes estados da federação, o incentivo a produção agrícola moderna se efetivou por meio de políticas públicas visando à construção de novas áreas/polos de desenvolvimento, dentre as quais, destacam-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Proceder), Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Nordeste (POLONORDESTE), e até mesmo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O Piauí diante dessas empreitadas advindas do então Governo Federal começa a vivenciar esses projetos apenas em meados da década de 1980, isso pode ser confirmado com a criação do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) em 1980, ou seja, o cuidado com a regulamentação fundiária estadual diante das novas abordagens do país é averiguado com a criação dessa entidade. Embora a primeira incursão do governo com relação às novas abordagens agrárias tenham sido feitas ainda em 1964, as mesmas vão se fazer presentes apenas na década de 1980 em diante, isso em decorrência da economia piauiense da época ser baseada em uma base extrativista e pecuarista, a produção em terras piauienses era em grande maioria pautado em plantios qualificados como de agricultura familiar ou de “subsistência”, e tais mudanças advindas do Governo Federal, causaram assim, uma revolução nas estruturas sociais e econômicas piauienses. Por ser um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o presente projeto ainda está em processo de construção, sendo assim, momentaneamente não produziu resultados sólidos com relação ao que se propôs a fazer, ou seja, uma discussão sobre a dinâmica dos avanços e os impactos que permeiam o agronegócio na economia piauiense. Mesmo assim, a averiguação de dados está em ótimo andamento, o arcabouço documental é infinitamente amplo e muito rico, as fontes são das mais diversas, e conseqüentemente o presente trabalho será de grande contribuição para o arcabouço histórico local.

Palavras-chave: Agronegócio no Piauí; Cerrados; Desenvolvimento econômico.

Com todas as letras:

um processo de construção histórica alfabetizadora do cidadão do campo nas cidades de União e Miguel Alves – 2004/2006

Prof. Me. José de Jesus Redusino(UFPI/SEDUC/SEMEC)

Resumo: Em setembro de 2004, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, em parceria com a Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC, através do programa Brasil Alfabetizado, com financiamento colaborativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE e com o apoio da Petrobrás, desenvolveu o Projeto de Alfabetização “Todas as Letras”, cujo principal objetivo era contribuir na formulação de um projeto político-pedagógico que reflita as diferentes realidades dos trabalhadores rurais localizados nas cidades de União e Miguel Alves no Estado do Piauí. Tendo base fundamental, a tentativa de intervir nas políticas públicas no campo da educação que contemplem os interesses da classe trabalhadora. Estando alinhado a uma política de desenvolvimento social aliado a uma perspectiva essencial de Educação Integral de homens e mulheres, jovens e adultos que não tiveram acesso à educação como direito fundamental para o exercício da cidadania ativa, o “Todas as Letras”, tinha como elementos fundamentais: a) intervenção e definição nas políticas públicas de EJA; b) articulação com o poder público numa perspectiva de educação continuada que garanta a formação de leitores e escritores autônomos; c) articulação com os processo de desenvolvimento sustentável local e regional com vistas a estabelecer novas bases para as políticas públicas de inclusão social. O processo de construção histórica do processo de alfabetização cidadã, esteve presente constantemente durante todo o percurso das atividades, seja através das experiências pessoais e familiares de cada trabalhador, jovem, mulher ou adulto participante, bem como através da própria valorização do sujeito como “Ser Social” transformador de sua própria realidade social. O projeto de Alfabetização “Todas as Letras”, foi desenvolvido usando-se como base teórica a metodologia idealizada e posta em prática por Paulo Freire, em que o educando aprende a partir de sua própria realidade vivenciada através de suas experiências adquiridas no seu convívio social e familiar. Nas cidades onde foram implantados o projeto “Todas as Letras”, foram constituídas 21 turmas de alfabetização, sendo 12 localizadas no centro urbano e rural de União e 9 localizados na zona rural de Miguel Alves. Os resultados alcançados se sobressaem sobretudo em vista de se ter alfabetizado 450 trabalhadores do campo, entre homens, mulheres e jovens além de se aprimorar a formação para a luta por igualdade de 42 alfabetizadores das próprias localidades onde foram implantadas as salas de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetizadora. Histórica. Cidadão. Articulação. Educação.

Uma multidão de migrantes: assistencialismo e trabalho aos migrantes no Piauí (1877 -1879)

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves (Graduanda em História – UFPI)

Victória Régia dos Santos Lima (Graduanda em História – UFPI)

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (UFPI)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar historicamente o período de seca no Piauí, nos anos de 1877 a 1879. Abordando a seca, não somente como um fenômeno climático, mas social, político e econômico, acometendo o cotidiano dos migrantes. O período de seca, provocou um deslocamento em massa de populações das províncias no nordeste do País, na tentativa de assentar-se em locais que garantissem subsídios básicos a sobrevivência. Modificando história de homens e mulheres, jovens e crianças, que deixavam seu local de origem, privacidade dos lares, para moldarem novas perspectivas em algum lugar que lhes propiciem esperanças de um recomeço. As rotas migratórias perpassavam o Piauí, não somente de forma interna, entre uma vila e outra, mas também externamente, de uma província para outra. A priori, o deslocamento se dava da região interiorana para capital, local construído no imaginário como sendo detentor de maiores ajudas humanitárias. Tornando o Piauí rota de migração, e muitos destes, por faltar-lhe forças, saúde, alimentos, entre outros aspectos, paravam e estabeleciam-se na província. Dessa forma, durante o período já mencionado, o Piauí, principalmente, a capital Teresina, teve um aumento populacional grande. Nesse sentido, surgiu uma problemática para Província do Piauí e autoridades, o grande fluxo de retirantes na região. Indivíduos que constituíram uma camada social subjugada, vistos pelas elites locais como vadios, sem querer assumir compromissos com nenhuma forma de trabalho regular. Dessa maneira, se fazia necessário a criação de instituições de controle da nova camada crescente. Pois, era necessário que se mantivesse a plena ordem da Província. A exemplo de medidas de controle, esta os núcleos coloniais e o engajamento de obras públicas, que serviam para o afastamento dos meios urbanos e o deslocamento para trabalhos específicos, sejam a mando de senhores nas fazendas ou no desenvolvimento da cidade, por meio das obras públicas. Evidenciando a utilização desordenada dos retirantes como mão de obra barata. Ou seja, no contexto piauiense no final do século XIX, persistia o uso da força de trabalho de homens livres escravizados. A pesquisa abrange uma análise crítica de discurso dos meios de assistencialismo e trabalho que foram implantados para os flagelados. Dessa forma, a visão marginalizada em que cercava os retirantes, agravava sua situação nos períodos de estiagem, acometidos pela fome e doenças, eram obrigados a migrarem, processo em que se tornam vulneráveis a exploração e trabalho, se configurando como mão de obra barata. Diante do disto, percorreremos as trilhas desses migrantes, registrado em diversas fontes, tais como as cartas das comissões de socorros, assim como publicações no Jornal A Época, cujo objetivo é problematizar o tema e o lugar social desses sertanejos. Utilizando como referencial teóricos, autores como Maria Mafalda Balduino de Araújo, Edson Holanda Lima Barboza e Antônia Jesuíta de Lima.

Palavras-chave: História. Assistencialismo. Trabalho. Migrantes. Seca.

Entre bons patrões e trabalhadores obedientes?

Terra, trabalho e resistências em Miguel Alves/Piauí. (1950-1990)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira (*Mestrando em História Social- UFC*)
Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes (*UFC*)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações sociais estabelecidas entre trabalhadores rurais e proprietários de fazendas de Miguel Alves, Piauí. Cenário de múltiplas disputas e tensões no campo, o município está situado na região Meio Norte piauiense e integra o Território Entre Rios. A discursão centraliza-se entre os anos de 1950 e 1990. O período corresponde à derrocada do extrativismo vegetal, até então principal atividade econômica do estado, em contrapartida ao crescimento da lavoura. O recorte temporal também é crivado pela intensificação de conflitos velados e abertos, entre trabalhadores pobres e proprietários rurais, pela posse da terra e acesso à outros direitos. De um modo geral, abordamos as condições de vida e trabalho neste cenário, convencionalmente chamado de sistema de moradia, no qual os não proprietários poderiam ter acesso a uma parcela de terra em troca do pagamento de renda e cumprimento de obrigações aos fazendeiros. Destacamos as estratégias de sobrevivência, formas de exploração, controle e dominação, igualmente, as resistências possíveis. Assim, perpassamos pelo discurso das elites rurais locais, cujo esforço visava a apresentação de uma realidade isenta de antagonismos sociais. Discurso, convenientemente, criminalizador da pobreza, defensor da benevolência patronal e da obrigação de liderança dos proprietários rurais na manutenção da ordem social. Neste contexto, a existência de deferência dos lavradores diante dos patrões não significou fundamentalmente o predomínio da visão e interesses dos grupos dominante. A partir da análise das experiências dos trabalhadores identifica-se uma clara consciência antagonista fundamentada por diversos atos de insubordinação. Ações manifestadas em sua maioria não na arena pública, mas no espaço possível do cotidiano e resguardadas pelo anonimato. Dentre este conjunto de ações destaca-se a venda clandestina da amêndoa do babaçu, produto do extrativismo vegetal de suma importância na região. Obrigados a entregarem toda a produção para os proprietários, os trabalhadores rompiam com o monopólio vendendo às escondidas, no silêncio da noite, o coco babaçu por um preço melhor para outros proprietários. Sobre o referencial teórico dialogamos principalmente com os conceitos de *experiência* e *paternalismo* de E. P. Thompson (1998); *micro-resistência* e *discurso oculto* de James C. Scott (2002)/(20013). A metodologia da História Oral é importante na pesquisa, pois através da realização de entrevistas de história de vida, com roteiros semiestruturados, foi possível ter acesso às memórias e problematizar as experiências dos antigos moradores das fazendas. Da mesma forma, fazemos uso de fontes hemerográficas, fontes oficiais, livros de crônicas, memórias e poesias.

Palavras-chave: Terra. Trabalho. Resistência. Experiência. Paternalismo.

Tecnologia e Ruralidade

Considerações a partir da Tese da Colonização de Jürgen Habermas

Prof. Dr. Mauricio Fernandes da Silva (UFPI)

Resumo: O campo é retratado na literatura ocidental como lugar de atraso, contrapondo-se a cidade, isto, desde a obra inaugural da consciência ocidental: *A Odisseia* de Homero (séc. VIII aec). Este “atraso” foi construído e veio consolidando-se historicamente a partir de vários contextos. Um destes contextos, expressivo na atual situação do campo, refere-se à tecnologia, ou antes, aos usos das tecnologias no âmbito do campo, no qual podemos ver um abismo marcado pela inexistência de transferência tecnológica, o que gera uma desestabilização e conflitos. Podemos identificar uma condição paradoxal entre o discurso propagador de uma imagem de “atraso” do campo e o discurso desenvolvimentista das grandes corporações que palmilham o campo. De um lado, temos um agronegócio *high tech*, que avança palmilhando o campo; e, de outro lado, há uma falta ou dificuldade de acesso do pequeno produtor à tecnologia de ponta. No tocante à reflexão proposta, nos limitaremos a abordar o problema do avanço tecnológico no campo tendo como recorte norteador a teoria comunicativa de Jürgen Habermas, e dentro desta, mais precisamente, a *tese da colonização*. Partindo de uma revisão bibliográfica das obras *Técnica e Ciência como “Ideologia”* (1968), *Teoria e Práxis* (1971) e *Teoria do Agir Comunicativo* (1981, 1983) pretendemos uma análise do conceito de colonização utilizado por Habermas, enxergando aqui a possibilidade deste conceito nos fornecer elementos enriquecedores para uma compreensão do atual quadro de desenvolvimento do campo, bem como, uma compreensão dos problemas que envolvem os usos da tecnologia no âmbito do campo. Com isto intentamos explorar o modo de relação entre o avanço de uma ala estruturada tecnocientificamente – o caso do agronegócio, e o impacto desta no contexto das estruturas simbólicas que marcam o campo. Os usos das tecnologias no campo, ou o acesso às mesmas, marca a gramática dos conflitos atuais no campo, e deixam ressonâncias no âmbito das compreensões que possuímos sobre o próprio campo e sua rede de significações e diversidade. Conceitos como o de autonomia, soberania alimentar, agroecologia, dentre outros, podem receber impulsos a partir desta compreensão de desequilíbrio e podem alimentar-se epistemicamente deste pano de fundo teórico-conceitual. Pretende-se apontar aqui para a tese de que o campo historicamente foi, e continua sendo, compreendido em termos de reprodução dos modos de vida, de uma forma errônea, o que o condiciona como atrasado. Sua caracterização deve obedecer à outra perspectiva de reprodução para além da meramente *material*, a reprodução *simbólica*, e neste contexto poderemos compreender o campo como um local de avanços e progressos inegáveis e imprescindíveis à economia e ecologia das relações que o constituem, desde o âmbito do sujeito e também das comunidades.

Palavras-Chaves: Tecnologia. Ruralidade. Tese da Colonização. Jürgen Habermas. Transferência tecnológica.

As mães da seca: o clamor e a caridade no Piauí oitocentista

Victória Régia dos Santos Lima (Discente do Programa ICV/UFPI/CSHNB)
Dr Francisco Gleison da Costa Monteiro (Docente do Curso de História/ICV/PROPESQI
/UFPI/CSHNB)

Resumo: O presente trabalho está fundamentado no clamor e caridade ocorridos no Piauí oitocentista, especificamente, entre os anos de 1877-1879. Este intervalo de tempo foi marcado por uma grande estiagem que acabou por colocar a região Norte em destaque nacional, na medida em que a seca passou a ser encarada como uma problemática do império, tornando-se uma das principais pautas a respeito das províncias do Norte, resultando numa efetiva ação governamental, dado o contexto de mudanças nas relações existentes no campo. A seca passou a ser vista e tratada não apenas como um problema climático que assolava uma determinada região do país, mas como um fenômeno social; os olhares preocupados, principalmente da elite, saíram do campo da natureza, dos efeitos negativos da estiagem sobre os campos, para uma visão preocupada sobre os problemas sociais que a seca causava. Dentro desse contexto, a província do Piauí tornou-se uma importante rota de fuga para os flagelados, mesmo sendo um território que também sofria com a seca e as mazelas oriundas de tal evento. Diante da multidão de migrantes, destacam-se uma quantidade de mulheres que escreviam para as autoridades reivindicando alimentos, medicamentos e roupas para suas numerosas famílias. Para essa pesquisa, utilizamos como fontes os requerimentos e petições encaminhados aos presidentes provinciais, a rogo, pelas mães migrantes ou não, que viviam no Piauí no contexto em estudo. Procuramos, também discutir as relações de gênero neste contexto de seca, elucidando as maneiras de resistências encontradas para sobreviverem em um contexto de grande dificuldade. A partir do trato com a fonte, sua digitalização, transcrição, catalogação e problematização, podemos perceber que por não serem alvos das políticas emergenciais oriundas das Comissões de Socorros Públicos, as mulheres criaram maneiras de se relacionarem com a estiagem, principalmente, quando tinham que prover o sustento da família, visto a ausência dos maridos que fugiam do seu local de origem em busca de melhores condições. Pensar as relações de gênero nessa perspectiva nos permitirá olhar para questões pouco trabalhadas no contexto da seca, sobretudo, no que versa ao Piauí. Para além de compreender as características desse fenômeno e suas implicações sociais, é necessário buscar responder questionamentos que reconstruam, em partes, as relações sociais e políticas estabelecidas nesse meio, bem como as diferenciações sexuais que permeavam essas relações. Servirá também para colocar as mulheres como sujeitos ativos, que apesar de estarem colocadas em um contexto social que as silenciavam, elas mantinham maneiras próprias de resistirem e atuarem ativamente na sociedade.

Palavras-chave: Seca. Migrantes. Mulheres. Comissão de Socorros Públicos. Piauí.

ST-06: TÉCNICA E RURALIDADES: CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICO-HISTÓRICAS

Profa. Ma. Ana Paula Cantelli Castro (UFPI)

Prof. Dr. Gustavo Silvano Batista (UFPI)

Prof. Dr. Maurício Fernandes da Silva (UFPI)

Prof. Me. Rodrigo Gerolineto da Fonseca (IFPI)

Resumo: O presente simpósio pretende problematizar, através de contribuições filosóficas e históricas, a relação entre a técnica, enquanto modo contemporâneo de produção de artefatos e processos, e o mundo rural, enquanto espaço vivido no qual diversas técnicas surgiram e se desenvolveram. Tal relação, entre a técnica e o âmbito rural, abre-nos uma esfera de discussão que busca debater as transformações presentes no mundo rural, especialmente no que diz respeito à perspectiva histórica de criação, recepção e transformação da técnica, muitas vezes desdobrada em tecnologia, como uma forma de relação com o meio, no sentido de pensar a situação e a transformação do mundo da vida rural em um ambiente técnico. Ao mesmo tempo, queremos discutir o alcance da técnica em sua relação com o traço prático próprio do modo de ser das ruralidades, muitas vezes pensada a partir da relação com a terra e com a comunidade. O que significa dizer que as relações humanas com os saberes locais, mesmo as mediadas pela técnica, não se deixariam dominar pelos processos, ou seja, a técnica desenvolvida estaria totalmente remetida a vida em comum. Assim, as contribuições deste simpósio apresentam o problema da técnica e da tecnologia no âmbito das ruralidades, questionando a sua relação com a tecnologia, enquanto traço próprio da vida urbana, considerando dois exemplos de modos historiográficos de lidar com a técnica na perspectiva das ruralidades: o modo de produção dos farinheiros e os saberes e práticas sertanejos enquanto patrimônio histórico e museológico.

Palavras-chave: Técnica. Rural. História.

ST-07: EDUCAÇÃO DO CAMPO E BNCC: DA FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO À FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

Profa. Dra. Lucineide Barros Medeiros (UESPI)

Profa. Ma. Maria Raquel Barros Lima (AEFAPI)

Prof. Dra. Marli Clementino Gonçalves (UFPI)

Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira da Silva (UFPI)

Prof. Dr. Elmo de Souza Lima (UFPI)

Resumo: O simpósio tem como objetivo promover discussões analíticas a respeito da Educação do Campo, enquanto componente de uma política voltada para o desenvolvimento humano e ambiental, promotora de nova sociabilidade, ancorada numa proposta pedagógica e metodológica, cuja matriz está fundada na experiência de luta dos movimentos sociais do campo em defesa da reforma agrária popular e superação da exclusão educacional imposta aos trabalhadores do meio rural. Esta construção, impulsionada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) atualmente sofre importante tensionamento, de um lado pelos sucessivos cortes de recursos para a Educação do Campo e, de outro, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada em 2018, devendo ser implementada a partir de 2020, o que implicará a (re)formulação de currículos dos sistemas, das redes e escolas de todas as unidades federadas do Estado brasileiro. O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica e, conforme a BNCC, terá 40% de sua carga horária voltada para os “itinerários formativos”, com ênfase no ensino técnico profissionalizante. Esta perspectiva modifica as finalidades do Ensino Médio que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, deve preparar os educandos para o trabalho e a cidadania, contudo, a Lei 13.415/2017, da reforma do Ensino Médio, reduziu a três as disciplinas obrigatórias o que provavelmente limitará as oportunidades de acesso ao conhecimento fundamental à construção cidadã, além do risco de negligenciar, na formação, a especificidade campo como território. A proposta de discussão inclui aporte teóricos como Frigotto e Siavatta (2007), Saviani (2007) e Kenzer (2017).

Palavras-chave: Educação do Campo. BNCC. Mundo do Trabalho

A Base Diversificada do Currículo das EFAS e a BNCC:

Interrogações sobre a Formação para o Mundo do Trabalho e Emancipação dos camponeses

Aline Cipriano Saraiva Damasceno (Graduanda em Pedagogia - UESPI)

Tânia Karinny Pereira Pires (Graduanda em Pedagogia - UESPI)

Profa. Dra. Lucineide Barros Medeiros (UESPI)

Resumo: O estudo aborda a formação promovida pelas Escolas Família Agrícolas (EFAs) na relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando os desafios da formação profissional de pessoas do campo. Seu objetivo é analisar a proposta curricular de formação nas Escolas Família Agrícolas (EFAs), considerando as orientações para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A construção metodológica está orientada na análise documental da parte diversificada das matrizes curriculares de Ensino Médio de EFAs do Piauí, vinculadas à Associação das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI) e no Documento do Ministério da Educação (MEC) intitulado Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, que propõe a realização de modificações nos currículos para adequação à BNCC. Na construção teórica da discussão e análise tem-se autores como: Kuller (2014), Lima (2013), Gimonet (2007), Frigotto (2007), Ciavatta (2011), dentre outros. A Educação do campo, de acordo com o Decreto 7.352/2010 é uma política pública que destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. As EFAs estão entre as escolas que trabalham com esse público da Educação do Campo com uma proposta político-pedagógica baseada na Alternância, método criado na França nos anos 1930 e que consiste em uma construção pedagógica que compreende períodos de convivência intercalados entre a sala de aula e o espaço familiar, denominados de Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) ou Tempo Familiar (TF), tendo na matriz curricular uma base comum, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e uma parte diversificada, com conteúdos relacionados à formação técnica e à especificidade da vida e trabalho no meio rural. O Ensino Médio desenvolvido pelas EFAs é integrado à Educação Profissional visando a formação integral do educando, o desenvolvimento territorial e a inserção no mundo do trabalho, para além das relações de mercado. Diante da política do Ministério da Educação (MEC), visando a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as EFAs são chamadas a flexibilizarem seus currículos, com adequação de carga-horária e de conteúdos previstos na Base; diante disso, observamos que, de acordo com as orientações publicadas pelo MEC e a formação praticada atualmente pelas EFAs, há a possibilidade de ocorrerem mudanças significativas na proposta formadora dessas escolas, especialmente quanto à carga horária, base de conhecimentos a serem contemplados e, conseqüentemente na organização dos tempos escolares, podendo repercutir no tipo de formação profissional do público atendido e, por conseguinte, no processo de inserção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Profissional. Currículo. Escola Família Agrícola. Base Nacional Comum Curricular.

Escola da Terra e Formação Continuada de Professores de Classes Multisseriadas do Meio Rural e desafios do trabalho docente

Francisca Yara da Conceição (Graduanda em Pedagogia - UESPI)

Gleiciane Alves Santos (Graduanda em Pedagogia - UESPI)

Profa. Dra. Lucineide Barros Medeiros (UESPI)

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar o curso de formação continuada de professores que trabalham em escolas multisseriadas situadas no meio rural piauiense por meio do Programa Escola da Terra. A categoria trabalho, nesta perspectiva, é compreendida como mediação no processo de construção da formação do educando, do próprio educador e do território. A construção metodológica baseou-se em pesquisa documental, tomando como fonte os dados do documento intitulado “Módulos de Formação” do Programa no Piauí. Na composição da base teórica estão autores como Arroyo (2007), Nóvoa (2001), Antunes (2009) e Freire (2002), dentre outros. A experiência em estudo foi realizada no Estado do Piauí entre os anos de 2017 e 2018, por meio da parceria que envolveu a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC). Faz parte das ações do eixo de Formação de Professores do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O curso, com 180 vagas, na modalidade aperfeiçoamento, foi ofertado no Piauí com 180 horas; inscreveram-se professores e gestores dos municípios de Miguel Alves, União, Altos, Alto Longá, José de Freitas e Monsenhor Gil. De acordo com a Portaria do Ministério da Educação, nº570 de 2 de julho de 2013, o Programa Escola da Terra tem entre seus propósitos promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo. Trata-se de uma política importante, considerando a realidade da formação dos professores que atuam na escola do campo no Brasil: segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), baseado no Censo Escolar, no ano de 2017 apenas 55,7% das disciplinas do Ensino Fundamental nas escolas do campo eram ministradas por professores com formação adequada, ou seja, que tinham licenciatura na mesma área da disciplina; nesse mesmo contexto temos a realidade das classes multisseriadas. De acordo com os dados do Censo Escolar é nas regiões Norte e Nordeste, onde se concentra o maior número de escolas multisseriadas brasileiras (80%) e nestas a maioria dos docentes cursaram somente até o Ensino Médio. Trata-se de um realidade complexa com a qual o professor deve lidar no cotidiano de seu trabalho docente e exige do Estado ações de suporte, tanto pela via da formação continuada como pela disponibilização de recursos didáticos. Concluiu-se que a temática estudada e o conjunto das atividades realizadas indicaram reflexões, discussões e aprendizados relacionados à valorização do território, ao aprofundamento de conteúdos de área curriculares da educação básica, contextualizados no meio rural e à construção de estratégias didáticos-metodológicas para o trabalho docente em turmas multisseriadas.

Palavras-chave: Trabalho docente. Escola da Terra. Formação Continuada. Classes multisseriadas. Educação do Campo.

Escola Família Agrícola no Piauí:

possibilidades de autonomia do trabalhador rural e suas interfaces com o ensino.

Hortência Almeida Medeiros da Rocha (Graduanda-UESPI)

Prof. Dr^a. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Resumo: A Pedagogia de Alternância proposta pelo modelo educacional Escola Família Agrícola caracteriza-se pela reafirmação da permanência de jovens trabalhadores rurais no seu local de origem e a introdução do desenvolvimento tecnológico no campo. Em 1968 surgiu a primeira EFA no Brasil, no município de Anchieta, estado do Espírito Santo. O surgimento e o desenvolvimento foram promovidos por padres jesuítas italianos que buscavam valorizar a cultura e o trabalho do homem do campo. Pe.Humberto, um dos padres fundadores, implantou o projeto no estado do Piauí em 1986, no município de Aroazes. Historicamente, as políticas voltadas para a educação no campo transcorreram diante de interesses da classe dominante agroindustrial do Brasil. O processo lento de inserção de uma efetiva educação voltada para o campo originou problemáticas no meio rural e a exploração de trabalhadores do campo que migravam para trabalhar em empresas agro-industriais. Nas últimas décadas, o acesso destes sujeitos à uma educação voltada para a realidade do campo, como a pedagogia proposta pelas EFA'S, possibilitou o trabalhador rural romper com certas estruturas de dominação e exploração que eram submetidos dentro e fora do campo. Atualmente, dezessete EFA'S funcionam no estado do Piauí, possuem as matrículas dos discentes estadualizadas e são organizadas por fundações religiosas como a EFASA (Escola Família Agrícola Santa Ângela), FUNDED(Fundação Dom Edilberto Dinkelborg) e FUNACI (Fundação Pe. Antônio Dante Civieiro), e pela Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí-AEFAPI. Segundo SILVA(2006) na implantação das EFA's no estado, tais fundações religiosas assumiram a função de mantenedoras, como organização filantrópica educacional. Diante disso, o presente estudo visa o mapeamento das Escolas Família Agrícola do estado e o conhecimento da organização educacional e pedagógica destas, a fim de possibilitar a análise da atuação das EFA's na problemática da migração de trabalhadores rurais na contemporaneidade. Assim, este trabalho é resultado da pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-PIBIC. Para cumprir os objetivos propostos, a metodologia utilizada baseou-se, sobretudo, na literatura a respeito das Escolas Família Agrícola no Brasil e no Piauí, e na consulta da plataforma online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. A interpretação do objeto de estudo foi fundamentada em obras de autores como FREIRE(1985), MARTINS (2000), SPEYER (1983), ROCHA (2010), SILVA (2006), MEDEIROS (2010). Portanto, o estudo, a respeito da educação do campo em especial as Escolas Família Agrícola e as possibilidades de autonomia do trabalhador rural e suas interfaces com o ensino, possibilitou compreender os elementos das alternativas em torno das possibilidades de transformação social pelo viés das ações educativas.

Palavras-chaves: Educação. Pedagogia da Alternância. Campesinato. Trabalho. Piauí.

Da operacionalização do curso de Pedagogia da Terra na Universidade Federal do Maranhão:

o contexto de formação de educadores do campo.

Safira Rego Lopes (Mestranda em Políticas Públicas - UFMA)

Resumo: A formação de educadores do campo, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no curso de Pedagogia da Terra, possui especificidades tais como a alternância, a mística, formação omnilateral voltada para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho. Estes elementos de formação foram conquistados pelos movimentos sociais do campo, e se mostram fundamentais num processo educativo que contribua para a emancipação humana e o enraizamento desses sujeitos no campo, instrumentalizando as suas lutas contra o projeto hegemônico para o campo. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo explicitar como se deu a operacionalização do curso de Pedagogia da Terra/PRONERA da Universidade Federal do Maranhão vivenciado no período de 2009 a 2014, debatendo a respeito desta operacionalização e como os educandos percebem a contribuição dessa formação para o seu trabalho docente nas escolas do campo. Para isso, elenca alguns pontos fundamentais do projeto político-pedagógico, enfatizando seu objetivo, os seus princípios norteadores e a sua proposta metodológica com destaque para a alternância e a organização do curso em núcleos de base que possibilitam maior interação e integração dos educandos entre si e entre toda dinâmica de funcionamento do curso e que é parte fundamental da própria operacionalização do curso, possibilitando uma formação para o trabalho dentro de uma lógica cooperativa, ativa e solidária. Expõe também a fala de alguns discentes que já atuavam na docência das escolas de educação básica de suas comunidades e como eles avaliam a contribuição do curso para o aprimoramento de suas práticas. Utiliza-se como base teórica os estudos de Roseli Salete Caldart (2004), Paulo Freire (1987) (1996), Gaudêncio Frigotto (2012) e José Carlos Libânio (1994). Sabemos o quão é cara a pauta da educação do campo para os movimentos sociais do campo que entenderam que o gesto de ocupar a escola é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra (BEZERRA NETO, 1999), e o quanto essa concepção de educação e as práticas a ela relacionadas encontram-se ameaçadas durante o atual cenário de criminalização dos movimentos sociais, de ataque à ciência, ao pensamento crítico, às universidades e a educação pública como um todo. Resistir a esse processo é uma tarefa da atual geração dos sujeitos que projetam um mundo alternativo ao que está posto. Divulgar os a operacionalização do curso de Pedagogia da Terra, através dos norteamentos documentado em seu projeto político-pedagógico, seus êxitos para o fortalecimento das escolas e dos educadores do campo, faz parte desse processo de resistência.

Palavras-chave: Formação de educadores do campo. Projeto político-pedagógico. Pedagogia da Terra. PRONERA. Educação do campo.

ST-08: AS INVESTIDAS DO CAPITAL E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA: CONFLITOS, MOVIMENTOS E HISTÓRIA DAS LUTAS POR DIREITOS

*Prof. Dra. Rosângela Assunção (UESPI - Campus Clóvis Moura);
Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha Costa (UESPI - Campus Clóvis Moura)*

Resumo: A busca pela acumulação de capital tem se apoiado em diversas estratégias de espoliação, retirando direitos da classe trabalhadora como forma de ampliação dos ganhos da iniciativa privada. Nesse contexto emergem vários tipos de organizações sociais que lutam por direitos e resistem aos ataques que visam explorar o trabalhador ao máximo, transformando-os em meros consumidores ao mesmo tempo em que são convertidos em mercadorias. Presenciamos um momento de ebulição na História do Brasil recente, provando que a luta e as resistências fazem parte de nossa História. Gramsci, o teórico da Práxis, reforçou em seus estudos que o intelectual tem o dever de auxiliar os trabalhadores nas suas lutas cotidianas contra as investidas do grande capital. A partir dos aportes teóricos no campo do marxismo, pretendemos analisar o contexto atual das lutas sociais diante de múltiplos ataques, que mobilizam a organização de movimentos sociais urbanos e rurais. Visamos assim, com o presente simpósio temático, abrigar propostas a partir de pesquisas que abordem as lutas de trabalhadores, estudantes, mulheres, sindicatos, associações, comunidades e coletivos no enfrentamento às investidas do capital em suas tentativas de ampliar as formas de exploração no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Resistência. Luta por direitos.

As quebradeiras de côco do Estado do Piauí na luta pelos seus direitos sociais

*Amara Prisciliana Brandão da Silva Ferreira (Professora da Rede Particular – PI)
Prof. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)*

Resumo: O presente trabalho é uma análise da trajetória das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Piauí, no que se refere às relações de trabalho, representações sociais, conquistas, organização, direitos e a construção de um movimento social. Destaca a importância de uma economia doméstica sustentada pelo trabalho feminino e relata a invisibilidade destas mulheres extrativistas diante dos setores dominantes e da sociedade machista e patriarcal. Lança a importância do cotidiano de luta dessas mulheres no que diz respeito à conquista de direitos, como o acesso aos babaçuais e a educação. Analisa as relações de gênero e trabalho, aborda as experiências dessas mulheres no que tange a construção de identidades coletivas, estratégias de luta e resistência diante de conflitos de terra e preservação dos babaçuais. E avalia também as conquistas e mudanças referentes à autonomia e a construção de ideias de igualdade de gênero, além de também destacar a concepção de educação oriunda das quebradeiras de coco babaçu enquanto movimento organizado. O trabalho permite um olhar reflexivo sobre a população tradicional que se auto identifica como quebradeiras de coco babaçu, abrangendo suas formas de reprodução social, cultural, política, ambiental e econômica. Se propõe a destacar a importância do trabalho e as lutas desenvolvidas por essas mulheres no sentido de proteger as palmeiras de babaçu, assim como, a sua própria sobrevivência. Esta pesquisa parte da concepção de que a luta cometida pelas mulheres quebradeiras assume importância decisiva para impedir a devastação dos babaçuais. Sobre o direito à educação, o MIQCB nos oferece uma compreensão à luz das necessidades da realidade específica do segmento o qual representa de certa forma e, vai além do planejamento do Estado. A educação no campo é discutida de forma ampla e crítica. As mulheres quebradeiras de coco são portadoras de uma identidade própria, onde as formas de reprodução social, cultural, política, ambiental e econômica são únicas. Ao pensar nos direitos das mulheres quebradeiras, devemos ter em mente a coletividade representada por elas. As mulheres quebradeiras desenvolvem suas práticas sob a perspectiva solidária e coletiva. A proteção à vida das mulheres quebradeiras transcorre não somente pelos bens materiais (a roça, as palmeiras de babaçu, a terra), mas também sobre os bens imateriais (a tradição de extração do babaçu, as canções sobre a palmeira de babaçu, o saber tradicional de quebrar o coco dominado pelas mulheres quebradeiras) que fazem parte do cotidiano das suas práticas sociais, políticas e culturais.

Palavras-chave: Quebradeira de coco babaçu. Piauí. Movimentos sociais. Direitos. Educação.

Reforma Trabalhista, precarização do trabalho e imperativos do capital

André Conceição de Sousa (Graduando em Ciências Sociais – UFPI)
Prof. Dr. Patrícia Soares de Andrade (IFPI)

Resumo: Desde a década de 1970 estamos presenciando profundas transformações na sociedade e principalmente no mundo do trabalho. Se o trabalho, antes, era repetitivo, fruto do modelo fordista-taylorista de produção, atualmente ganha ascensão cada vez mais o trabalho flexibilizado em suas diferentes formas juntamente com a polivalência do trabalhador. Presenciamos uma mudança organizacional no trabalho como forma de responder a crise do início da década de 70. Esse processo ocorre de forma combinado com o declínio do Estado de Bem-Estar Social e a vigência do Estado neoliberal, em que o Estado se responsabiliza cada vez menos por mediar a relação entre capital e trabalho de modo a garantir maior liberdade para os setores empresariais. Este trabalho tem por objetivo analisar o papel cumprido pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) dentro desse contexto. Para isso, realizamos uma abordagem qualitativa. Em um primeiro momento é realizada a discussão a partir de autores que debatem sobre o capital e também a partir de autores da área da sociologia do trabalho, objetivando observarmos o papel do trabalho dentro da sociedade capitalista e o atual momento de precarização, evidenciando o que Ricardo Antunes denomina *precarização estrutural do trabalho*. Em momento posterior, é analisada as alterações realizadas na legislação trabalhista com a reforma de 2017. Observamos que as alterações realizadas na legislação, como o trabalho intermitente, aumento da carga-horária diária para 12 horas, a possibilidade da terceirização de todas as atividades, dentre outras, garantem maior autonomia aos empregadores e conseqüentemente insegurança aos trabalhadores. Dessa forma, as alterações na legislação trabalhista realizadas no ano de 2017 se inserem dentro de um movimento no sentido de se buscar maiores taxas de acumulação ao permitir maiores possibilidades de subordinação do trabalho e do trabalhador. A reforma abre grandes possibilidades para a intensificação da *precarização estrutural do trabalho* no Brasil e aumento do *precarizado*. O capitalismo, para aumentar a acumulação de capital, subordina tudo e fundamentalmente as relações de trabalho. Com isso, os imperativos do capital acabam se manifestando na legislação, expressando o funcionamento do que Giovanni Alves denomina de *sociometabolismo da barbárie*. Dados os atuais caminhos traçados pelo capitalismo, o trabalho se torna mais flexibilizado e precarizado para a grande maioria da população. Se, por um lado, os capitalistas se unificam para garantir a acumulação de capitais e a retirada de direitos, por outro lado, é necessário que os trabalhadores se unifiquem e se mobilizem na defesa de seus direitos e de um trabalho que seja emancipador.

Palavras-chave: Capital. Acumulação. Precarização. Reforma Trabalhista. Mobilização.

Sindicato dos comerciários: entre ataques e resistência em tempos de crise 2011-2014.

Aryelton Araújo dos santos (graduado em História -UESPI)

Resumo: O objetivo desse trabalho é identificar os conflitos, negociações e estratégias de lutas dos trabalhadores do comércio. Autor que fornece alicerce teórico a esta pesquisa é o inglês Edward Palmer Thompson, o qual foi escolhido por ser um teórico que prioriza o sujeito histórico e suas experiências saindo de aspectos estruturais que não valorizam o estudo desses sujeitos. A partir desse referencial teórico que favorece o estudo dos sujeitos históricos, estamos embasados para fazer uma análise dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Comerciários de Teresina, fazendo um estudo de suas experiências coletivas dentro de um contexto social de conflitos de classe e identificando suas lutas. Sobre a periodização escolhida para esta pesquisa, justifica-se por representar um período em que se observa um ciclo de greve dos comerciários em Teresina, entendendo que, nesta conjuntura de conflitos, aprofundam-se as relações de antagonismo e de classe, nas quais se pode analisar e problematizar o processo das estratégias, conflitos e negociações desses trabalhadores. Outro ponto da escolha deste recorte é o marco histórico para os trabalhadores dos comércios com a regulamentação da profissão comerciário que aconteceu no ano de 2013. O recorte do período entre 2011 a 2014, O Piauí, está em nova conjuntura de início de século XXI tem uma população em torno de 3.204.028, tendo a capital Teresina como sua maior parcela populacional com 814.230 habitantes e representando a maior participação no produto interno bruto piauiense. O setor dos comércios tem novas abrangências, sendo o terceiro setor de maior participação ocupacional de trabalho, ficando atrás dos setores da administração pública e de serviço. Teresina se encontra com uma gama de grandes lojas e hotéis, tendo o comércio rompido áreas centrais e se espalhado para outros bairros periféricos como Parque Piauí (Zona Sul), Dirceu Arcoverde (Zona Sudeste) e São Joaquim (Zona Norte). No quesito das fontes responsáveis para dar suporte à realização deste estudo, utilizamos foram utilizados os jornais Balcão, produzido pelo Sindicato dos Comerciários e também o jornal O Dia como fontes de pesquisa. No que se refere aos jornais que foram usados para o estudo do sindicato dos comerciários, é preciso compreender os discursos que esses jornais trazem consigo, entendendo que o jornal é feito dentro de um contexto social destinado para os leitores com intuito ideológico. Diante dos parâmetros apontados, esse trabalho tem como objetivo identificar e problematizar as lutas, acordos e vitórias dos comerciários, durante os anos de 2011 a 2014.

Palavras-Chave: Experiência. Conflitos. Negociações. Sindicalismo. Sindicato dos Comerciários.

Identidade étnica e direito ao território: resistência gamela no sudoeste piauiense

Cristhyan Kaline Soares da Silva (Graduanda em Ciências Sociais – UFPI)

Resumo: Nas últimas décadas o sudoeste do estado do Piauí tem sido palco do avanço do agronegócio. Esse evento tem como plano de fundo a expansão do capitalismo, este por sua vez ver no cerrado piauiense um potencial de econômico. A instalação de grandes fazendas de monocultivo de grãos, acarretou um processo de várias etapas que vão desde o desmatamento da mata nativa à prática de uso de agrotóxicos nas plantações. Tais práticas tem causado conflitos com os moradores da região que ocupam o território a séculos. Esses conflitos têm origem em formas convergentes de ocupar a terra. Em busca dos seus direitos relacionados a terra, os moradores da região estão se organizando e acionando a identidade de Indígenas Gamelas. O objetivo deste escrito é fazer uma reflexão a respeito dos conflitos instaurados na região e o papel da identidade étnica a luz de autores da grande área das Ciências Sociais. A metodologia desenvolvida foi a realização de entrevista bem como observação participante e revisão de bibliográfica de alguns conceitos relacionados com o tema. Partimos do conceito de território que concebe o mesmo como a sustentação física da vida econômica e cultural de determinado grupo (LITTLE, 2006), nesse sentido relacionamos o conceito de grupo étnico enquanto um “tipo organizacional” (BART, 1969) que, no caso desta pesquisa, aciona a identificação indígena como ferramenta na luta pelo território. Os conflitos aos quais nos referimos aqui, versam sobre apropriação, por vezes indevidas, do cerrado piauiense. As terras de uso comum que antes eram usadas pelos moradores como locais de caça, coleta de frutos nativos e mel por exemplo, foram ocupadas pelas fazendas. Para além da perda das terras de solta, os moradores têm de lidar no dia a dia com os impactos sociais do avanço do agronegócio. A luta pela terra na região tem origem com ameaça constante de perda do território para o agronegócio, como forma de organização parte dos moradores reivindicam os direitos de povos originários acionando a identidade indígena Gamela. Neste contexto várias comunidade afetadas, pelo avanço das monoculturas de grãos, estão se organizando em torno dos seus direitos, essa luta não se limita aos tramites legais, a partir da pesquisa empírica é possível apontar que a luta pela terra tem como principal linha condutora o sentido de pertencimento ao território enquanto locus geográfico simbólico de práticas tradicionais de ocupação e vivencia do território, que diverge da lógica do agronegócio que enxerga na terra apenas se potencial econômico. Em suma o grupo de indivíduos de várias comunidades, estão se articulando na luta contra o agronegócio e sua forma da apropriação do território e para tal acionam a identidade indígenas Gamelas com base no direito ao território.

Palavras-chave: Agronegócio. Gamelas. Território. Luta. Conflito.

O movimento dos trabalhadores sem teto e a luta pelo direito à cidade em Recife-PE

Igor de Meneses Silva (Especialista em Direito Tributário- IEMP)
Jully Gardemberg Burlamaqui das Neves (Graduada em Direito- NASSAU)
Jennyfer Annemberg Burlamaqui das Neves (Mestre em Ciência política- UFPI)

Resumo: A presente pesquisa aborda a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) pelo direito à moradia digna no espaço urbano em Recife. O direito à cidade é constantemente alvo de lutas sociais nas grandes cidades brasileiras, direito esse que se encontra positivado na constituição federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, cujo objetivo é garantir que todos os cidadãos usufruam de forma justa e igualitária dos espaços urbanos na cidade. No entanto, apesar de existirem instrumentos legais que proporcionam a garantia de uma moradia digna para todos, o que se encontra na realidade concreta é um abismo entre a normatização e a sua efetiva aplicação. Diante disso, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organizado por trabalhadores urbanos, que vivem em sua maioria em zonas periféricas, se constitui como uma organização social que milita em busca da efetivação do direito à cidade. Assim, as grandes ocupações em Recife lideradas pelo MTST têm como objetivo central a luta por uma moradia digna e por uma reforma nos instrumentos urbanísticos a fim de obter uma cidade mais inclusiva. Dessa forma, tem-se como objetivo analisar as dificuldades encontradas pelo MTST e as ações estratégicas que podem ser adotadas por este movimento na luta pelo reconhecimento do direito à moradia digna na capital de Pernambuco. Assim sendo, a pesquisa é exploratória no tocante ao objetivo, pois permite uma maior aproximação entre a pesquisadora acerca do tema em análise. Quanto ao procedimento técnico, tem-se a indispensabilidade da pesquisa bibliográfica. Em relação a abordagem, será utilizada a qualitativa *haja vista* que proporcionará aos pesquisadores a melhor aproximação, compreensão e interpretação das experiências dos sujeitos envolvidos na temática. A respeito dos resultados esperados, tem-se que a falta de apoio por parte da população e o crescimento da especulação imobiliária, que fomenta o processo de segregação espacial, são alguns dos entraves que se colocam a frente ao Movimento. Diante disso, o MTST busca constantemente estratégias de mobilização para superar as dificuldades e possibilitar o reconhecimento de um direito fundamental para a classe trabalhadora, além das ocupações nos espaços urbanos pode-se utilizar das estratégias de educação popular e litígio estratégico como ferramentas que reforçam o seu processo de ação, contribuindo para a ampliação dos militantes na luta pelo direito à cidade, a conscientização dos indivíduos de seus direitos, o apoio popular e a criação de políticas públicas com o intuito de enfrentar o déficit habitacional, dentre outros.

Palavras-chave: Direito à cidade. Educação popular. Litigância Estratégica. Movimentos Sociais. MTST.

Movimentos sociais populares e a questão da centralidade política

Prof. Dr. José da Cruz Bispo de Miranda (UESPI)

Resumo: O trabalho visa trazer à tona o contexto dos movimentos sociais populares nos anos 80 e 90 no Estado Piauí, notadamente em Teresina e, reafirmar as conclusões que apontam para a complexidade, heterogeneidade e diversidade dos atores sociais e políticos e, conseqüentemente a dificuldade de se alcançar a centralidade política e, ao mesmo tempo em que busca contribuir para a conjuntura brasileira iniciada em 2019, além de demonstrar alterações nas formas de organização, interatividade produzidas pelas mudanças políticas e tecnológicas. Os movimentos sociais populares estão em contínua transformação, no entanto, a partir dos anos 80 e 90 essas alterações se intensificam no âmbito das inovações, em suas organizações de base, em suas composições e orientações políticas (CAVA, 1988; CARDOSO, 1978; BRANT, 1983, MANCE, 1991). A segunda década do século XXI no Brasil trouxe uma guinada conservadora na cultura e na política, o que surge a partir dos movimentos sociais conservadores. Os movimentos de abril é um exemplo desse novo contexto, organizado por várias entidades opositoras, não apenas aos governos iniciados em 2003, mas a todo pensamento de igualdade e justiça social (SADER, 1988). O início de um governo conservador nos costumes, liberal na economia e descompromissado com as conquistas sociais dos segmentos vulneráveis da população. Qual o papel e a força dos movimentos sociais populares neste novo contexto? Esse trabalho não aponta uma resposta para esse quadro, tendo em vista a conjuntura de sua produção, mas indica pistas do caminho que não se deve andar. O respeito à pluralidade política, à diversidade sexual, de gênero, à geracional e às dimensões do campo e da cidade, dentre outras parece ser a forma de fortalecimento dos vários atores que lutam e se mobilizam para uma sociedade mais justa e igualitária para todos/as (DOIMO, 1995). A opção metodológica (THIOLLENT, 1985) possibilita a coleta dos dados através de entrevistas semiestruturadas com lideranças de movimentos sociais, leitura de documentos produzidos pelos movimentos sociais populares em seus encontros e assembleias, além de uma abordagem teórica crítica, a qual analisa os elementos de contradição da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Portanto, as dificuldades de articulação e mobilização das lideranças populares e dos movimentos sociais não apontam substituições para esses atores políticos e seus desafios permanecem atuais: organizar as forças populares a partir de demandas e elementos simbólicos que aglutinem sem centralizar e construir estratégias para o enfrentamento desta sociedade. Neste contexto os segmentos sociais populares, ao lado de tantas outras organizações, podem desempenhar um papel inovador nas posturas políticas dos setores populares. Contudo, vários obstáculos precisarão ser vencidos, para os quais este trabalho tenta acender algumas luzes.

Palavras-Chave: Movimento Popular. Centralidade Política. Movimentos Populares do Piauí. Lideranças Populares. Política.

Trabalho escravo e a mídia:

a construção da imagem do trabalhador escravizado maranhense através dos periódicos.

Laiz Algave Garcez (Graduanda em Geografia pela UFMA)
Matheus Sousa Barros (Graduando em Geografia pela UFMA)
Savio Dias Rodrigues (Professor do PPGGEO- UFMA)

Resumo: Nesse artigo iremos discutir o papel da mídia na construção do imaginativo da pessoa que é escravizada, formar o perfil da situação de trabalho escravo contemporâneo maranhense. Identificar algumas narrativas que ajudam a construir o imaginário do trabalhador escravo contemporâneo presente na mídia brasileira, em especial na mídia maranhense. O Maranhão é um dos grandes exportadores de mão de obra escrava para o restante do país, a concentração de terras, a estrutura de poder proveniente do domínio da produção e o acesso as condições de sobrevivência a parte da política de acesso as terras. O trabalho escravo aparece como uma forma necessária, mas que deve ser mantida em silêncio. Mesmo que o aumento desse tipo de trabalho seja evidente, tenta-se a todo custo escondê-lo dos olhos da população a partir de vários discursos. Por isso a análise de notícias é importante para entender o que está sendo passado para a sociedade. Essa pesquisa busca entender através meios de notícias (jornais) como lugar de disputas discursivas que apresentam efeitos de recepção de um grupo social específico, pois, o jornal tem um papel essencial na construção de narrativas. Tem tanto poder que é considerado um “quarto poder” por muitos autores como Nelson Traquina, que diz que o jornalismo constitui o “quarto poder” devido a sua capacidade de investigar os outros poderes e de poder divulgar informações que permitam a existência da democracia. A representatividade na mídia é construída por vários discursos institucionais e organizados por uma normatização comum ao próprio jornalismo. A partir da análise dessas notícias poderemos perceber como esse trabalhador é representado para a sociedade, se ele recebe ou não o nome, se é tratado de forma digna ou apenas mais um número a ser inserido no sistema. Se as notícias analisam as situações que esses trabalhadores são levados a se encontrar em situação de tal vulnerabilidade. Se as matérias jornalísticas se importam em proteger os trabalhadores ou os escravagistas. Como essas matérias fazem a distribuição territorial dos regates desses trabalhadores. Essa análise pode nos levar a entender como a grande mídia vê e representa esses trabalhadores e qual o tipo de narrativa está sendo entregue a sociedade e qual a imagem pintada por tal sobre essa exploração, que ocorre tanto no campo como na cidade, que é visto com maus olhos pela população, não só brasileira.

Palavras chave: Mídia. Discurso. Trabalho Escravo. Maranhão.

O capital minerador e as formas de resistência no campo piauiense

*Joelma França do Nascimento (Graduanda em Geografia- UESPI)
Profa.Dr.^aManuela Nunes Leal (UESPI)*

Resumo: A pesquisa teve como objetivo geral analisar os conflitos por terra no Estado do Piauí frente à dinâmica da exploração do minério de ferro bem como as formas de resistências utilizadas pelas comunidades atingidas. Para concretude da pesquisa foram identificados os conflitos por terra na região sudeste do Piauí atrelado à atividade mineradora a partir dos dados dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra e reportagens veiculadas nas mídias eletrônicas. Além disso, buscou-se compreender os conflitos desde a sua gênese e desdobramentos e análise das consequências na produção do espaço piauiense. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses e artigos que versassem sobre a problemática e as categorias de análise: conflitos socioespaciais, território, atividade mineradora, commodity minério de ferro e movimentos sociais. Posteriormente fez uso de documentos da Comissão Pastoral da Terra, referentes aos conflitos no campo brasileiro, em especial os relatórios do período de 2014 a 2018. Outras fontes de informações são as reportagens veiculadas na mídia eletrônica pelos movimentos sociais do Piauí e propagandas de governo sobre a temática em análise. Vários processos minerais estão cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para exploração e incidem ou estão bem próximos às comunidades quilombolas, assentamentos e comunidades rurais. No relatório de conflitos por terra publicado pela Comissão Pastoral da Terra – (CPT) nos anos de 2014 a 2017 é notória a presença de conflitos no sudeste piauiense. Tais conflitos são oriundos da implantação da empresa Brasil Exploração Mineral S.A (BEMISA), bem como da execução da obra da Ferrovia Transnordestina, fundamental para a logística da atividade mineradora. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 2014 a 2018 foram registrados 47 conflitos por terra no Piauí atrelados ao capital minerador, seja com a mineradora BEMISA, seja nas obras da via férrea transnordestina, perfazendo uma média de 892 famílias atingidas, distribuídas entre comunidades quilombolas e pequenos proprietários rurais. É oportuno destacar que as famílias tem organizado formas de resistência ao projeto de mineração no Piauí via reuniões, manifestações e audiências públicas. O capital da atividade mineradora, embora em fase inicial de pesquisas e concessões minerárias, está desencadeando uma série de alterações no espaço agrário do Estado do Piauí, requerendo estudos e análises que colaborem na formulação de políticas públicas ou projetos para o melhor uso e ocupação desse espaço em prol dos seus moradores, bem como medidas para mitigar ou findar os conflitos.

Palavras-chave: Capital. Mineração. Terra. Conflitos. Resistências.

Sindicalismo Rural no Piauí (1980 – 2000)

Mateus Carvalho (Graduando em História - UESPI)
Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Resumo: A presente proposta apresenta resultados parciais de trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de extensão intitulado “Salvaguarda e tratamento do acervo documental do CEPAC – PI” como pesquisa em curso para fins de TCC, o qual discute o contexto de crise das organizações tradicionais de classe, que acentuou a incorporação de novos rumos na produção historiográfica brasileira. Segundo o historiador Marcelo Badaró (2014, p.74), tendo os partidos e sindicatos operários sido integrados ao poder, como consequência dessa perspectiva, a rejeição à compreensão do homem como sujeito transformador de sua história associada a uma crise da própria ideia ou crença em uma transformação social, reduziu o espaço da política às lutas entre grupos definidos por identidades e, portanto, somente reconhecidos dentro do mesmo espaço identitário, como reforço à concepção de fim da classe trabalhadora. Com isso será analisado tais realidades advindas da área rural piauiense no período de 1980 e 2000 em especial nos antigos assentamentos que hoje já são municípios como Sijefredo Pacheco e Barras, as quais trazem grandes conflitos que desencadearam ao mesmo tempo uma necessária organização de militantes para que por meio do processo de negociação política, pudessem conquistar seus direitos, para isso, usaremos como base Axel Honneth para nortear a discussão de consciência de classe, visto que por é por ela que tais indivíduos crescem enquanto sujeitos que representam uma camada social e por ela lutam. Faz-se necessário também dissertar sobre a atuação de instituições em parceria com os sindicatos, as quais foram de suma importância para as lutas dentro do campo, como a Comissão da Pastora da Terra, a FETAG, CUT e outros, cujas lutas foram de suma importância para a realização de uma apresentação de que o que o meio rural tem a oferecer. Para isso, foi usado como referencial teórico Thompson, José de Sousa Martins, Cristiana Costa, entre outros, assim como uma profunda investigação nos materiais do CEPAC e da CPT, cujos cadernos de conflito e os relatórios de reunião, serviram como base para o cruzamento com os depoimentos de alguns líderes e membros dos movimentos já citados.

Palavras-chave: Sindicalismo, conflitos, classes, área rural.

A degradação do trabalho no campo: o contexto do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão

Matheus Sousa Barros (Graduando em Geografia pela UFMA)
Laiz Algave Garcez (Graduanda em Geografia pela UFMA)
Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues (Professor pelo PPGGEO- UFMA)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo traçar as tipologias do trabalho escravo e de como esta categoria vem sendo tratada nos textos da legislação, perpassando pelas caracterizações e a forma do conceito. Assim, associamos as tipologias à aparição (reprodução/permanência) do fenômeno no Maranhão, trazendo os elementos de vulnerabilidade. O artigo 149 do Código Penal - Decreto de Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 define essa ocorrência como submissão às jornadas exaustivas ou trabalhos forçados, destaca também em relação as condições degradantes de trabalho e a restrição por qualquer meio de locomoção por dívidas contraídas com o empregador ou semelhantes. Adota-se como um dos conceitos para o trabalho escravo contemporâneo o que José de Souza Martins (1999) diz, como sendo um mecanismo de endividamento artificial e formas de controle e repressão envolvendo a violência física, impedindo que o trabalhador saia do local, submetendo o mesmo ao trabalho forçado. Como procedimentos metodológicos, utilizamos bases empíricas e pesquisas por levantamentos bibliográficos, realizando uma busca documental e utilizando categorias centrais de pesquisa: território, trabalho escravo e conflitos. Além do levantamento de dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Ministério do Trabalho, Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE); Organização Internacional do Trabalho (OIT) e órgãos federais/estaduais/locais de Direitos Humanos como a Secretária Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP do Maranhão. Diante dos elementos teóricos expostos temos a abordagem dos novos rótulos e velhas formas, onde levamos em consideração fatores principais: vulnerabilidade quanto a educação; condições socioeconômicas e cor/raça. Esses fatores aparecem nos indicadores e nos ajudam a traçar um perfil das pessoas aliciadas para a situação de trabalho escravo. Dentro da primeira categoria temos as tipologias de escravidão de Servidão por Dívida; Dívida Induzida; Retenção ou o Não pagamento de salários; Retenção de documentos ou pertences de valores. Já na segunda categoria temos a Violência física contra o trabalhador; Violência sexual; Ameaça de represálias; Punições Financeiras; Supressão de direitos e outras privações. Como já citado, o perfil desses trabalhadores resgatados na maioria das vezes se encaixa em situações vulnerabilidade quanto a educação e condições socioeconômicas; além da faixa etária e cor/raça. A partir desses dados se deu a importância da elaboração de um quadro conceitual e cronológico para estabelecer um debate em torno desses conceitos afim de conclusões preliminares sobre a temática.

Palavras-chave: Tipologias. Trabalho escravo. Maranhão. Vulnerabilidade. Socioeconômico.

Cidade em conflito:

a luta dos moradores favelados nos processos de ocupações em Teresina na década de 1990.

Regianny Lima Monte⁵

Resumo: A cidade é vista nos últimos anos como mercadoria, e não como local para se viver melhor. As intervenções, em sua grande maioria, carregam consigo um caráter excludente e segregador, sobretudo, com os mais pobres, que permanecem à margem de programas que valorize realmente suas condições de vida, como habitação, saneamento e acesso a outros aparelhamentos urbanos. Isso acontece, sobretudo, porque há uma substituição dos cidadãos pelos consumidores e usuários, promovidos pela lógica do capital. Essas intervenções, que carregam como propósito a melhoria das cidades para os seus cidadãos acabam por favorecer às condições do mercado. A problemática da habitação recai sobre os segmentos mais empobrecidos da sociedade e gera um campo de luta, embate e resistência em busca de uma inserção na formação urbana de Teresina durante toda a década de 1990. Esses segmentos de baixa renda buscam, por meio de ocupações, uma alternativa para instalarem-se na cidade do capital que os excluía. Os movimentos reivindicatórios eclodiram na segunda metade da década de 1980, com o fim do regime civil-militar. É nesse contexto que está situada, a nível local, a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC, ligada ao Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM. Durante toda a década de 1990, a FAMCC esteve à frente de muitas ocupações em Teresina. A rotina de ocupações vivenciadas na cidade era acompanhada no mesmo ritmo dos processos de reintegrações de posse dos terrenos ocupados. A entidade realizava reuniões constantemente com objetivo de resistir aos mandados de reintegração de posse e fortalecer o movimento com intuito de pressionar as autoridades e o poder público, sensibilizando-os para a questão. A ocupação da Vila Irmã Dulce, ocorrida em 1998, na zona Sul da capital, está inserida nesse movimento. Fazemos uma análise sobre a luta dos moradores desse local e suas práticas na tentativa de jogar com os micro-poderes e práticas subversivas de que nos fala Michel Foucault e Michel de Certeau.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais. Favela. Ocupação. Teresina. Vila Irmã Dulce.

⁵ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Piauí – IFPI, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

Docentes em luta: a greve de docentes da UESPI em 2016

*Prof. Dra. Rosângela Assunção(UESPI)
Ana Paula Rocha de Oliveira (Graduanda em História – UESPI)*

Resumo: A estratégia da greve tem sido utilizada pelo movimento sindical desde a década de 1920 intensificando na década de 1980. Na década de 1990, desponta com força o movimento sindical do setor de funcionalismo público que também passava a protestar em busca de garantia de direitos. O movimento sindical teve que enfrentar a luta do projeto de lei da reforma da Previdência, quando, por ironia do destino, efetivou-se a implantação durante o governo de Lula, ex-sindicalista. Esse período foi marcado por lutas pontuais no que se refere à própria organização dos sindicatos brasileiros que se ampliaram no início da administração petista em 2003 e anos seguintes em lutas contra as reformas na legislação trabalhista. A Associação dos Docentes da UESPI-ADCESP, passou a se organizar para a luta nesse contexto do governo Lula, já em 2003 fez sua primeira greve exigindo reposição salarial, concurso público para docentes da Instituição e aprovação de um Plano de Cargos e Salários para os docentes, daí em diante, devido a truculência dos governos petistas, a greve passou a ser uma estratégia duramente utilizada pela ADCESP. Que encabeçou greves em 2004; 2008; 2011; 2012; 2016. A greve de 2016 se torna uma greve diferente por ter sido uma de maior adesão da comunidade universitária, tanto estudantes como técnicos e docentes abraçaram a greve e foram as ruas exigir do governador o atendimento das pautas. Nesse sentido, essa greve tem uma grande relevância para ser estudada por ser uma greve de vários setores. O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de lutas, as pautas que foram levantadas fazendo uma comparação entre o que foi pedido e o que foi conquistado e a repercussão social da greve, destacando ainda as estratégias do sindicato dos docentes para forçar uma negociação com o governo. A metodologia utilizada foi a análise crítica das atas das assembleias do sindicato dos docentes da UESPI/ADCESP; ofícios expedidos e recebidos pelo sindicato; jornais locais de circulação estadual, Jornal O DIA, e Jornal DIÁRIO DO POVO, e matérias produzidas pela assessoria de imprensa do sindicato. Situado no campo do teórico do marxismo, as análises foram feitas a partir dos conceitos produzidos por Marx e Gramsci que fundamentaremos nossa análise das fontes. Consideramos o trabalho importante por vivermos atualmente um período marcado por crises políticas, e ampliado pelos meios de comunicação que estão produzindo um discurso de desvalorização da política e do ser político, consideramos de extrema importância trabalharmos conceitos-chaves de interpretação da História do Brasil e da história do movimento sindical brasileiro.

Palavras-chave: Greve. Sindicalismo. Docentes. UESPI. Marxismo.

Uso do território e grandes projetos de desenvolvimento em Moçambique

Dr. Sávio José Dias Rodrigues (LIESAFRO e PPGG/UFMA)

Resumo: Temos o intuito de refletir sobre o uso do território em Moçambique a partir da instalação de grandes projetos de desenvolvimento em Moçambique no século XXI. Para isto, fizemos revisão bibliográfica, buscando a literatura local de Moçambique, também realizamos trabalho de campo, buscando dados e realizando entrevistas com lideranças de movimentos sociais, entidades de inserção nessas temáticas, visitas técnicas, bem como, órgãos representantes do Estado moçambicano. Partimos da instalação do Prosavana e do Corredor de Desenvolvimento de Nacala para analisar o conflito no uso do território no país. O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), em seu plano diretor, foi lançado em 2011 e tem como objetivo melhorar as condições de vida da população, a partir da modernização da agricultura e geração de emprego. Sua instalação foi em 19 distritos em Nampula, Cabo Delgado e Niassa, no norte do país. Já o corredor de Nacala foi lançado em 2017, uma linha férrea de mais de 900Km, e que inclui um terminal marítimo. Essa estrutura tem o intuito de fazer a ligação do noroeste de Moçambique com o oceano Índico. Os dois projetos estão inseridos numa tentativa de internacionalização da economia moçambicana, com forte apelo para a extração mineral modernização técnica da agricultura. Os discursos governamentais têm em voga a mudança das técnicas arcaicas dos agricultores para um padrão moderno, com uso de insumos no intuito de aumentar produtividade. A adentrada de empresas nesses espaços muda a forma de uso do território, expulsando camponeses de suas terras, transformando sociabilidades e produzindo novos territórios. Dessa forma, os grandes projetos têm dado repercussões nas *machambas*, forma de roça de grupos camponeses moçambicanos. A migração de camponeses, sobretudo homens, tem desmobilizado a força de trabalho da produção familiar para o assalariamento nas empresas, na produção de tabaco, milho e soja, por exemplo. Ao mesmo tempo, essas mudanças são vistas com bons olhos pelo Estado. Desde o final da década de 1980, quando Moçambique abandona a agenda socialista, a internacionalização e modernização de sua economia passa a ser prioridade. No caso da modernização, desde o pós-independência (década de 1970), o tema ainda continua sendo central, já que faz parte do projeto de fortalecimento do Estado e sua centralidade. Nesse sentido, mesmo projetos coloniais são retomados, como grandes barragens na região de Tete. Em detrimento a isso, as populações locais são afetadas com suas economias locais fragmentadas, o *desterramento* e as perdas dos seus territórios, a diminuição da produção de alimentos, etc. Assim, fica evidente que a entrada de Moçambique no modelo atual de globalização, se dá de forma desigual, com uma forte tendência a consequências negativas para as populações locais.

Palavras-chave: Território. Prosavana. Corredor de Nacala. Campesinato. Moçambique.

A ferrovia transnordestina em Paulistana: conflitos e resistência

Simone Rodrigues da Silva (Mestra em Geografia - UFPI)

Resumo: A reprodução das atividades econômicas em distintos momentos da história tem desencadeado um conjunto de reconfigurações territoriais, destacando-se as alterações na materialidade dos territórios, sobretudo quanto às suas infraestruturas de transportes e circulação. No presente artigo, pretende-se analisar as transformações territoriais, os conflitos e as resistências decorrentes da construção da ferrovia Transnordestina no município de Paulistana, no estado do Piauí. A pesquisa contou com levantamento de documentos e dados em órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, efetuou-se pesquisa de campo no município de Paulistana, realizando-se entrevistas na sede do município e nas comunidades rurais delimitadas na pesquisa. Nesse contexto, a implantação da ferrovia Transnordestina no Piauí é considerada viabilizadora de grandes projetos de exploração mineral, além de abrir possibilidades mais eficazes de escoamento da produção do agronegócio. A construção da ferrovia Transnordestina tem, assim, alterado relações sociais, provocado conflitos socioterritoriais e explicitado contradições. Esse território aparece marcado por relações conflituosas, transformando-se em espaço de luta e resistência para populações que veem suas vidas invadidas perante os projetos hegemônicos do capital privado em parceria com o Estado. Nesse sentido as comunidades têm se organizado, com apoio de movimentos sociais, reivindicando o direito a terra e a permanência em seus territórios.

Palavras-chave: Território; Ferrovia Transnordestina, Conflitos, resistência.

Entre o descontentamento e a revolta: o movimento contra o aumento em Teresina (2011-2012)

*Viviane Lopes de Araújo (Graduada em História- UESPI)
Profa. Dra. Rosângela Assunção (UESPI)*

Resumo: O presente trabalho discute o movimento #*ContraoAumento* na cidade de Teresina, (em 2011-2012), o qual foi organizado pelo fórum Estadual em Defesa do Transporte Público, tinha como objetivos principais: um novo modelo de transporte público e contra o aumento da tarifa. Na organização dos protestos em Teresina os estudantes secundaristas e universitários foram uns dos maiores protagonistas da luta. Durante os meses de agosto e de 2011 e janeiro de 2012, Teresina foi palco de uma das maiores manifestações da capital, o aumento de R\$ 1,90 para R\$ 2,10, provocou um descontentamento da sociedade principalmente dos jovens estudantes. No dia 27 de agosto os principais jornais da capital anunciavam aumento da passagem, pegando todos desprevenidos, durante alguns dias que circulava a notícia, jovens estudantes se preparavam através das redes sociais, indo nas escolas fazendo o chamado para se unirem nas ruas para reivindicar contra o aumento da tarifa os mesmos acreditavam que somente parando o tráfego na cidade conseguiriam chamar atenção do prefeito. Logo no dia 29 de agosto acontece a primeira manifestação contra o aumento, com o apoio do Fórum de Defesa do Transporte Público e abraçada por várias entidades. As manifestações ocorreram nas principais ruas da Capital iniciando na Avenida Frei Serafim e Coelho de Rezende interrompendo o trânsito e denunciando o aumento, os manifestantes seguiram rumo à prefeitura de Teresina foram vários dias de protesto os jovens manifestantes estavam decididos continuar o movimento até chegar a um acordo com o poder Público Municipal. Este trabalho tem como objetivo analisar a participação dos estudantes secundaristas e universitários no movimento #*ContraoAumento* em Teresina, explicar as estratégias de organização dos estudantes para conseguir seus objetivos e as estratégias do poder público para conter a manifestação. Foi utilizado como metodologia a análise de fontes como jornais de circulação local e estadual, artigos publicados em revistas e sites da internet. Além disso utilizamos como fontes bibliográficas Marc Bloch (2001), Motta (2012) e Maria da Glória Gohn (2017), Gabriel Paiva (2013). A partir daí foi compreendido como um momento importante para a sociedade, pois fortaleceu a democracia no processo de inclusão social e na conquista de direitos, promovendo a participação da juventude em processos decisórios. Percebemos ao longo da pesquisa que esses jovens não se deixavam vencer facilmente, a cada passo dado pela prefeitura eles também planejavam novas ações comprovando que o movimento tinha planejamento e lideranças capacitadas para conduzir o processo. Por isso, foi vitorioso.

Palavras-chave: Movimento. Estudantes. Transporte. Teresina-PI. Tarifa.

ST-09: A LEI 10.639/2003 NO ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS, IMPACTOS E POSSIBILIDADES

Profa. Ma. Andreia Rodrigues de Andrade (UESPI)

Resumo: A Lei 10.639/2003 versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta, assim, a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Desse modo, debates diversos acerca dessa temática são tecidos, de um lado os que defendem a importância de tal legislação para romper com amarras históricas do ensino no país, de outro, os críticos da lei que apontam ser desnecessária a sua existência, uma vez que, segundo tais grupos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) já contempla tais conteúdos. Este simpósio busca discutir os impactos, desafios e possibilidades da Lei 10.639/2003 no Ensino de História, a fim de entender os motivos da dificuldade de sua implementação, por meio da análise das políticas públicas federais e das produções acadêmicas a ela relacionadas. Enfatiza-se a falta de incentivos aos professores para trabalharem em sala de aula a importância da História e da cultura africana para a compreensão da História do Brasil e romper com a visão eurocêntrica que ainda vigora na formação escolar brasileira. Prioriza-se ainda estudos relacionados aos problemas que dificultam a execução da Lei 10.639/03, da desigualdade racial e racismo nas escolas, os quais inserem-se nas dificuldades estruturais do sistema educacional brasileiro, calcado em bases ideológicas racistas e excludentes.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Educação Básica. Ensino de História.

A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades

Profa. Ma. Andreia Rodrigues de Andrade (UESPI)

Resumo: O presente artigo pretende abordar a partir da Lei 10.639/2003 a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, discorre sobre os desafios, impactos e possibilidades para sua aplicação, bem como aspectos relacionados à falta de formação dos professores para trabalharem estes temas e os defensores e críticos da lei. A dificuldade existe também no campo dos educadores, pois muitos não reconhecem a importância da história e da cultura africana para a compreensão da história do Brasil. Neste sentido, A Lei 10.639/2003 versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta, assim, a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Deste modo, debates diversos acerca dessa temática são tecidos, de um lado os que defendem a importância de tal legislação para romper com amarras históricas do ensino no país, de outro, os críticos da lei que apontam ser desnecessária a sua existência, uma vez que, segundo tais grupos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) já contempla tais conteúdos. Busca-se discutir a Lei 10.639/2003 no Ensino de História, a fim de entender os motivos da dificuldade de sua implementação, por meio da análise das políticas públicas federais e das produções acadêmicas a ela relacionadas. Enfatiza-se a falta de incentivos aos professores para trabalharem em sala de aula a importância da História e da cultura africana para a compreensão da História do Brasil e romper com a visão eurocêntrica que ainda vigora na formação escolar brasileira. Prioriza-se ainda estudos relacionados aos problemas que dificultam a execução da Lei 10.639/03, da desigualdade racial e racismo nas escolas, os quais inserem-se nas dificuldades estruturais do sistema educacional brasileiro, calcado em bases ideológicas racistas e excludentes. Diante disso, apesar dos seus limites, a implementação da lei ajuda a cumprir grandes objetivos como para o ensino de História: levar a reflexão sobre a discriminação racial, mudar a mentalidade preconceituosa e superar as desigualdades raciais. Neste contexto, ressalta-se ainda os desafios que os sistemas de ensino encontram para a efetivação da Lei e as possibilidades da problematização do currículo hegemônico, no intuito de que as práticas educativas possam contemplar efetivamente a diversidade étnico-racial brasileira. Dialoga-se com autores como: Arroyo (2007), GOMES (2012), SILVA (2012).

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Educação Básica. Ensino de História. Desafios. Possibilidades.

As leis 10639/03 e 11645/08 – perspectivas e debates no campo da Antropologia da Educação

*Angélica Maria Vieira Cruz (Graduanda em Ciências Sociais - UFPI)
Prof. Dr. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (Professor do Departamento de Ciências Sociais – UFPI e do Programa de Pós – Antropologia – UFPI))*

Resumo: Os debates sobre a diversidade cultural brasileira tem sido uma constante no campo da Antropologia, apresentam-se de diferentes perspectivas, e as vezes, suscitam algumas controvérsias, principalmente, no que diz respeito às políticas de reconhecimento da diversidade no campo educativo, dentre as quais destacam-se as leis 10639/03 e 11645/08. A primeira, modifica a lei 9394/96, para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, sendo posteriormente modificada pela segunda (lei 11645/08), para incluir além da História e Cultura Afro – brasileira, a História indígena. Essas políticas se expressam como importantes ferramentas para reverter o processo de subalternização e racismo construído durante o processo colonial em torno das populações não – brancas , além disso, esse processo também gerou uma “colonialidade do poder, do ser e do saber”. Assim, essa discussão mostra-se imprescindível no meio acadêmico em especial na área de Licenciatura em História, pois de acordo com a lei, esta é uma das áreas do conhecimento que deve promover este debate, de forma mais direta na sala de aula, visando uma formação mais crítica e um processo de descolonização do pensamento e do saber dos futuros professores de história. Em relação à diversidade cultural, partimos da ideia que a formação da concepção de respeito e compreensão dessa diversidade necessita de um diálogo interdisciplinar entre Antropologia e outros campos do conhecimento, neste caso em específico com a História e a Educação, na qual as políticas aqui trabalhadas representam um caminho para a concretização desse processo. O curso de formação tomado como “objeto” de investigação nesta pesquisa é o de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Petrônio Portela, na qual tivemos como objetivo analisar se e como as leis 10639/03 e 11645/08 são (re)conhecidas e tratadas na formação dos futuros docentes. Como estratégia metodológica, dividiu-se a pesquisa em etapas: primeiro, realizamos um levantamento das políticas públicas de diversidade étnico-racial e elencamos aquelas relacionadas à Educação, com destaque para as leis (10639/03 e 11645/08) já citadas; na segunda etapa, analisamos a aplicação de tais políticas no curso tendo como base a análise do Projeto Político Pedagógico, a realização de entrevistas semiestruturadas com o coordenador e alguns professores do curso e a aplicação de cerca de 50 questionários com os discentes. Na terceira etapa procedemos com a análise dos dados, onde correlacionamos os dados das entrevistas e questionários com a reflexão obtida da literatura especializada. Com isso, foi possível perceber como as leis 10639/03 11645/08 vêm sendo percebidas e empregadas neste curso, as dificuldades apresentadas pelos discentes e docentes e as diferenças apresentadas nos discursos.

Palavras-chave: Diversidade étnico – racial. Antropologia. Educação. Políticas Culturais.

Resgate e Perpetuação de Memórias:

a EJA num contexto de valorização cultural em comunidades quilombolas na cidade de Seabra.

Carla Brandão Lopes (mestranda em PPGEAFIN - UNEB)

Dr. Joabson Lima Figueiredo (UNEB)

Resumo: Pretendo neste trabalho refletir a importância das narrativas orais para a manutenção das histórias do povo remanescente dos quilombos, bem como a tentativa de perpetuação dessas narrativas e tradições. O foco dessa pesquisa foi a obtenção de memórias escritas obtidas de adultos e idosos, alunos de EJA de comunidades quilombolas da cidade de Seabra/BA. Utilizo o termo “resgate” pois ao longo dos anos essas histórias vem caindo no esquecimento. Isso tem explicação no fato de que a história desses povos nunca teve lugar na historiografia nacional desse país. As memórias desses povos ficam sempre em segundo plano, ou simplesmente nem aparecem, pois o ensino de história restringe-se a ensinamentos transmitidas pela escola, através de livros didáticos e uma educação basicamente limitada nas versões escravistas. Cabe assim aos mais velhos a transmissão dessa parte ocultada da história. Além disso, muitas dessas comunidades foram “tomadas” por missões “evangelizadoras” para o cristianismo. Com isso, a cultura africana, manifestações culturais e até ritos de candomblé que existiam foram abolidos quase em sua totalidade para dar lugar ao discurso da “salvação através da fé cristã”. Dessa forma, os jovens não vêm sentido nas histórias dos mais velhos e com o advento da tecnologia, as mais diversas formas de distração e união outrora utilizadas (rodas de batuque, capoeira, reisado...), caem no total desuso e descaso quando não são mais praticadas. Objetiva-se com essa pesquisa, analisar as contribuições das histórias de vida e dos saberes e fazeres quilombolas como forma de resgate da tradição oral e da valorização do povo quilombola. Para isso foi preciso identificar e descrever como os remanescentes quilombolas de Seabra/BA perpetuam em seu cotidiano as tradições afrodescendentes e analisar os elementos da cultura negra que pudessem ser reavivados a partir das memórias dos adultos e idosos dessas comunidades. A facilidade de encontrar muitos adultos e idosos em turmas de EJA que funcionam nessas comunidades tornou o trabalho de resgate das memórias mais fácil e coerente, haja vista o discurso de valorização cultural e trabalho com oralidade empregado por essa modalidade de ensino. Muitas memórias foram colhidas ao longo de várias visitas e gravadas para posterior transcrição. Outras foram escritas pelos alunos. São relatos próprios ou de seus antepassados, passadas de geração a geração oralmente. O resultado foi uma coletânea de memórias escritas, ricas e consistentes, que até então existiam apenas na oralidade e imaginário dos moradores das comunidades em questão. Conhecer tão intimamente essas narrativas e a beleza da cultura e tradição negra foi enriquecedor. Entretanto, ainda há um longo caminho até a real valorização desse povo e de suas histórias. Esse caminho perpassa pela consciência identitária, muito estudo historiográfico e educação do povo para o respeito às diferenças.

Palavras-chave: Memórias. Narrativas. Comunidades Quilombolas. História. Resgate.

Cenários de positivities sobre a causa dos afrodescendentes hoje no Brasil

Prof. Me. Cláudio José Araújo Silva (UESPI)

Resumo: No Brasil, durante muito tempo a causa dos afrodescendentes foi marcada fortemente pelos resquícios da escravidão que deixou um legado altamente negativo para esta população. Nesse sentido, durante séculos a identidade deste grupo social foi marcada pelo desprestígio social, político e econômico com a conivência do setor educacional que persistiu na prática do ensino tradicional e silenciou sobre os problemas sociais existentes em nossa sociedade. Nessa perspectiva, este trabalho visa refletir sobre as ações do Estado, projetos de pesquisa e extensão, práticas educacionais revolucionárias que passaram a surgir de forma acentuada a partir do ano de 2003 com o governo Lula que teve um olhar atencioso e crítico para a causa dos afrodescendentes. É espantosa a quantidade de atividades políticas e educacionais que surgiram no meio educacional com o advento da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que dispõe sobre a inserção do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Esta lei teve desdobramentos, fazendo surgir vários documentos oficiais, setores do governo, pesquisas e materiais de estudo com um olhar crítico sobre a temática do racismo, da invisibilidade da cultura de base africana e sobre a visão do negro como ser incapaz e perigoso para a sociedade. Todas essas reflexões têm contribuído bastante para a desmistificação da personalidade e da cultura do afrodescendente no Brasil. Vale destacar que as teorias do racismo científico, notadamente a do italiano Cesare Lombroso (1835-1909), e as adaptações destas teorias no Brasil pelo médico e pesquisador Nina Rodrigues, tiveram grandes repercussões históricas e ainda repercutem hoje na sociedade reforçando as posturas racistas, o preconceito e a discriminação racial. Dessa forma, esta produção quer chamar atenção para a necessidade de cada um de nós reconhecer, reverenciar e se inspirar nas ações afirmativas já desenvolvidas ultimamente visando aniquilar o racismo que ainda se apoia em grande parte na ideologia da democracia racial. Ressaltamos que a linha de pensamento do governo Bolsonaro neste momento estimula a visão preconceituosa em todas as frentes entre nós e, também por isso, se torna imperioso fortalecer nossas ações e reflexões contra os preconceitos. Para subsidiar este estudo, recorreremos a autores como Silva (2018), Boakari e Silva (2011), Cunha Júnior (1996), Castro e Abramovay (2006), Freyre (2000), dentre outros. O trabalho conta ainda com a contribuição dos documentos que tornam oficiais as políticas públicas de combate ao preconceito racial. Ao final do trabalho, conclui-se que são crescentes e válidas as ações reflexivas de enfrentamento ao preconceito racial desenvolvidas ultimamente no meio educacional.

Palavras chave: Racismo. Educação. Cenários de positivities. Afrodescendentes. Brasil.

O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a lei 10.639/03:

saberes, desafios e perspectivas.

Eliud Pereira de Souza Jácome (Mestranda - UNEB)
Prof. Me. Claudilson Souza dos Santos (UNEB)

Resumo: A Lei 10.639/2003, fruto de reivindicações do Movimento Social Negro ao longo da década de 90, institui a obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afrobrasileira e Africana na Educação Básica, designando a reformulação do currículo educacional brasileiro e determina às instituições a inserção de conteúdos sobre a história da África e do negro no contexto de formação da identidade nacional, com a intenção de resgatar sua contribuição na área social, econômica e cultural, como estratégia para diminuir a discriminação racial. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e sua relação teórico-prática com a lei 10.639/2003, através dos saberes que sustentam a prática docente e os desafios de efetivação do referido ensino, além de apresentar proposições metodológicas à prática pedagógica nas disciplinas de História e Língua Portuguesa. A análise dos dados foi realizada por meio de questionário aplicado aos professores da Escola Clarice Nunes da Gama, situada na cidade de São Gabriel-Bahia, formulado com a intenção de entender quais as dificuldades encontradas para trabalhar com a temática e quais práticas pedagógicas são realizadas visando diminuir o racismo. Foram também feitas as análises de documentos oficiais – especialmente das *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnicorraciais* – quanto o contato com o campo empírico, que afirmam um universo de demandas e dilemas confirmando a centralidade dos conhecimentos no trato da temática africana e afrobrasileira. Diante dos desafios apresentados, entende-se que articular educação, história, cultura e identidade negra é fruto de um processo de reeducação do olhar pedagógico sobre o negro. Assim, a escola como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão. Percebe-se assim, que existe a necessidade de refletir no meio educacional sobre a questão racial no Brasil, revisitando os fatos históricos e concepções teóricas que influenciaram na construção de um imaginário racista, ressaltando os conceitos de racismo, mestiçagem, cultura, identidade e demais que podem ser utilizados como artifícios de mudança em relação a ideologia eurocêntrica condutora de pensamentos e ações contra os negros e a cultura afrobrasileira. Nesse sentido, sugere-se neste trabalho, o rompimento com práticas culturalistas e reacionárias, que abrem caminhos para o surgimento de preconceitos que restringem o negro a uma identidade estereotipada. É possível uma educação que dialogue com a alteridade, na perspectiva de respeito à sua diversidade, que privilegie temas e assuntos ao universo da população negra no Brasil, valorizando sua história conforme prevê a lei 10.639/03.

Palavras-chave: História. Bahia (Brasil). Cultura. Educação. Lei 10.639/2003.

A importância da Lei 10.639/2003 para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana na Escola João Galdino.

Francielcio Silva da Costa (Graduando em História - UESPI)
Fernando da Silva Cunha (Graduando em História - UESPI)
Maria Betânia Saraiva de Almeida (Graduanda em História - UESPI)
Carlos Eduardo da Conceição (Graduando em História - UESPI)
Prof. Ma. Andréia Rodrigues de Andrade (Mestra em História do Brasil-UFPI)

Resumo: O presente artigo analisa a importância da lei 10.639/2003 para o ensino de História e Cultura Afro brasileira e africana na escola João Galdino no município de Boa Hora Piauí, ressaltando com isso o papel do negro na formação sócio cultural do Brasil ao valorizar o legado cultural dos povos africanos, dando um novo olhar historiográfico a esse tema. Além disso, se percebe que esta lei propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da História e Cultura afro brasileira e africana, trazendo com isso uma nova concepção do negro como sujeito histórico ativo dentro do processo de formação da cultura nacional, valorizando-se, portanto, o pensamento e as idéias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária) e as religiões de matrizes africanas. Com a lei 10.639/2003 deve-se pontuar que o dia 20 de novembro foi estabelecido como o dia nacional da consciência negra em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares, um símbolo da luta contra o preconceito racial no Brasil. Neste sentido ela contempla reivindicações de longa data do movimento negro no Brasil, desconstruindo dessa forma o imaginário criado em torno do homem negro e a sua História que sempre foi esquecida e inferiorizada, combatendo o racismo e o eurocentrismo que foram as ideologias que fundamentaram o sistema escravista que teve vigência no nosso país, partindo desse conceito ela é um tipo de política pública voltada para reduzir uma série de danos e injustiças causados a população negra que esteve à margem da sociedade nesse contexto, em razão da sua situação de marginalidade. Outro ponto pertinente a ser elencado é que ela alterou a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional) ao incluir novos artigos e incisos referentes a este ensino. Sobre os objetivos que nortearam esta pesquisa destaca-se analisar a lei 10.639/2003 na Unidade Escolar João Galdino, identificar como a lei 10.639/2003 está sendo aplicada na Unidade Escolar João Galdino, compreender os principais pontos da lei 10.639/2003 e abordar a lei 10.639/2003 no livro didático de História utilizado na Unidade Escolar João Galdino. Metodologicamente este trabalho utilizou-se de um estudo bibliográfico a partir de fontes escritas como artigos científicos, monografias e livros dinamizando assim este estudo e promoveu-se a execução de entrevistas orais envolvendo professores e alunos que vivenciam o ensino da história e cultura afro-brasileira na Unidade Escolar João Galdino e fazer leituras dos livros didáticos de História que apresentam os conteúdos relativos à cultura afro-brasileira. Diante disso se percebe a relevância desta lei para a ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade sócio cultural brasileira.

Palavras-Chave: Ensino de História. Negro. Educação. Cultura. Lei 10.639/2003.

Da ausência na formação inicial ao chão da sala:

as dificuldades enfrentadas pelos professores da Educação Básica em Caxias/MA na aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no Ensino de História

Dr. Jakson dos Santos Ribeiro (UEMA)
Esp. Aldeanne Silva de Sousa (UEMA)
Esp. Ronnie Cássio Coêlho Silva (UEMA)

Resumo: A partir da promulgação da Lei 10.639/2003, tornou-se obrigatória a inclusão do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas instituições escolares brasileiras públicas e particulares de ensino fundamental e médio, sendo um marco político, como também pedagógico para a educação do Brasil. Ademais, o dispositivo legal viabilizou a valorização da cultura e o protagonismo do negro na história do Brasil, como também a compreensão da formação étnica dos brasileiros e desconstrução eurocêntrica que caracteriza uma porcentagem representativa dos conteúdos no currículo. Nesse compasso, o estabelecimento legal da lei, promoveu um enfrentamento contra práticas de racismo e discriminação nas relações cotidianas, dentro e fora do contexto escolar, haja vista, que permite reflexões acerca das desigualdades sociais e do racismo presentes na nossa sociedade. Assim, o presente artigo busca refletir a partir das experiências dos professores de História da Educação Básica, em Caxias/MA, quais as dificuldades enfrentadas diante da aplicabilidade da lei acima mencionada, no que tange o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em sala de aula. Desse modo, a reflexão deste estudo, utiliza como fonte para análise, as vivências e práticas pedagógicas desses professores em sala aula a partir de suas narrativas, com intuito de compreender o processo de formação inicial e as estratégias que esses docentes utilizam diante da obrigatoriedade da lei. Nesse sentido, para fundamentação da presente pesquisa foram essenciais teóricos dos Estudos Culturais, como: Hall (1997), Silva (2007), Hamze, (2015), Carvalho (2012), e Garcia, (2010), como: como base teórica para pensarmos as questões relevantes as problemáticas enfrentadas pelos professores na articulação dentro das aulas de história, elementos que dialoguem com as prerrogativas da lei. Além de possibilitarem dialogar com as percepções construídas acerca da relevância, dos estudos sobre cultura e identidade em se tratando da realidade brasileira. Os dados coletados foram adquiridos a partir do uso de questionário eletrônico, com a população de 20 professores da disciplina História, atuantes na Rede Municipal da Cidade de Caxias/MA. Diante dos dados coletados, verificamos que os docentes sentem dificuldades de realizar uma inserção mais representativa das questões relacionadas a História e Cultura Afro-brasileira na sala aula, visto a ausência no processo de formação inicial e continuada. Outro elemento perceptível, está direcionado ao próprio ambiente escolar, apontado pelos professores da pesquisa, como um fator que não contribui para auxiliar na efetivação da lei, pois as instituições escolares ainda possuem uma visão restrita das diversas possibilidades de inserção ao que aduz a lei.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Básica. Lei 10. 639/2003. Docentes. Formação Inicial.

As representações dos negros nos livros didáticos de História no Ensino Fundamental do 6º ao 8º ano, nas cidades de Campo Maior e Altos.

Layane Muniz da Silva
(Graduanda em História - UESPI)

Resumo: O livro didático, no campo da História, se constitui como o principal material responsável pelo processo de ensino-aprendizagem dos alunos, sendo o mediador no processo de aquisição dos conhecimentos, porém como qualquer outro produto ele não é isento a erros. E estudos realizados a partir do século XX, já o problematizam e divulgam o seu caráter tendencioso, apontando as lacunas existentes, bem como a propagação de visões estereotipadas de determinados grupos. Diante disso o presente trabalho tem o livro didático de História, como um objeto de pesquisa, buscando analisar como os negros estão sendo representados após a homologação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de rede pública e privada, que tem como finalidade resgatar historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Fazendo-se também o uso dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) e dos PNLN (Plano Nacional do Livro Didático), que no decorrer dos anos está sofrendo mudanças significativas para melhor atender a demanda de uma sociedade tão diversificada, onde esses currículos vão servir de base para a compreensão das modificações ocorridas e na efetivação da lei. Mediante a essa perspectiva esse trabalho também visa expor como a representação destes sujeitos está ligada às relações de poder e dominação de determinados grupos sociais, assim como salienta Vogt (2016), "a produção dos livros didáticos tornou-se um cobiçado produto mercadológico", que vão interferir diretamente ou indiretamente na formação enquanto cidadão daqueles que se sentem oprimidos e desvalorizados, e através de análises dos conteúdos e dos discursos será possível identificar essas lacunas, pois esses métodos possibilitam a ultrapassagem das "aparências" superficiais que o livro nos apresenta, trabalhando com a mensagem e com a interpretação existentes por trás do texto verbal e não-verbal. Onde, através de análises realizados nos livros de História, que correspondem do 6º ao 8º ano, como por exemplo: "*Brasil – História em construção*" dos autores Faria, Berutti e Marques (1996); "*Projeto Araribá – História*" de Melani (2006); "*História Sociedade & Cidadania*" de Boulos (2012) e "*Vontade de Saber História*" de Pellegrini (2012); dentre outros, fica evidente a desvalorização da figura do negro, sendo possível perceber que mesmo depois da aplicabilidade da Lei, houveram sim mudanças significativas, porém não é algo correspondente com o desejado. Pois ainda é latente a falta de informações sobre a temática e a contínua desvalorização da cultura afro e o preconceito para com um povo que foi de suma importância para a construção da historiografia brasileira.

Palavras-chave: Livro didático. História. Negros. Lei 10.639/03. Currículo.

“Boi de Mariá”:

Memória e herança no processo de fortalecimento da identidade do quilombo Morro Redondo

Marilza Barbosa Gomes de Jesus (Mestranda em História – UNEB)
Prof. Me. Claudilson Souza dos Santos (UFBA)

Resumo: Os estudos da história, cultura afro-brasileira e africana são de suma importância a valorização cultural para gerações futuras, como versa as leis 11.645/08 e 10.639/03. Investigações sobre a memória/identidade surgem da necessidade de compreender a relação entre o homem e a sociedade, pois é através desta relação que se estabelecem as trocas entre sujeito-sujeito, sujeito-sociedade, sociedade-sociedades, assim o presente trabalho visa refletir sobre os aspectos constitutivos da preservação da memória e da identidade cultural no quilombo de Morro Redondo. O “Boi de Mariá” é um patrimônio imaterial pertencente ao quilombo Morro Redondo - Seabra/BA, segundo a tradição oral do lugar, o festejo existe a mais de cem anos, teve início com uma promessa feita por uma antiga moradora (que se chamava Mariá) para que o poço de água do quilombo não secasse. Os brincantes da dança no dia 23 de junho aparecem com a indumentária do boi e os mascarados, e dão início a cerimônia pública pelas ruas do quilombo. A musicalidade é composta por pandeiros e violões. E através dos ritos, festa, educação e cultura afro apresentam aos expectadores o folguedo do boi. A manifestação é uma variante do mito sobre a morte e a ressurreição Bumba meu boi. Atualmente essa ancestralidade tem sido suprimida por festas modernas. Como aporte teórico foram consultados vários autores dentre eles, Hall (2006), Pollak (1989), Bauman (2005), Chauí (2000), que realizam importantes análises sobre as concepções, memória e identidade. Pollak (1989, p.204) afirma que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” É na memória que se pode contribuir com as novas expectativas, nela que o indivíduo registra tudo aquilo que considera importante e, por conseguinte, o motivou e o fez realizar determinadas ações significantes para determinado grupo. O trabalho exercido por ela torna-se essencial, considerando a transitividade da informação nas sociedades contemporâneas que são, “por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente.” (HALL, 2002, p.15). A metodologia adotada centra-se na abordagem qualitativa, utilizando o método (auto)biográfico, através de narrativas que constituem referências de si e de si na história de outros, quanto a base epistemológica da pesquisa, são a hermenêutica e fenomenológica. Hermenêutica para dar significados e compreender as dimensões cognitivas, afetivas, contar as próprias vivências, relevância como os seres humanos vivenciam, tendo a subjetividade como condição necessária e fenomenológica por se tratar de uma abordagem que não se apega apenas a coisas factuais e observáveis, mas sim, penetrar no seu significado e contexto, compreender o fenômeno por meio de relatos descritos da vida social.

Palavras-chave: História. Educação. Identidade. Memória. Cultura.

ST-10: TRÂNSITOS FRONTEIRIÇOS: DESLOCAMENTOS SENSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

Profa. Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)

Prof. Dr. Túlio Henrique Pereira (PNPD/Capes/UFPI/PPGHB)

Resumo: A partir da segunda metade do Século XX, a condição pós-moderna ou o pensamento desconstrucionista, tem possibilitado pensar sobre nossos deslocamentos interiores, ou seja, sobre nosso processo de produção histórica das sensibilidades. As fronteiras não são apenas limites ou separação de espaços, são antes deslocamentos que acontecem de forma pessoal, subjetivo e intransferível entre os indivíduos. Como pontua Mia Couto em sua obra *O outro pé da sereia* “a viagem não começa quando se percorrem distâncias, mas quando se atravessam nossas fronteiras interiores” (2006; p.192). A partir dessa percepção o presente Simpósio interessa-se por pesquisas e escritas que analisam ou se identificam com as teorias desconstrucionistas, teorias pós-coloniais, bem como, aquelas que mantêm diálogos com a história das sensibilidades, esse rico campo de análises da História Cultural. O Simpósio reflete sobre os estudos que analisam a relação entre História e Literatura, esses mesmos trânsitos fronteiriços, não somente no sentido da Literatura ser considerada fonte para o historiador, mas no sentido de que a literatura serve para pensar sobre o processo de territorialização e desterritorialização das palavras e das coisas. Resumindo, esse Simpósio tem como objetivo refletir sobre temáticas “fronteiriças” entre a História e a Literatura, tais como: o medo, a loucura, o amor, o ódio, a solidão, entre outras sensibilidades que ajudam a pensar sobre nossos trânsitos fronteiriços e interiores.

Palavras-chaves: Trânsitos fronteiriços. Sensibilidades. História. Literatura.

A crítica social em *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha

Amanda Gabriella Lima Leal (Graduanda em Letras Português- UFPI)
Ana Jackelline Pinheiro Porto (Graduanda em Letras Português- UFPI)
Gabriela Nathana Cunha (Graduanda em Letras Português- UFPI)
Joyce de Oliveira Silva (Graduanda em Letras Português- UFPI)
Prof. Ma. Carolina de Aquino Gomes (UFPI)

Resumo: O livro “O Bom-Crioulo” de Adolfo Caminha aborda temáticas inquietantes para o final do século XIX, sendo um dos primeiros livros a retratar uma relação homossexual masculina, que é vista como pedofilia/pederastia, além de descrever situações subumanas, as quais marinheiros eram submetidos, sobretudo os negros- resquícios do cruel período escravocrata. Ademais, destacam-se as visões de liberdade, que são construídas ao longo da narrativa. Sendo uma obra naturalista, são abordadas temáticas sensíveis à época, que desconfiguram o tradicionalismo nas organizações sociais, apresentando assuntos poucas vezes retratados na Literatura Brasileira. Esses aspectos mencionados fazem de “Bom-Crioulo”, uma obra atemporal. Desse modo, o trabalho tem como objetivo fazer uma crítica social da obra; analisar criticamente, dentro da narrativa, temáticas como homossexualidade, racismo, pedofilia/pederastia; identificar características das correntes filosóficas (Determinismo e Darwinismo Social) no comportamento dos personagens que compõem a narrativa. Para isso, analisamos a obra sob teorias que abrangem as temáticas analisadas, bem como o Determinismo e o Darwinismo Social. A análise revela que em relação à homossexualidade o autor trata este tema com certa dualidade, pois ao tempo em que o propõe de forma natural, o apresenta como algo contrário à natureza, provocando, assim, ambiguidade à obra; ao racismo, o qual respinga até nos dias atuais, representa uma herança do período escravocrata; a respeito das visões de liberdade, estas tomaram rumos diferentes na obra, dualizando a concepção de liberdade experienciada pelos personagens principais. Portanto, concluímos que a obra tem seu caráter atemporal por narrar temáticas que ainda são importantes de se por em discussão. Além disso, Adolfo Caminha traz à obra a ideia de que o homem em sua essência é mau, ou acaba se tornando quando o “meio” se impõe e canaliza no homem atitudes de natureza instintiva e selvagem, o que acarreta um caráter de cunho determinista ao livro. O Darwinismo social se faz presente através da ideia de existir uma “seleção natural” dentro da sociedade, seleção essa que consiste na sobreposição do mais forte exemplificado por Amaro, ao mais fraco, representado por Aleixo. Portanto, entendemos que o autor estruturou uma perspicaz obra naturalista com linguagem crua e seca, em que se misturam sofrimento, romance e sensualismo, com um denso sopro poético, lírico e com instintos animais à flor da pele dos personagens, tornando a obra impactante aos olhos do leitor, de forma a ser, também, uma obra de denúncia.

Palavras-chave: Naturalismo. Bom-Crioulo. Críticas Sociais. Homossexualidade. Racismo.

A cidade de Teresina nas crônicas de Arimatéa Tito Filho

Francisco Alcides do Nascimento
(Prof. – Dr. - DH/PPGB –UFPI)

Resumo: A comunicação tomou as crônicas de Arimatéa Tito Filho, publicadas no Jornal *O Dia* entre 1991 e 1992, impresso no qual o escritor manteve no período uma coluna fixa na página quatro. Outra razão para o corte consistiu no falecimento do cronista em 22 de junho de 1992. O norte da proposta foi registrar as cidades que nasceram nos textos publicados; portanto, a partir do olhar, do sentir, do desejar, das experiências cotidianas do colunista sobre Teresina, socializadas com o leitor do impresso. Na construção da comunicação, se fez necessário dialogar com autores que tratam da cidade, entre eles: Roberto Lobato Corrêa, Sandra Jatáhy Pesavento, Francisco Alcides do Nascimento; da crônica, dentre eles, Gilberto Mendonça Teles, Rubem Braga, Arimatéa Tito Filho, Zenir Santos Reis, Jorge de Sá. Fosse impossível no corpo do texto fazer a discussão da relação entre História e Literatura, ela é apontada quando foi lembrado de nomes como Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub, Alfredo Bosi, e Michel Foucault.

Palavras-chaves: História. Teresina. Crônica. Literatura. O Dia.

Arte, Intelectualidade e Intervenção Urbana:

Itinerário Artístico e Intelectual de Afonso Lima na Modernidade Teresinense nas Décadas de 1970 e 1980.

Me. Francisco Lopes da Silva Filho (UFMA/CEAD –UFPI)

Resumo: A presente comunicação analisa a relação existente entre intelectualidade, cidade e suas intervenções urbanas. Especificamente a atuação do intelectual como ator político, produtor de conhecimento e inventor artístico. Nesse entendimento, o intelectual que apresentamos nesse trabalho é o piauiense Afonso Lima, um artista e pesquisador articulado com uma cidade conceito e seu tempo. Ao ter acesso à obra e documentos de Afonso Lima surgiu a necessidade de compreender seu itinerário artístico e intelectual sobre o “progresso” teresinense nas décadas de 1970 e 1980, sublinhando as influências das políticas culturais empreendidas pelo Estado no sentido de tornar a capital a cidade mais moderna do nordeste. Como arcabouço teórico nosso trabalho dialoga com: noção de itinerário e intelectual de SIRINELLI (1996), cidade conceito em Certeau (1990), progresso de Le GOFF (1994) e identidade intercalar de BHABHA (1998). É a partir do estabelecimento destas delimitações e acepções teóricas que o problema central da nossa proposta de investigação ganha forma. Destacadamente: *“Analisar o itinerário artístico e intelectual de Afonso Lima sobre os discursos de progresso empreendidos pelas políticas culturais do Estado do Piauí sobre a cidade de Teresina nas décadas de 1970 e 1980, bem como sua relação com a construção de identidade”*.

Palavras-chave: Intelectualidade. Cidade. Modernidade. Arte. Afonso Lima.

Afinidades e contradições de almas esfomeadas:

A representação da loucura nos contos O Retrato, de Nicolai Gogol, e O Espelho, de Machado de Assis

Profa. Esp. Mara Vanessa Torres Menezes Federico (Biblio)
Prof. Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)

Resumo: O objetivo deste estudo é investigar as similaridades e diferenças entre os contos O Retrato, de Nicolai Gogol, e O Espelho, de Machado de Assis, com ênfase, na representação da loucura expressa nas respectivas obras. Para forçar a análise desta pesquisa serão abordados aspectos relevantes na caracterização da literatura fantástica, onde a loucura é associada como um de seus elementos. Se o enlouquecimento tornou-se um estigma, como anuncia o provérbio latino “A quem Deus quer destruir, antes lhe tira o juízo”, o fato também é registrado na literatura como ponte para perceber o inconsciente e desvendar máscaras, influenciando na exploração do irracional, do incompreensível e do lado humano sombrio assinalado na ficção. Esses são subsídios fornecidos para levantar questões acerca de como a loucura é representada na construção das narrativas e dos protagonistas presentes nos contos supracitados de Gogol e Machado, autores oriundos de tempos, lugares e contextos diferentes.

Palavras-chave: Loucura. Literatura. Gogol. Machado. Literatura fantástica.

Memória, Literatura e História nas narrativas de O. G. Rego de Carvalho

Natália Ferreira de Sousa (Mestranda em História- UFPI)

Resumo: Com uma obra nitidamente marcada por personagens que revelam representações de lugares e sentimentos, os livros de O. G. Rego de Carvalho trouxeram uma nova maneira do fazer literário que se diferenciava daquele que se encontrava em vigor na época de sua produção. Era uma escrita mais sentimentalista, que contrariava o regionalismo, estilo literário do momento. Os seus livros, a começar por “Ulisses entre o Amor e a Morte”, que foi o primeiro a ser lançado, carregam dentro de si expressões de uma piauiensidade a serem vistas pela maneira como o autor narra costumes e modos de comportamento encontrados nas cidades do Piauí. Essas particularidades de sua escrita são resgatadas por vivências e memórias do próprio autor, que mistura parte de sua vida com sua obra, colocando nela os seus personagens a representar aquilo que mais o marcou e que o rodeava em seu momento de escrita. A partir disso, O. G. Rego de Carvalho expressa sobre o que um leitor atento vai encontrar em seus livros, que são as recordações e lembranças do que mais o marcou, a sua apreensão do real, sua percepção da loucura e sua reação às sensações de conhecimento do mundo e que constituem as suas referências como sujeito. Isso salta aos olhos de uma pessoa que se deixa mergulhar nesse universo literário infundável que é a obra de O. G. Rego de Carvalho. A escrita de O. G. Rego de Carvalho, analisada a luz da discussão aqui entre memória e história, traz em si marcas não só associadas a um contexto histórico da época em que estava sendo produzida, como apresenta de sensibilidades e ressentimentos que atravessam a própria identidade do autor e que marcaram como este qualifica o mundo. Com isso em mente, dados biográficos ajudam a enxergar as imagens de um passado representado em sua obra. Desse modo, a escrita do autor fica centrada entre esses campos e passa a ser um lugar de memória, de suas memórias, que ficam disponíveis para a construção de um real sempre que o leitor assim quiser. Assim, ver a obra desse autor é ver também a sua vida, suas relações e suas influências, a reconstrução de um passado por meio de sua escrita, que o faz, através dessa memória, ter um lugar de pertencimento. Essas questões atravessam a ficção e ficam colocadas na produção do escritor, pois não se separa a literatura da realidade em que ela é produzida, ela está inserida em seu momento de produção e, por mais que o autor queira mostrar que sua escrita não sofre de interferências externas, elas estão presentes, já que a literatura é lugar de memória e espaço de criação ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Memória. O. G. Rego de Carvalho. Literatura. História. Sensibilidades.

Representação do corpo feminino em *Escravas de Coragem*, de Kathleen Grissom:

História, Gênero e Identidade

Prof. Ma. Sharmilla O'hana Rodrigues da Silva (UESPI)

Resumo: O corpo feminino tem sido menosprezado ao longo da história cultural de muitas sociedades. Mulheres têm sido abusadas física e psicologicamente pelo imaginário coletivo que perpetua através de seus discursos, instituições e práticas a superioridade masculina. Sobre tal ideologia, em *Pensamento Feminista-Conceitos Fundamentais*, livro organizado por Heloisa Buarque de Hollanda, afirma a teórica francesa Monique Wittig (2019, p. 83): “[...] tanto os nossos corpos quanto as nossas mentes são produtos dessa manipulação. Nós fomos forçadas em nossos corpos e em nossas mentes a corresponder, sob todos os aspectos à ideia de natureza que foi determinada para nós”. Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar a representação do corpo feminino no romance *Escravas de Coragem*, escrito pela estadunidense Kathleen Grissom e publicado em 2010. A estória, ocorrida em uma fazenda no estado americano de Virgínia entre os anos de 1791 e 1810, é narrada por Lavinia e Belle, duas jovens - uma branca e outra mestiça, de alguma forma escravizadas principalmente por serem mulheres. A pesquisa parte dos seguintes aspectos: história do gênero das citadas personagens, estudo sobre o corpo feminino e construção de identidade. Para a abordagem do problema, utilizou-se o método dedutivo, partindo de teorias sobre o gênero feminino - história, corpo e identidade - que foram discutidas no romance. Em relação às etapas de investigação, o método escolhido foi o monográfico através do qual explicou-se tema específico em um texto literário, considerando o caso como representativo de outros. A pesquisa teve objetivo exploratório, investigando um assunto específico como levantamento bibliográfico cuja base teórica está fundamentada em: Ferreira (2002) - *Discurso Feminino e Identidade Social*; Stearns (2007) - *História das relações de gênero*; Le Breton (2012) - *A sociologia do corpo*; Louro, Felipe e Goelner (2013) - *Corpo, Gênero e Sexualidade*; Zinani (2013) - *Literatura e Gênero: A construção da identidade feminina*; Perrot (2016) - *Minha história das mulheres*; Louro (2018) - *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Percebe-se que Lavinia e Belle só funcionam como objetos domésticos, para os cuidados da casa e para a relação sexual, tendo seus comportamentos limitados e corpos dominados pelos homens que as rodeiam e que sempre demonstram sua posição de poder. A conquista deste concretiza a submissão forçada dos corpos das personagens. Assim, pode concluir que o romance *Escravas de Coragem* leva a uma reflexão sobre o tratamento do corpo da mulher, independente de sua condição social. Mulheres são vistas como categorias submissas, especialmente nos Estados Unidos dos séculos XVIII e XIX. Consideradas inferiores, Lavinia e Belle são alvos de violação física e psicológica, o que influencia na construção de suas identidades.

Palavras-chave: Corpo. História. Gênero. Identidade. Literatura.

História, memória e política na Primeira República

Uma análise do livro *Os fatores do Coelhado: escorço de história* do historiador piauiense Clodoaldo Freitas.

*Thaise de Sousa Araújo (Mestranda do PPGHB/UFPI/CAPES)
Prof. Dr. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (UFPI)*

Resumo: Este trabalho tem como proposta fazer uma análise do livro *Os Fatores do Coelhado: escorço de história*, de autoria do historiador e político piauiense Clodoaldo Freitas, analisando os aspectos de história, memória ressentida, memória política e memória coletivo-individual. O mesmo foi produzido pela Tipografia do jornal Democrata e publicado no ano de 1892. A obra traz o que podemos chamar de retrospectiva dos acontecimentos políticos no Estado do Piauí, entre dezembro de 1889 e julho de 1892, anos iniciais da República brasileira. A produção narra especialmente o que tange aos governos estaduais que, no espaço de tempo abordado pelo autor, chegaram a um total de onze administrações distintas. Em meio às constantes mudanças de governo, as disputas partidárias eram evidentes e as discussões que se situavam no campo das ideias, por meio dos artigos de opinião publicados nos periódicos da época, por vezes, passavam para o concreto, onde a violência era exercida sobre os corpos. Marcado pelo ressentimento que estas lutas lhe proporcionaram, Clodoaldo intencionou trazer ao público leitor algo que não se limitasse a uma produção de cunho histórico, mas sim, fazer justiça contra seus adversários, membros do Partido Republicano Federal e constituintes do grupo que seria chefiado por Antônio Coelho Rodrigues, chamado de Coelhado. Apesar de ser uma obra de Clodoaldo Freitas, o livro assume caráter representativo dos membros do Partido Democrata, do qual o historiador era associado. Portanto, nosso objetivo é analisar a produção, procurando características que sinalizem estas memórias. Para isto, apresentaremos o local de fala do historiador, a quem se destinava a publicação, bem como as problemáticas que corriqueiramente se apresentavam em sua produção e na República, além disso, perceber as ações e reações que eram demonstradas pelo autor ao tratar do seu grupo rival. Para tratarmos sobre memória em “Os fatores do Coelhado: escorço de história”, utilizaremos pesquisadores como Maurice Halbwachs (1968), Ecléa Bosi (1987) e Pierre Ansart (2001). Já na análise do ponto de vista historiográfico nos apoiaremos em autores como Frank MacCann (2007), José Murilo de Carvalho (2016) e Teresinha Queiroz (2011,2012,2015), entre outros. Deste modo, a partir da leitura da obra, concluímos que a construção de um livro histórico pelo autor é também um livro de memória, onde o individual se confunde com o coletivo, de modo que suas lembranças e seus sentimentos se misturam aos fatos históricos narrados e vivenciados por terceiros. Além do mais, pode servir de instrumento de condensação de uma memória social alterada pelas questões pessoais, que nos levam a questionar o limite da verdade da história narrada.

Palavras-chave: Coelhado. Memória. Piauí. Proclamação. República.

A arte de furtar na república da Bruzundanga:

A burocracia e os espaços da norma em Lima Barreto (1881-1922)

*Thiago Venicius de Sousa Costa (Mestrando de História – UFRN)
Prof. Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)*

Resumo: Na presente comunicação busca-se investigar como Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) elaborou narrativas sobre a burocracia nacional e o universo do jurídico na sátira *Os Bruzundangas* (1922). Com isso será desnudado as críticas que o literato fez sobre a política brasileira nos quadros da Primeira República (1889-1930), especialmente, o modo como ficcionalizou os embaraços da corrupção generalizada no país, em um cenário próprio da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, o literato compõe e monta uma série de imagens sobre a política nacional, e o que chama atenção é a maneira de perceber a composição desses espaços, organizado por indivíduos afeitos pela “arte de furtar”. Esta que, certamente, representaria as astúcias dos dirigentes políticos em desviar a função pública em prol de interesses particulares. Aqui a ideia de furto flerta com aspectos da criminologia moderna, mas não repousa em seu domínio ou é iluminada por um saber dito racional que busca identificar, nomear e tipificar certas condutas e práticas culturais tidas como perigosas. O furto, possivelmente, seja percebido como um saber que alcança os domínios das belas artes e do fazer artesanal, ou porque não dizer, encenar de maneira criativa os perfis da malandragem, da esperteza, das flutuações do caráter e da moral? Seria um tipo de saber que vai se cristalizando em terras brasis, em seu imaginário e se espessa no cotidiano da população, ganhando notoriedade quando praticada pelos grandes figurões da política estatal e por aqueles que mantem alguma ligação com o poder. Na arte de furtar teríamos o assalto as riquezas nacionais, aos cofres públicos e a população que viveu misérias com os atos de improbidade de seus gestores. Temas que revelam sutilezas que permitem visualizar e discutir os espaços da norma, a saber, em que medida a lei é válida para todos, e qual o peso do texto constitucional em uma sociedade que é alicerçada por práticas e ações corruptíveis. Pensar os espaços da norma possibilita observar não só as idealizações de um sistema normativo – de códigos, leis, decretos, etc. –, mas permite discutir outras subjetividades relacionadas aos efeitos desse regime de legalidade. E bem mais do que isso, como essas questões conseguiram acionar as sensibilidades dos indivíduos – aqui particularmente o sensível de Lima Barreto – para problema maiores, como a cidadania e a justiça no país. Não obstante, buscaremos discutir essas questões e oferecer respostas provisórias para as inquietações desse debate a partir da incursão metodológica e teórica de Gomes (2006), Rolnick (2014) e Tuan (1983).

Palavras-chave: Burocracia. Espaço. Norma. História. Literatura.

Um triplo fascículo de história do Brasil:

Diferentes produções históricas de sensibilidade em A. Varnhagem, C. de Abreu e G. Freyre

Tiago Brito da Silva (Graduando em História – UFMA)
Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes (UFMA)

Resumo: Esta pesquisa nasceu após a leitura de três dos mais conhecidos intérpretes do Brasil, Adolf Varnhagem, Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre, cujo conteúdo de suas principais obras que versam sobre História da colonização do Brasil, possuem interessantes dissimilaridades. Sucedeu-se uma análise qualitativa englobando também outras publicações bibliográficas e comentaristas, que tiveram como objetivos: primeiro, fundamentar os liames que podemos notar entre estes autores, à luz de análises já tecidas; segundo, identificar os pontos e conceitos e metodologias em que estes autores se diferenciam; analisar os autores em uma dimensão mais vasta, levando-se em conta a Retórica da Diferença, o que engloba os autores em esferas maiores, ideológicas/metodológicas. Nisso temos Varnhagem como o “elogio a colonização portuguesa”, Gilberto Freyre como o “reelogio a colonização portuguesa” e Capistrano de Abreu como “redescobrimto do Brasil”, numa brilhante taxinomia de José Carlos Reis. Notadamente, não é, de forma alguma, novidade no campo historiográfico que toda a teoria ou reflexão sobre algo se baseia por uma interpretação pessoal, sempre erigida sobre certos pressupostos, paradigmas e arcabouço teórico do autor que está escrevendo sobre um dado tema. Sendo assim, toda reflexão não é uma exposição de uma verdade (supondo que verdade existe), mas uma interpretação pessoal que tenta lograr para si um estatuto que se pretende verdadeiro por se utilizar de “fatos”. Para isso concorre em favor a habilidade de discurso do autor. É exatamente isso que acontece no caso do Brasil. Os três intérpretes que apresentaremos aqui, A. Varnhagem, G. Freyre, e Capistrano de Abreu, tomaram para si um afã de apresentar faces do Brasil. Por isso decidimos chamá-los de um “triplo fascículo”. O primeiro fascículo, Varnhagem, defende insaciavelmente todo o elemento europeu e, com ressalva do termo, abominando todos os outros elementos constituintes do Brasil, o índio e o negro, principalmente este segundo, que considera como uma tragédia sua inserção no Brasil. Isso, entre outras coisas, justificaria uma política de embranquecimento do Brasil. Em contraponto ao primeiro autor, Freyre não despreza os elementos não europeus, ao contrário, aponta como salutar e imprescindível a miscigenação para a composição do Brasil. Com condutas e opções discursivas bem próprias de alguém que não pertence à “casa grande”, e por isso não viu o Brasil da varanda de uma casa de elite, mas de dentro, embrenhando-se nos sertões brasileiros com árduo esforço, assim pode ser caracterizado, Capistrano. Verdade ou presunção? Romance ou desgraça? Uma resposta difícil de dar ao nos referirmos ao Brasil. Afinal, o que é o Brasil? Isso é, se existir um só Brasil, ou na verdade, existir vários Brasis, assim como as divergentes visões destes fascículos asseveram.

Palavras-chave: Varnhagem. Gilberto Freyre. Capistrano de Abreu. Intérpretes do Brasil. Retórica da Diferença.

História E Literatura:

A representação da loucura nas obras “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra” e “O outro pé da sereia” de Mia Couto

Tiago Rabelo Felix (Graduando em História – UESPI)

Profa. Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)

Resumo: Essa comunicação aborda a forma analítica e a relação entre História e Literatura, no que diz respeito à representação da loucura nas obras “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra” e “O outro pé da sereia” de Mia Couto. O autor aponta para questões que podem estar posicionadas dentro do campo das sensibilidades, que dizem o mundo (de) dentro, por exemplo, em nuances sentimentais, psicológicas e existenciais. As obras que foram selecionadas se passam em espaços de profundidades psicológicas e existencialistas. Estão ligadas aos sítios que Mia Couto construiu. A exposição segue a tentativa de enumerar e contextualizar os cenários que o autor destina às obras, com isso, mapear, para se compreender a forma da narrativa do autor, alinhada às questões de linguagem e a sua representação histórica na loucura.

Palavras-chave: História. Literatura. Mia Couto. Representação. Loucura.

Entre a biografia e a literatura:

Enquadramento de memória, representações, literatura e ilusão biográfica em Visconde da Parnaíba .

*Prof. Pedro Pio Fontenele Pio (Doutor em História – UESPI)
Wellington dos Santos Pereira (Mestrando pelo PPGHB- UFPI)*

Resumo: O referido artigo pretende analisar como Visconde da Parnaíba é retratado a partir de três fontes; O folhetim; *A memória de Visconde da Parnahyba*, de Clodoaldo Feritas. A Biografia, *Visconde de Parnaíba*, de Esmaragdo de Freitas e o Romance, *Vaqueiro e Visconde*, de José Expedito Rêgo. Pretende-se, pois, perceber como o sujeito se constrói à luz do relato biográfico e da literatura. Nesse sentido, partiremos da seguinte indagação: Como o Visconde da Parnaíba é representado nas referidas obras? Como o relato biográfico e a literatura ajudam no processo de enquadramento da memória de Manuel de Sousa Martins? Como a memória é trabalhada em tais documentos? Como tais fontes ajudam a construir uma representação do personagem? Como o patriarcalismo, apontado nas fontes, ajudam a pensar o processo da construção do Visconde da Parnaíba? Para tornar possível o exercício, utilizaremos as discussões de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves referentes ao nosso personagem sempre estabelecendo um profícuo debate entre estes e as fontes, uma vez que Visconde da Parnaíba é bastante retratado na historiografia piauiense, sobretudo, para se compreender a emergência de eventos políticos importantes no Piauí, como o processo o processo de adesão do Piauí ao processo de independência e a Balaiada. Além do mais, investiga-se também como as fontes abordam a múltiplas representações de Manuel de Sousa Martins, como Vaqueiro, Brigadeiro, Barão, Visconde, dentre outros. As três obras retratam o objeto em questão de três temporalidades; 1912, 1947, 1982 respectivamente. Por entendermos que as obras utilizadas como instrumento de análise são representações de uma época; de sua época, utilizaremos a discussão sobre o presentismo, proposto por Hartog (2013), para entender como os referidos períodos ajudam a cristalizar uma memória do personagem. Por entendermos também que as fontes ajudam a construir uma memória em torno do nosso sujeito objeto de estudo da presente produção, utilizaremos a discussão de enquadramento de memória proposto por Michel Polack (1989) para perceber como a literatura e a biografia ajudam a construir o referido personagem. O conceito de representação proposto Roger Chartier (1989) será utilizado para compreender a relação entre um objeto ausente, o Visconde da Parnaíba, e uma imagem presente, suas representações a partir das obras. Das três fontes em questão, duas são obras literárias sendo indispensável as discussões entre história e literatura. Nesse sentido, utilizaremos as discussões propostos por Luiz Costa Lima (2012). E em se tratando de uma biografia, não poderíamos esquecer as discussões levantadas por Pierre Bourdieu sobre a ilusão biográfica (2006). Desse modo, intencionamos, a partir da produção, elucidar como a constituição de um sujeito reverbera além do seu tempo.

Palavras-chave: Visconde da Parnaíba. Enquadramento de memória. Representação. Literatura. Ilusão biográfica.

ST-11: HISTÓRIA, LITERATURA E LABOR INTELLECTUAL: FONTES, METODOLOGIA E PRÁTICAS DE PESQUISA

Profa. Ma. Mara Lígia Fernandes Costa (UESPI/UFPE)

Profa. Ma. Gislane Cristiane Machado Tôrres (IFPI/UFG)

Resumo: Este simpósio pretende reunir pesquisas relacionadas aos estudos de intelectuais, escritores, artistas e demais produtores culturais. Compreendemos que investigar atuação destes atores sociais, a partir de uma perspectiva da História Cultural, possibilita aprofundar estudos sobre a atividade intelectual, a cultura impressa e a criação e o funcionamento de instituições e grupos de atuação artístico-culturais de meados do século XIX ao início do século XXI. Este simpósio tem a finalidade de contemplar temáticas diversas mantendo um olhar crítico que considere o uso das mais diferentes fontes: textos literários canônicos, produções literárias populares e/ou marginais, textos que obtiveram limitada circulação, produções artísticas diversas de cunho político, social e étnico. A escrita histórica contemporânea segue a tendência de considerar novas perspectivas para que sejam pensados outros modos de articulação entre as obras, as práticas e o mundo social. Deste modo, a ficção, a poesia, a crônica, a arte, o teatro, o jornalismo, a boemia, o arquivo, a academia podem ser elementos importantes para a construção de um diálogo entre História, Literatura e Intelectuais. Serão acolhidos também trabalhos que contemplem as dimensões da memória, prática biográfica e os esforços de construção de si empreendidos por literatos, intelectuais e agremiações culturais. Compreendemos que a atividade letrada pode ser interpretada como uma ferramenta para possibilitar que escritores, artistas e jornalistas pudessem revelar a sua produção cultural e compreender suas respectivas atuações no contexto social no qual estavam inseridos.

Palavras-chave: Intelectuais. Literatos. Memória.

Manhã com Memória, Memória com Oeiras e com o poeta Nogueira Tapety

Audrey Maria Mendes de Freitas Tapety

Resumo: Benedito de Francisco Nogueira Tapety mais conhecido, no meio intelectual do Piauí na República Velha, como Nogueira Tapety, bacharelou-se em 1911 na Escola do Recife, da mesma forma que a maioria de seus pares piauienses, companheiros da vida boemia em Teresina. Morreu muito jovem, em 18 de janeiro de 1918, quando contava 27 anos. Nascido em Oeiras (PI), na Fazenda Canela em 1890, tendo como pais Antonio Francisco Nogueira e Aurora Leite Nogueira. O ocupou o cargo de promotor público em 1912 na cidade na qual veio ao mundo. No ano seguinte, serviu no gabinete do governador Miguel de Paiva Rosa(1912-1916). Foi professor e jornalista. Trabalhando ainda no gabinete, sentiu os primeiros sintomas da doença que o mataria, a tuberculose. Buscou cura na Ilha da Madeira, na época, território pertencente a Portugal. Ali, para registrar os dias de angústia, solidão e dor, escreveu um diário. Foi este documento que deu sustentação empírica a esta comunicação. O diário como anotou Angela de Castro Gomes(2004) é uma atraente escrita de si. Registra a autora que “cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores[...] ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia” (2004, p.8). Assim, esta comunicação tem como objetivo primeiro, explorar o diário de Nogueira Tapety no qual registrou, na forma de poemas, mas também de crônicas, a saudade do país, do Piauí, de Oeiras, dos amigos e dos seus deixados no sertão do Piauí. Depois, o poeta tendo deixado mundo dos viventes muito cedo, foi sendo esquecido, apesar de publicações como Arte e tomento: Nogueira Tapety(1990), publicação com o símbolo do Instituto Histórico de Oeiras e da Academia Piauiense de Letras. A comunicação pode ser enquadrada no que é chamado de escrita auto – referencial ou escrita de si, “um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no moderno mundo ocidental (GOMES, 2004, p.10). A leitura e interpretação com base na hermenêutica permitiu, entre outras tantas possibilidades, a aproximação da ideia de vida e morte em Nogueira Tapety. Do mesmo modo, aproximou a autora desta comunicação da leitura que o poeta fez de Oeiras e da fazenda Canela, mas ainda tem o desejo de encontrar ouvidos para um pequeno “pedaço” da vida de Nogueira Tapety entre os novos e não tão novos historiadores do Simpósio História, Literatura e labor intelectual: fontes, metodologia e práticas de pesquisa.

Palavras-chave: História. Diário íntimo. Dor. Morte. Poesia.

Pensamento ecológico de Gilberto Freyre na obra *Nordeste* sob o olhar da história ambiental

Prof^a.Eesp. e Mnd. Daniela Fontenele Rocha (UFPI)
Prof^o Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (UFPI)

Resumo: Este artigo objetiva analisar como Gilberto Freyre na obra *Nordeste*, publicada em 1937 pela editora José Olympio discute temáticas semelhantes à História ambiental, e suas contribuições para estruturação desse campo de saber constituído na década de 1970. É uma premissa para a percepção do fazer e do escrever de Gilberto Freyre que o aproxima de um campo de saber que foi definido por volta da década de 1970 em um contexto de crise global com o surgimento de movimentos ambientalistas. Tem como definição o estudo das relações do homem com a natureza ao longo do tempo. Um dos aspectos que proporcionam uma escrita em história ambiental é quando um sujeito aborda em suas narrativas temas que envolvam conceitos de adaptação, ameaça ao equilíbrio ecológico e a escrita sobre a paisagem de uma região. Logo, interessa-nos analisar o contexto de produção da obra e do conhecimento que proporcionou a escrita do autor. Essas proposições nos induzem a buscar indícios que mapeiem a formação do autor e as articulações que travou, com autores e correntes, no âmbito de suas influências na produção textual e a ensaiar o pensar ecológico como ponto nodal de sua composição textual. Para isso o estudo de Michel de Certeau foi de suma relevância para compreensão do lugar social de Gilberto Freyre e para a percepção das influências que levaram o autor a escrever uma história ecológica que denominou em *Nordeste* como ecologia social. Constatou-se que o critério ecológico é um dos indícios que levou o autor para aproximar do fazer da história ambiental. Constatou-se também influência de estudos geográficos e autores da geografia citados por Freyre assim como o aspecto regional do tema do autor, temas de adaptação ao ambiente e ameaça do equilíbrio da natureza. A explicação do critério ecológico está na divisão dos seus capítulos em: a cana e o homem, a cana e a mata, cana e a água e a cana e os animais. Em cada um dos capítulos o autor destaca a importância da atividade econômica em torno da cana e de como essa planta gera movimento em torno dos elementos da natureza. Outro exemplo está relacionado na modificação estrutural das casas que por conta da poluição do rio passaram a ser construídas de costas para o rio. O *corpus* documental é bibliográfico e as fontes tem familiaridade com obras que apresentam discussões do campo da história ambiental, e produções de especialistas que registraram análises críticas-reflexivas sobre o autor e da obra em foco no qual Gilberto Freyre é interpretado como sujeito em movimento e impulsionador da ecologia social.

Palavras-chave: Natureza. Gilberto Freyre. Nordeste. Ecologia social. História ambiental.

Janela sobre a metrópole órfica:

Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou (1920-1932).

Francisco Adriano Leal Macêdo (Mestrando em História do Brasil – UFPI)
Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)

Resumo: Este trabalho tem como mote situar em panorama o que significava ser e estar na cidade de São Paulo entre os anos 1920 e início da década de 1930 a parti do ponto de vista do jornalista e intelectual Júlio de Mesquita Filho. Quem nos fornece a base para o texto é a tese de Livre docência de Nicolau Sevcenko “Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20”. O enunciado se desdobra a partir do projeto de pesquisa “A-QUELA NAÇÃO QUE O SEU GRANDE PASSADO PROMETIA”: *Estado, Liberalismo e Tradição* nas ideias de Júlio de Mesquita Filho (1925-1964)”, que estudaa trajetória do jornalista acima referido, Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal “*O Estado de São Paulo*” – que é principal fonte do livro aqui posto como norte para o palco de acontecimentos –, compreendendo-o enquanto um sujeito que fez esforços para definir a Nação que habitou. Diante dessa empreitada de capturar a realidade de um país, buscou ultrapassar a tarefa do jornalismo, enveredando por uma trilha intelectual que o insere entre os chamados “intérpretes do Brasil”. Pensamos aqui o texto escrito por Sevcenko como o delinear de uma valiosa bússola que permite fitar a partir de várias janelas os mundos e a metrópole que o nosso personagem central habitou na década de vinte até o ano de 1932, quando participa do movimento constitucionalista protagonizado por São Paulo. Atentamos de maneira específica para as mutações e rupturas de pensamento que forjaram o regionalismo paulista, uma *comunidade imaginada* a partir do conflito com o restante do Brasil e a percepção do Outro enquanto espelho que reflete o inverso de si. Este é um elemento construído por mitos, a negação de noções temporais ou espaciais claras. Essa “lira de Orfeu” não apenas embalaria os sentimentos paulistas por um curto período de conflito, em 1932. Sua melodia adquiriu se diluiria, ganhando fôlego para se projetar para a frente. Na esteira de Sevcenko, observamos através da janela propostaas convulsões desse período que causariam a implosão das estruturas mnemônicas anteriores. Anhanguera, Domingos Jorge Velho e Raposo Tavares seriam tomados como elementos a constituir uma memória de umacidade que se pensava enquanto “Nação das mais civilizadas do mundo”. Essa identidade imaginada faria principalmente os intelectuais de elite apostarem alto em suas verdades e na homogeneidade interna. No desenvolvimento da escrita, são citados autores como Stella Bresciani, Reinhart Koselleck e Tania Regina de Luca, usados para ajudar-nos a pensar noções de intelectual, concepções de temporalidade, relação indivíduo/sociedade e trajetórias.

Palavras-chave: Júlio de Mesquita Filho. Intelectuais. São Paulo. Metrópole. Nação.

O Cronista e a Cidade:

as vivências cotidianas teresinenses no começo do século XX

Prof. Me. Fransuel Lima de Barros (UESPI)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as experiências cotidianas teresinense mediante sua inserção aos novos padrões de vida urbana moderna situadas no começo do século XX. Para alcançar este objetivo, o principal meio de acesso a essas vivências foi através das crônicas publicadas nos jornais locais, pois seus relatos constituem um elo entre o indivíduo e a cidade. Existe assim, uma relação de cumplicidade, pois no momento em que o cronista lança seu olhar sobre a cidade e descreve os comportamentos citadinos, ele acaba ajudando a construir a própria memória urbana. Neste sentido, o resultado das análises revela que o desejo de uma cidade “moderna” se dar em meio a dissensos, visto que, embora houvesse uma instrução da imprensa para que os costumes teresinenses seguissem modelos de civilização estabelecidos por cidades europeias, existiam cronistas, como Jônatas Batista, que defendiam uma Teresina ligada as raízes tradicionais.

Palavras-chave: História. Teresina. Modernidade. Tradição. Crônica.

Uma Escrita Tática:

notas sobre os perfis biográficos produzidos por J. Miguel de Matos

Prof. Ma. Gislane Cristiane Machado Tôrres (IFPI /Doutoranda em História UFG)

Resumo: O texto tem como objetivo refletir sobre a prática escriturística do literato José Miguel de Matos, explorando, em especial, a escrita de perfis biográficos divulgados em antologias, revistas e artigos de jornais. A escrita é tomada como fonte importante, pois por meio dela o escritor atribui sentido às experiências vivenciadas e constrói em torno de si uma rede de sociabilidade importante para o entendimento de seu processo de inserção no cenário cultural piauiense entre os anos 1960 e 1980. Num esforço de historicização de sua prática biográfica, refletimos sobre o lugar ocupado pela produção biográfica entre seus pares a fim de mensurar como a recepção a esses textos impactou no seu objetivo de ingressar na Academia Piauiense de Letras. Do ponto de vista metodológico, selecionamos os textos de J. Miguel de Matos caracterizados como perfis biográficos e traçamos considerações sobre os critérios de seleção por ele adotados ao escrever sobre sujeitos e instituições, refletindo sobre o tipo de texto produzido, bem como sobre a perspectiva escriturística por ele adotada, a saber, uma escrita biográfica que articula pesquisa rigorosa, erudição e afeto. Percebemos que a produção de perfis biográficos efetivada por este escritor atendia a variadas finalidades seja ao evidenciar o esforço de erudição por ele empreendido, forjar redes de sociabilidades que delineiam aspectos do cenário cultural piauiense e sobretudo, construir imagem legitimada de si como novelista, poeta, jornalista e biógrafo. O esforço de erudição fica evidente ao observarmos as pesquisas por ele empreendidas para a construção dos textos, bem como a linguagem e as citações utilizadas. Através de elogios, agradecimentos e críticas presentes em seus textos percebemos o esforço de J. Miguel de Matos em construir em torno de si redes de sociabilidades que o articulassem aos jogos de poder existentes no meio literário piauiense. Essa rede expressa-se em seus textos quando seu autor evidencia suas aproximações, correspondências, a admiração e os distanciamentos que existem entre ele e seus biografados. Por meio do elogio sincero, da narrativa sobre acontecimentos compartilhados, dos ressentimentos e dos pedidos de desculpas que afloram dos textos percebemos que a escrita desses perfis atende também ao objetivo de construir uma imagem de si e posicionar-se sobre as disputas que permeiam os processos de filiação institucional e acesso a políticas públicas de edição de livros. Nesse sentido, analisar essa produção escriturística significa entender as táticas utilizadas por J. Miguel de Matos a fim de construir-se como escritor reconhecido e, posteriormente, habilitado ao ingresso na Casa de Lucídio Freitas. O esforço teórico articula reflexões sobre biografia e memória às discussões sobre escrita, lugar, prática, estratégia e tática apresentadas nas obras de Michel de Certeau.

Palavras-chave: Escrita. Biografias. Táticas. Erudição. Sociabilidades.

Redesenho das subjetividades no plano da família patriarcal e a ação prescritiva dos bacharéis no Piauí da primeira República

Jarbas Gomes Machado Avelino (Doutorando em História do Brasil – UFPI)

Resumo: O presente trabalho analisa as implicações da legislação da primeira república sobre o casamento e as relações familiares no Piauí, além de analisar a remodelação das subjetivações masculina e feminina, sobretudo no ambiente familiar. Analisa ainda a tendência de amenização do poder familiar até então exercido pelo *pater familias* ao positivar os indivíduos como titulares de direitos. A lei, neste cenário, representa a construção de um parâmetro de convivência social urbana, civilizada, secular, moderna. Analisa-se ainda a produção literária ficcional de bacharéis como Clodoaldo Freitas e Abdias Neves, através da qual buscaram prescrever novos modelos de subjetivação masculina e feminina, principalmente no âmbito da entidade familiar, além de defender novos modelos de família, principalmente assentados no livre arbítrio e na afetividade. Discute ainda a redefinição na forma de exercício do pátrio poder e a afirmação da casa como lugar de privacidade que se contrapõe ao espaço público. Os escritos literários dos bacharéis Clodoaldo Freitas, Abdias Neves, Simplício Mendes, e outros, constituíram o *corpus* documental que embasou este trabalho.

Palavras-chave: Relações familiares. República. Direitos individuais. Bacharéis. Ação prescritiva.

Quando poetas invadem as redações de jornais:

a imprensa alternativa bate à porta da capital teresinense na década de 1970.

Mestranda Jardiane Lucena Nascimento (UFPI)
Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)

Resumo: O presente artigo aborda a abertura de espaços em jornais oficiais, seja por meio de colunas, seja por meio de suplementos, destacando o protagonismo do poeta teresinense Torquato Neto na abertura de espaços na imprensa oficial do Rio de Janeiro por meio de colunas culturais e que se estende à Teresina, na década de 1970, em ocasião das suas visitas à capital. Assim a influência de Torquato e de jornais alternativos como *O Pasquim* e *Flor do mal*, entre outros alternativos nacionais, faz com que chegue à Teresina a imprensa alternativa. Neste artigo abordaremos a história da coluna *Comunicação* (1971), do jornal *Opinião* e dos suplementos do jornal *O Estado - O Estado Interessante* (1972) – e do jornal *A Hora - A Hora Fatal* (1972), atentando para os modos de produção dessa imprensa, bem como para os seus produtores e não deixando perder de vista a modernização porque passava a cidade ao mesmo tempo o provincianismo que ainda habitava a capital em oposição as novas formas de pensar de uma parcela da juventude na década de 1970. Analisamos assim, as raízes da imprensa alternativa no Brasil e percebemos como poetas “rendem chefes de redação” e trabalham em jornais oficiais de circulação nacional como *Última Hora* e *Correio Braziliense*, na década de 1970, a exemplo de Torquato Neto e Ricardo Chacal, com colunas culturais. Mostramos a trajetória de Torquato Neto desde quando começa a escrever para o jornal *O Dia*, considerada uma escrita um tanto reacionária, até quando escreve colunas culturais, quando se torna o “anjo torto”. No Piauí, de modo particular, através dos próprios suplementos e coluna, percorremos a história da imprensa na capital, e até a imprensa oficial como um contraponto a essa imprensa, além de essa imprensa enfatizar o aspecto modernizante da cidade à época, bem como utilizamos a metodologia da História Oral para trabalharmos algumas temáticas com produtores dessa imprensa – Marcos Igreja e Cineas Santos. A imprensa que se instala na capital do Piauí é resultado, em grande medida, da influência de Torquato Neto que traz à cidade novas formas de vestir, pensar e de se portar, em que uma parcela da juventude que ora se comporta como um corpo-transbunde- libertário, ora como um corpo-militante-partidário se identifica. É notado que esses jovens atuavam tanto na imprensa alternativa como na oficial, além do que percebemos uma grande multiplicidade dentro de cada grupo que divergiam em algumas questões e por isso se separavam, é o que Hall (2006) chama de identidade pós-moderna, um sujeito fragmentado é o que vemos nessa juventude que faz imprensa alternativa na capital.

Palavras-chave: História da imprensa alternativa. Subjetividades. Juventude. Torquato Neto. Teresina.

“Jornal das Moças”:

corpo, instrução e modernidade nos primeiros anos da República piauiense

*Profa Ma Jayra Barros Medeiros
(Doutoranda em História – UFPI-BOLSISTA CAPES)*

Resumo: O presente artigo estuda os escritos do pseudônimo, Pérola Branca, publicados no *Jornal das Moças* e suas interferências nas permanências e mudanças promovidas no cotidiano, na produção de identidades e nas relações de sociabilidades na primeira República piauiense. Para tanto, levou-se em consideração que homens e mulheres se constituem enquanto construção social e não como algo natural e imutável. Entendemos que os papéis femininos e masculinos são elementos importantes na constituição do corpo e da instrução. Os escritos de “Pérola Branca” encontrados no “*Jornal das Moças*”, no final da década de 1920, nos mostraram “um fio de relato” afinado com os ideais de civilidade, com as demandas da modernidade da Primeira República e com as transformações dos papéis masculinos e femininos que ganharam formas com as novas concepções que assolavam o Brasil, no início do século XX. Sobre a participação de Pérola Branca no universo moderno das cidades brasileiras destacamos a poesia de sua autoria “Cabelos Curtos” com a qual a autora participa de muitas polêmicas. Nesse período a moda dos cabelos curtos adentrava o Brasil e não agradava a todos. Algumas pessoas mostravam-se radicalmente contra a nova mulher e os seus cabelos. As ideias da referida autora não se resumem apenas à forma que as mulheres deveriam cortar os cabelos e sim ao novo modelo de mulher que aparecia em meio às ideias de civilização e modernidade que permeavam a Primeira República e se mostravam em consonância com os organizadores do jornal e com uma parcela dos seus leitores. De acordo com a correspondente do “*Jornal das Moças*” o corte à inglesa ou a *La gaçonne* (francesa) que tanto interessava a parcela feminina da população brasileira não se resumia apenas a uma estética ou a um cabelo curto e sim ao modo de pensar e agir de uma sociedade que com os novos tempos trazia a cena não só novos cabelos, mas uma nova maneira de pensar e agir. O que nos faz pensar o feminino para além do biológico e entendê-lo como um fenômeno histórico ligado às concepções de modernidade com um incessante esforço para alcançar o novo e romper com a tradição. A participação feminina em periódicos definiu-se no Piauí no final do século XIX e início do século XX e confere uma maior visibilidade e apropriação das práticas discursivas femininas. Essa afirmação intelectual era vista no período como uma valorização da cultura letrada e da educação formal, “a letra fina e boa” fazia parte de uma parcela pequena da população piauiense, com maioria analfabeta. Como metodologia de pesquisa foram utilizadas consultas em documentos oficiais, dos primeiros anos da República e as poesias e cartas contidas no *Jornal das Moças*, publicadas no período em questão.

Palavras-chave: História. Gênero. República. Piauí. Modernidade.

O desejo como protagonista: o erotismo na literatura de Clodoaldo Freitas

Mara Lígia Fernandes Costa
(Doutoranda em História – UFPE/
Professora de História – UESPI)

Resumo: Inserir o estudo da sexualidade como questão principal para os historiadores já não é uma novidade para a historiografia dos últimos anos. Michel Foucault (2009), Peter Gay (1989) e Elisabeth Roudinesco (2008) são apenas alguns nomes de pesquisadores que abraçaram a ideia de problematizar a sexualidade como uma via para tentar interpretar um determinado modelo de sociedade e suas implicações discursivas e práticas para o indivíduo e para o meio social no qual está inserido. A proposta deste artigo contempla uma possibilidade de estudo que consegue realizar uma interlocução entre História, Literatura e Psicanálise. Os avanços teórico-metodológicos na escrita histórica proporcionado pela História Cultural nos últimos anos oportunizaram aos historiadores um debate historiográfico que compõe as diferentes dimensões das produções culturais e de seus respectivos produtores e consumidores da cultura. Esta pesquisa contempla especificamente compreender sobre as dimensões da escrita e sua relação com o autor. (BOURDIEUR, 2011; CHARTIER, 2002; SIRINELLI, 1999) Nesse sentido, a referência à escrita diz respeito muito mais além do que o simples ato de descrever ou formalizar um registro gráfico do oral. Problematizar a escrita é ter a ciência de que o ato de escriturar pode ser interpretado como um registro da experiência do inconsciente de um indivíduo. (FREUD, 2016) Escrever também pode ser visto como um ato político, um ato social porque quem escreve, alimenta a expectativa – mesmo que não reconheça publicamente – que o seu escrito seja lido. E aí, entramos em outro universo de questões: qual o lugar da escrita na relação do autor com a sociedade? Qual a intencionalidade de um determinado autor ao escrever um texto? Uma parcela da produção literária do escritor piauiense Clodoaldo Freitas (1855-1924) corresponde a romances publicados sob a forma de folhetins em diferentes veículos da imprensa do início do século XX. Um dos aspectos que se destacam dessa produção folhetinesca são as investidas de Freitas no campo do erotismo. *Coisas da Vida, Os Burgos* e *A Besta Humana* são apenas alguns dos exemplos nos quais Clodoaldo Freitas mergulhou seus leitores no surpreendente mundo do erotismo literário. Encontros ofegantes, beijos demorados e corpos em busca de gozo são presenças constantes nessas narrativas e revelam pontos importantes para compreender a história intelectual daquele momento: o romance como um espaço tipicamente masculino – haja visto que o consumo dessa produção literária foi feita majoritariamente por leitores homens, jovens estudantes e membros do círculo intelectual – e a complexa relação que a cultura burguesa construiu em relação à sexualidade – ao lançar olhar sobre a maneira como os personagens foram construídos evidencia-se uma dicotomia entre características humanas (homens íntegros versus indivíduos corruptos e pérfidos, mulheres castas e generosas versus damas sedutoras e/ou histéricas).

Palavras-chave: História. Literatura. Psicanálise. Masculinidade. Feminilidade.

ST-12: HISTÓRIA, CORPO E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS EM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Profa. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)

Profa. Ma. Livia Suelen Sousa Moraes Meneses (UFPI/EAD)

Resumo: A expansão da incorporação da categoria de gênero na historiografia gerou novas indagações e renovações temáticas, além do uso original de métodos e teorias, possibilitando uma análise diferenciada a partir da descoberta de temas, documentos, temporalidades e estratégias metodológicas. Ampliaram-se os questionamentos sobre a naturalização biológica, universalismos e normalizações, reconhecendo as diferenças como históricas, sendo resultados de construções sociais e culturais. Desfazem-se, portanto, noções abstratas de “mulher” ou “homem” enquanto identidades únicas, fixas, indivisíveis e coerentes, para pensá-las como plurais, históricas e diferenciadas, desenvolvendo-se no plano das configurações de práticas, prescrições, representações, apropriações e subjetivações (WOODWARD, 2009). Nesta perspectiva, dentre a multiplicidade de chaves de leitura para entender a constituição de identidades de gênero nos contextos históricos, as discussões e debates em torno da educação e do corpo têm surgido como possibilidades de entender relações de poderes, representações e subjetivações em torno de papéis masculinos e femininos. No campo da educação destaca-se, por exemplo, os processos de construção sociocultural de corpos generificados nas práticas educativas, nos currículos e nas diretrizes pedagógicas (LOURO, 2004). No que diz respeito às discussões sobre corpo, é necessário pensar além da lógica tradicional que o aprisiona na estrutura biológica, uma vez que um olhar mais cuidadoso permite identificar o universo cultural, religioso, social e econômico do indivíduo, mas também da sociedade, apresentando-se “[...] no cruzamento do invólucro individualizado com a experiência social, da referência subjetiva com a norma coletiva.” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, p. 13, 2017). Nesse sentido, os estudos analisam como os corpos foram e são alvo de meticulosos processos de construção histórica a partir de aprisionamento, modelagem, vigilância e controle. Este simpósio temático se propõe, portanto, a ser um espaço de discussão e de reflexão sobre as relações amplas que se estabelecem entre corpo, educação e gênero no campo historiográfico, reunindo pesquisas que estão sendo desenvolvidas na área da construção sociocultural de corpos generificados nas práticas educativas; na utilização de instâncias como o cinema, as revistas e a música na construção corpórea; nas representações articuladas por médicos, políticos, educadores, filantropos e literatos, que estiverem relacionadas aos processos históricos de tratamento, correção e disciplina, considerando a dimensão de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Corpo. Educação.

Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba:

Atuação e assistência aos corpos acometidos por doenças.

Aleisa de Sousa Carvalho Rocha (Mestranda UFPI)
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Docente UFPI)

Resumo: A partir do século XVI, as Santas Casas de Misericórdias ultrapassam os limites de Portugal e se expandem pelo mundo, levando consigo os mesmos objetivos da primeira Misericórdia: prestar serviços de caridade a todos que necessitassem. Este trabalho tem como objetivo analisar como a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, cumpriu no início do século XX serviços indispensáveis no tratamento de corpos acometidos por doenças variadas. O recorte para esse trabalho vai de 1905 a 1920 pois nesse período os serviços prestados na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba giravam principalmente em torno do Hospital, cuidar da saúde e dos corpos dos enfermos era o centro das obrigações, logo, cuidar na hora da morte era uma necessidade, já que adentravam pessoas com o estado de saúde grave, ou que poderiam vir a falecer depois de internados. Dessa forma, sem as ações da Santa Casa, em pleno início do século XX, os cidadãos de Parnaíba, permaneceriam à mercê de doenças e outros males sofridos no período. No cotidiano dessa instituição atuavam médicos e irmãos de caridade, que prestavam serviços enfocando questões como pobreza e atuando sobre o corpo do doente considerado pobre e sem condições alguma de sobrevivência, pois ser pobre era um dos critérios para ser atendido nessa Instituição médica, ou seja, a maioria dos serviços era voltada para pessoas pobres. Dessa maneira, os médicos praticavam serviços terapêuticos no tratamento de doenças que acometiam a população além de auxílio material para essas pessoas como roupas, comidas e remédios. Dentre as doenças que mais acometia o corpo dos doentes atendidos na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba destacam-se a varíola, impaludismo, sarampo, catapora e coqueluche, algumas delas caracterizadas com um caráter endêmico. A metodologia utilizada envolveu a análise de Atas de entradas e saídas que pronunciam nomes dos pacientes, a cor, a doença que estava acometida e se faleceu ou conseguiu se recuperar pelos serviços prestados na instituição, os Receituários e Relatórios dos Governadores do Estado do Piauí, permitindo perceber as principais doenças enfrentadas e como os governadores e médicos discutiam medidas de controle das mesmas. Além disso, algumas leituras bibliográficas auxiliaram na fundamentação teórico-metodológica com autores como Foucault (2014; 2015), Sanglard (2001; 2006), Cobin, Courtine, Vigarello (2013) e Le Goff (1985). A partir do estudo da atuação da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, percebe-se o papel importante que essa instituição oferecia para sociedade, pois era ela quem monopolizava o atendimento e o tratamento de doenças que atingia os corpos doentes pobres.

Palavras-Chave: Santa Casa de Misericórdia. Hospital. Doenças. Corpos. Parnaíba.

Fora da casinha:

as mulheres e o acesso ao mercado de trabalho

*Alveralicy da Costa Gomes (Graduada em História – UESPI)
Profa. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)*

Resumo: Este trabalho tem como proposta a análise do acesso das mulheres ao trabalho e como os trabalhos desenvolvidos por elas era retratado no Jornal “O Estado” no período de 1972 a 1975 na cidade de Teresina. O trabalho foi um espaço conquistado aos poucos pelas mulheres, no entanto vale ressaltar que as mulheres pobres já frequentavam os espaços públicos, tanto para o sustento dos filhos quanto para contribuir com a renda familiar. Utilizam-se como referenciais teóricos os conceitos de representação, de Chartier (2002), e Gênero de Scott (1995). Tendo as fontes hemerográficas como principal fonte primária para análise e verificando como as mulheres eram representadas no Jornal em estudo, foi feita uma relação entre os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres consideradas tradicionais e as mulheres autônomas, como eram traçados esses perfis no Jornal “O Estado”. Considerando a importância da imprensa como instrumento de análise histórica, e as mudanças em decorrência das modificações políticas, econômicas e sociais. As características femininas e suas funções traçadas pelo periódico demonstram claramente as transformações que ocorreram nos cotidianos das mulheres, do mesmo modo que é possível identificar as permanências de personalidades derivadas da cultura estimulada pelo patriarcalismo. As mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas contribuíram para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. A modernização econômica gerou novas oportunidades para mão de obra. No decorrer do século XX, o processo de urbanização exigiu uma redefinição nos papéis sociais. A busca para empregar mulheres, assim como a participação delas no âmbito do trabalho reflete nos classificados do periódico em estudo, assim como a escrita e participação no jornal era desempenhada por algumas mulheres. Ademais, foram utilizadas referências bibliográficas para contextualizar através do parâmetro historiográfico as mudanças que ocorreram na vida feminina, entre elas Elizângela Cardoso (2003), Castelo Branco (1996) e Rago (1985). Então através desta pesquisa, é possível verificar as mudanças ocasionadas na vida social feminina, assim como o Jornal “O Estado” abordava isso tendo como foco a sociedade teresinense. Contudo é perceptível que a participação feminina no trabalho, no âmbito privado, foi acontecendo gradualmente. Com as mudanças sociais, a população teve que se adequar à modernidade, com isso, as mulheres foram sendo inseridas no mercado de trabalho, conquistando cada vez mais autonomia e liberdade, desvinculando sua imagem da dependência masculina, no entanto o Jornal em análise também reforçava os principais papéis desempenhados pelas mulheres que seriam os de cuidado e zelo, e os de âmbito doméstico.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho. Representações. Transformações. Jornal.

As propagandas de medicamentos no tratamento aos doentes venéreos presentes no Jornal “Gazeta” em Teresina na década de 1940.

Ana Karoline de Freitas Nery (Mestranda UFPI)

Profa. Dr. Elizangela Barbosa Cardoso (Docente UFPI)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da construção de representações de cuidado com as doenças venéreas em Teresina a partir da propaganda de remédios, presentes no Jornal piauiense “Gazeta” durante a década de 1940, fazendo também uma relação das propagandas de medicamentos com a discussão de corpos saudáveis presentes no ideário de governo da época estudada. O uso de propaganda funcionava como estratégia do regime político, sendo veiculada em jornais que circulavam na cidade, e dentre eles, destacava-se a Gazeta, publicado com regularidade durante todo o período abordado. Foi a partir do final do século XIX, que as doenças venéreas passaram a se constituir como preocupação dos médicos, mas foi nas primeiras décadas do século XX, sobretudo durante o governo de Getúlio Vargas, que o enfrentamento dessas enfermidades ganhou estatuto de política pública, inclusive no estado do Piauí. A atenção à saúde da população adquiriu relevância no contexto de criação de um novo país, sobretudo durante o Estado Novo, pois fazia parte dos planos de Estado investir na criação de trabalhadores saudáveis e fortes, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país. Nesse cenário, a parceria entre médicos e poderes públicos locais se dava na realização de algumas práticas com o objetivo de combater as doenças venéreas a partir da profilaxia, em que o Estado organizou uma estrutura de tratamento para os doentes venéreos que se relacionou à medicina curativa. Práticas como a realização de conferências, registros de infectados, distribuição gratuita de medicamentos e criação de hospitais e centro de saúde que fizeram uma mudança no cenário do tratamento de doentes venéreos, e dentre essas medidas, eram realizadas propagandas em jornais de circulação local, com o intuito de alertar para as implicações das doenças na vida das pessoas. A tentativa de inserção da indústria farmacêutica presentes nessas propagandas disputavam com as práticas de cura tradicionais que ainda eram muito presentes durante essa época e remédios como Elixir de Nogueira, Elixir 914 e tantos outros apresentam-se recorrentes nas páginas do Jornal. A metodologia utilizada envolveu a análise do jornal “Gazeta” e leituras bibliográficas de autores como Rodrigues (2006), Rego (2008) Fonseca (2007), Sá (2006), Gomes (2008) e Bueno (2008) que auxiliaram na fundamentação teórico-metodológica. A partir do estudo das propagandas de remédios pode-se ter uma formulação dos discursos presentes na época para o tratamento do corpo doente a partir de práticas curativas aliadas aos discursos médicos, indústria farmacêutica e a influência que a propaganda tinha ao tentar convencer a população da cura do mal venéreo.

Palavras-chave: Propagandas.Remédios.Jornal.Doenças venéreas.Teresina.

Por uma educação não sexista:

relatos discentes sobre a importância de projetos de extensões interdisciplinares que abordam questões de gênero

*Profa. Ma Angela Maria Macedo de Oliveira
(UESPI; Doutoranda em História do Brasil – UFPI)*

Resumo: A formação inicial e continuada dos Profissionais da Educação, em especial estudantes de Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior, que atuarão no magistério na educação básica necessitam de um sólido processo formativo teórico, prático e interdisciplinar, este processo passa necessariamente pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. O objetivo deste texto é apresentar alguns relatos discentes sobre experiências adquiridas no Programa de Extensão Universitária – PIBEU 2017/2018, *Ciclo de Palestras na História – Questões de Gênero e seus Diálogos Interdisciplinares*, realizado no Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, Campus Torquato Neto. O Programa de Extensão teve como objetivo: Divulgar as produções historiográficas sobre Estudos de Gênero e compreender como essa categoria de análise tem sido trabalhada por Historiadores (as), Jornalistas, Médicas e Advogadas. Considerando as legislações educacionais, em especial a Diretriz Curricular Nacional para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica propõe que a formação esteja ancorada em 11 (onze) princípios, dentre eles destaco o segundo: “[...] compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva [...] portanto, contrária a toda forma de discriminação”. (BRASIL, 2015). E uma das formas de discriminação que formação docente deve combater é o sexismo, que são as representações sociais que reforçam as desigualdades e as discriminações entre os gêneros, por exemplo, comportamentos sobre o feminino subordinados ao masculino, que constroem uma estigmatização ou depreciação social. Uma educação não sexista segundo a historiadora Guacira Lopes Louro (2014) perpassa atitudes de observações e questionamentos as desigualdades sociais, e isso dever ser constante, seja na teoria quanto na prática docente, a formação docente não pode ser discriminatória, precisa ser inclusiva e democrática, que reconheça e valorize as diferenças, que desenvolva a empatia, para isso a formação de professores/as necessita de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão que contemple as Questões de Gênero. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi análise de questionários qualitativos/quantitativos preenchidos de forma on-line, ao final do PIBEU. Nas respostas dos Questionários uma grande parte dos discentes enfatizaram que ter participado do Programa de Extensão foi significativo tanto academicamente como pessoalmente, portanto, pontuaram como significativas as atividades desenvolvidas na programação do Programa de Extensão 2017/2018 promovido pelo Grupo de Pesquisa em História, Cultura e Gênero – GRUPEHCGE com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários - PREX, portanto, conseguimos proporcionar reflexões críticas, científicas e de valorização a diversidade e as identidades de gênero entre discentes e docentes que participaram da Extensão.

Palavras-chave: História. Formação de professores(as). Projetos de Extensões. Educação Inclusiva e Não Discriminatória.

Professoras e Mãezinhas:

A Puericultura como um ideal na formação das normalistas no Piauí de 1930 a 1945.

Danielle Filgueiras Santos (Graduanda em História – UESPI)

Elane Beatriz de Sousa Góis (Graduanda em História – UESPI)

Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho (Professora Adjunta I da UESPI)

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar como se deu a inclusão das práticas de puericultura na formação curricular e social das normalistas em Teresina, de 1930 a 1945, quais os resultados almejados e obtidos através destas iniciativas, e se chegaram a influir de alguma maneira na sociedade da época. A partir da década de 1920 foram realizadas algumas ações experimentais voltadas à saúde materno-infantil. No Piauí, foram instalados alguns estabelecimentos que visavam melhorias no atendimento geral e nas práticas médicas. No entanto, foi apenas no governo varguista que a saúde se tornou responsabilidade dos poderes públicos. A atenção direcionada ao público materno-infantil se deu em razão das doenças que vitimizavam muitas crianças piauienses, sobretudo nas famílias menos abastadas, e elevavam os níveis das taxas de mortalidade infantil. Os discursos gerados em torno da importância da criança foram intensificados a partir de 1930 e contribuíram significativamente para o direcionamento de ações governamentais que visavam a criação de serviços em instituições especializadas, a construção de novos estabelecimentos que pudessem atender as demandas estaduais, como Postos de Puericultura, Postos de Higiene, Centros de Saúde, entre outros. Os profissionais da saúde, almejando o abandono das práticas da medicina popular, buscaram conscientizar a população através de diferentes mecanismos. Por meio da publicação de anúncios e textos informativos nos jornais que circulavam pelo Estado eles incentivavam o cuidado com a higiene infantil, ressaltando a importância do zelo materno e da assiduidade nas visitas médicas, bem como a responsabilidade da feminina em assegurar e proteger a saúde dos filhos. Os argumentos políticos evidenciavam a necessidade da valorização da vida infantil como elemento fundamental para o progresso da nação, dessa forma, a área educacional também passou a ser utilizada como mecanismo propagador. A Escola Normal Oficial de Teresina acabou se tornando uma ferramenta de repasse dos saberes médicos acerca do bem-estar familiar e da prevenção da saúde materno-infantil. Em 1932 a Escola passou a oferecer a disciplina de Higiene escolar e Noções Básicas de Puericultura, posteriormente denominada de Higiene e Puericultura, além dos Cursos de Puericultura ofertados aos sábados, também chamados de Escola de Mãezinhas. As fontes primárias, como as hemerográficas, que se encontram no Arquivo Público do Piauí, os discursos oficiais e o currículo escolar das normalistas teresinenses, disponibilizados nas obras bibliográficas que embasam este trabalho, foram fundamentais para as análises. Foram utilizadas obras bibliográficas que abordam o assunto com mais propriedade, como: Marinho (2009; 2018), Soares (2004), Rocha (2009), dentre outros. No decorrer da pesquisa foi possível notar que o ambiente escolar, especialmente o da formação profissional de professoras, foi visto e utilizado pelas esferas médicas e políticas como propulsor de ideias sanitárias e higiênicas, relacionando os cuidados básicos com a construção dos saberes educativos.

Palavras-chave: Educação. Normalistas. Puericultura. Infância. Saúde.

A trajetória dos estudos sobre as mulheres e gênero

Débora Cristine Ferreira da Silva (Graduanda em História-UESPI)

Joseanne Zingleara Soares Marinho (Prof. Dr.^a UESPI)

Resumo: O artigo apresenta como objetivo identificar como ocorreu o processo que culminou com a participação das mulheres na historiografia. A eclosão do Movimento dos Annales, principalmente com a História Nova, possibilitou a inclusão de novos temas na historiografia, antes restrita à história tradicional feita pelos grandes homens. A partir dessa nova visão da historiografia e com o início da participação das mulheres na política, a entrada no mercado de trabalho e nas universidades houve a necessidade de pesquisar e entender sobre a grandiosidade do universo feminino e afirmar que elas também faziam parte da história. Principalmente porque durante anos a vida dessas mulheres se restringiu ao setor privado. E como não é possível estudar separadamente mulheres e homens, o termo gênero começou a aparecer no final da década de 1980 para discutir essas relações. O artigo está dividido em três partes, durante a primeira parte será visto sobre o início e trajetória do movimento feminista inicialmente como as sufragistas e a luta pelo direito ao voto e depois a busca por outras conquistas durante esse processo e algumas dificuldades permanentes no nosso cotidiano. Na segunda parte a partir do gancho do feminismo será destacado o processo sobre a História das Mulheres com início por volta das décadas de 1960 e 1970 em países como Estados Unidos e França, como isso levou as mulheres a ganharem um maior espaço na historiografia pesquisando sobre os seus cotidianos e a afirmação desse campo de estudos no Brasil. A terceira parte frisa o termo gênero e seu surgimento como forma de estudo das relações entre homens e mulheres, a desnaturalização dos sexos e como o campo expandiu-se regional e nacionalmente discutindo pontos de extrema importância para a sociedade nos dias atuais. Para entendimento desse processo histórico serão utilizadas imagens que ilustram a trajetória do movimento feminista desde o seu início aos dias atuais, análises de entrevistas de autoras que participaram do processo que deu início a História das Mulheres e aos Estudos de Gênero, como Michele Perrot, Margareth Rago e Joan Scott, além das fontes bibliográficas. Para o desenvolvimento do trabalho serão utilizados autores fundamentais para sua realização: Scott (1995), Perrot (2006), Burke (1991), Céli Pinto (2003), Rago (1998), Soihet (1998), Pesavento (2007) e Queiroz (2006). Esse estudo permite a percepção da relevância da discussão e inserção desses temas na historiografia, tendo em vista as dificuldades que mulheres, homossexuais, transexuais e outros grupos mesmo sendo maioria na população diariamente continuam lutando pela conquista e manutenção de direitos como se fossem minorias.

Palavras-chave: Historiografia. Mulheres. Gênero. Feminismo. História das Mulheres.

A legião brasileira de assistência (lba) e a assistência à saúde materno-infantil em Teresina (1942-1945)

*Francilene Teles da Silva Sousa (Graduando em História – UESPI)
Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)*

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar as políticas de assistência à saúde materno-infantil, desenvolvidas pela filantropia feminina através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Teresina, no período de 1942 a 1945. As políticas de saúde públicas materno-infantis somente passaram a ter relevância após divulgação da Mensagem de Natal do Presidente Getúlio Vargas em 1939 que declarava ser a questão da mortalidade infantil um problema de grande relevância para o desenvolvimento do país. Como forma de solucionar esta situação foram criadas parcerias entre o Estado e a filantropia, criando instituições de assistência à saúde materno-infantil, colocando os poderes públicos e federais responsáveis pela organização e fiscalização dos serviços assistenciais e filantrópicos realizados nos estados e municípios. LBA foi uma instituição fundada com o intuito de assistir as famílias dos soldados convocados para atuarem na Segunda Guerra Mundial, mas que depois passou a assistir também outros setores da população em geral. Com relação à saúde materno-infantil, destacam-se os trabalhos voltados para a prevenção de enfermidades que causam a mortalidade de crianças no primeiro ano de vida. Esses trabalhos realizados pelas comissões estaduais atuavam na capital e no interior do Piauí e estavam sob a direção de Maria do Carmo Melo, esposa do interventor do Piauí, Leônidas de Castro Melo. O trabalho realizado pelas comissões constituía na tarefa de orientações médicas para as mulheres, sobretudo com os cuidados relacionados com a higiene do lar, dos utensílios domésticos bem como dos seus próprios filhos. O trabalho de filantropia não se resumia apenas a esses cuidados, mas também havia outras ações filantrópicas desenvolvidas pela (LBA) como o provimento de consulta médicas além de medicamentos gratuitos, o acesso, a creches, a escolas primárias e a distribuição alimentos para as famílias carentes. Para a concretização desta pesquisa foram utilizadas como fontes primárias as notícias extraídas do Jornal Diário Oficial do Piauí. Para embasar o trabalho de análise, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autores como Joseanne Marinho (2018), Ana Paula Martins (2015), e Ivana Simili (2008). Através desse estudo pode se concluir que foi a partir do governo de Getúlio Vargas que as iniciativas de proteção e assistência materno-infantil, passaram a ser assunto de interesse público. Para tanto, os governos estimularam a participação à filantropia por meio da criação de associações filantrópicas especialmente a feminina, como a LBA. No Piauí esse trabalho de assistência e filantropia feminina estava a cargo da Comissão Estadual. Essa instituição desenvolvia várias ações voltadas para a assistência à criança, inclusive iniciativas direcionadas para a preservação da saúde materno-infantil.

Palavras-chave: História. Políticas públicas. Filantropia. Saúde materno-infantil. Legião Brasileira de Assistência.

Um estudo acerca da violência física contra a mulher na área urbana de Barras-PI

Impactos da lei Federal nº 11.340/06 nos anos de 2006 a 2016.

Jassyara Maria Castro dos Santos (Graduanda em História – UESPI)
Maria da Conceição Rodrigues da Silva (Graduanda em História - UESPI)
Antonio Lisboa de Aguiar Junior (Mestre em Políticas Públicas-UFMA)

Resumo: O presente artigo faz um estudo acerca da violência física contra a mulher na área urbana de Barras-PI após a implementação da Lei Federal nº 11.340/06 nos anos de 2006 a 2016 que criou mecanismos visando coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, garantindo dessa forma oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar a saúde física e mental, o seu aperfeiçoamento intelectual e social, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. Neste aspecto esta legislação busca resguardar as mulheres de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, através da criação de juizados de violência doméstica e familiar, possui a função de julgar as causas decorrentes dessa prática. Sobre os objetivos que nortearam esta pesquisa destaca-se analisar a condição social das vítimas, consequências e causas das agressões bem como mencionar a importância da conscientização para ambos os sexos. Segundo uma pesquisa realizada pelo Datafolha e encomendada pelo fórum brasileiro de segurança no ano de 2017 revelou que no ano anterior a cada hora cerca de 503 mulheres foram violentadas, assim sendo essa realidade é bastante difícil, pois demonstra um contexto que se opõe a declaração universal dos direitos humanos. Diante dessa estatística surge a necessidade de se trabalhar a violência física contra a mulher na cidade de Barras, pois embora haja uma lei Federal que pune os agressores ainda é grande o número de casos de agressão, o fato de haver uma lei específica que coíbe e pune a violência contra a mulher em todo o país, não intimida o agressor. No que tange a situação problema que motivou essa pesquisa menciona-se que com a implementação da Lei Federal nº 11.340/06 na cidade de Barras-PI o número de denúncias com relação à agressão física contra a mulher cresceu ou decresceu, e quais aspectos influenciaram para o fato? Metodologicamente falando o trabalho se utilizou de análise de dados estatísticos e pesquisas de cunho bibliográfico. Diante disso essa pesquisa trabalhou a conjuntura social em que a mulher se encontra no âmbito privado, além disso, deve se enfatizar que é necessário que haja uma parceria entre o aspecto familiar e educacional para modificar essa situação, até por que essa problemática social é resultado também de uma desigualdade de gênero no Brasil, que está ligada diretamente ao machismo que é uma das causas para essa discrepância quando se pensa a relação homem e mulher nos espaços da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Discriminação. Violência. Corpo.

Educação, corpo e feminino:

Normalistas e o magistério em Teresina- PI (1900-1940)

Profa. Ma. Lorena Maria de França Ferreira (professora do quadro provisório UFPI-Picos)

Resumo: A educação feminina nas primeiras décadas da primeira metade do século XX em Teresina-PI no âmbito das instituições públicas se deram em grande medida através da Escola Normal. Essa educação era destinada ao magistério feminino no ensino primário no Estado, que estava sendo desenvolvido diante das questões republicanas de melhorias e de modernizações escolares, para isso foram criadas vagas no ensino normal para o público feminino na capital piauiense. Diante do ensino normal, este artigo, propõe-se analisar a educação, o corpo e o feminino pelos discursos do poder público e das normalistas. O corpo é entendido por várias significações o qual é perpassado, em especial o feminino que é cheio de representações sobre o ser mulher, mãe, educadora e sujeito que possibilitaria o avanço populacional para a formação da cidadania. As disciplinas e os discursos são as ferramentas possíveis para imprimir as representatividades na sociedade teresinense nesse momento, sendo possível verificar através das grades disciplinares do curso normal e das falas tanto do poder público, dos professores e das normalistas em solenidades dos Escola Normal. Em especial são analisadas as disciplinas que se destinavam a modelar o comportamento e o corpo feminino para o ensino infantil, como os de educação física, educação cívica e moral, higiene e outras, como possibilidade de verificação de uma educação voltada cada vez mais para o corpo feminino em formação e assim, também, formar-se corpos infantis que pretendiam para a república brasileira. Corpos saudáveis, higiênicos e aptos aos conflitos eminentes com as guerras e os conflitos mundiais eram pensados pelo poder público e pela educação vigente, logo que isso poderia determinar o futuro de um povo ou uma nação. Para a análise usa-se FOUCAULT (2014) para perceber como os sujeitos eram disciplinados e vigiados pela educação das primeiras décadas do século XX; LOURO (2013, 2016) para tratar sobre os corpos femininos no contexto educacional e a criação de identidades através da educação; CHARTIER (1991) para compreender as representações femininas em Teresina; FERREIRA (2017) para tratar sobre a Escola Normal e os discursos e as práticas educacionais em Teresina, ao evidenciar a criação de uma instituição pública de formação de professoras, as disciplinas do curso normal voltadas para moldarem o corpo e os discursos femininos sobre a atuação das mulheres na educação primária. Como fontes são analisados os documentos oficiais produzidos pelo poder público piauiense e pela Escola Normal e discursos presentes em jornais locais do período.

Palavras-chave: Educação. Corpo. Feminino. Normalista. Teresina.

Loucura e gênero na colônia de Psicopatas Areolino de Abreu: Diagnósticos, tratamentos, e produção de masculinidades. (1966 – 1970)

Luiz Samuel Sousa Oliveira (Graduando em História – UESPI)
Professor orientador.
Prof. Me. Felipe da Cunha Lopes (UESPI)

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo mapear os dados referentes ao processo de construção de diagnósticos e tratamentos oferecidos aos indivíduos internados na colônia de Psicopatas Areolino de Abreu na cidade de Teresina, entre os anos de 1966 a 1970 e a forma como estas questões se relacionavam com as diferenças de gênero. Pretendemos observar através da análise dos prontuários médicos da colônia como a produção de regras narrativas, as concepções de loucura, as formas de tratamento que dão contorno as doenças mentais e os diferentes modelos de saúde mental que se entrecruzam com as questões de gênero em especial com as masculinidades. A escolha deste recorte temporal tem como justificativa o fato de que nesse período foram criadas políticas de assistência psiquiátrica por parte da previdência que privilegiavam serviços de cunho privado o que de certa forma fortaleceu a “indústria da loucura”. Havia uma dicotômica entre a psiquiatria pública (grandes hospitais) e a psiquiatria ofertada pela previdência, expressadas nas casas de saúde e nas clínicas particulares sendo elas credenciadas pelo INPS. No que diz respeito ao contexto Piauiense, este fenômeno pode ser observado com a fundação do sanatório Medina na cidade de Teresina, ainda nos primeiros anos da década de 1950. Nosso trabalho será dividido em três etapas ocorreram de forma paralela e terão objetivos complementares. A primeira delas será dedicada ao mapeamento dos prontuários produzidos no recorte temporal desta pesquisa. Para atingir este objetivo recorreremos aos livros de entrada e de saída de pacientes para verificarmos aqueles que se encaixarem no recorte temporal da nossa pesquisa. Na sequência procederemos à digitalização do material. Por fim, o material digitalizado será catalogado e será criado um banco de dados com as informações contidas nas fontes. Serão utilizados como critérios para a produção de dados as seguintes informações: 1) Gênero, raça, idade, estado civil, classe social, atividade profissional e origem geográfica dos pacientes; 2) Tempo de internação, diagnósticos, índice de mortalidade e as causas mortis dos internos; 3) autoria dos prontuários analisados: nome e função. Este trabalho é de grande valor institucional pelo fato de ter-se uma ausência de produções acadêmicas no estado do Piauí sobre o tema que está sendo proposto, além disso ele nos possibilita enxergar indivíduos que de outras formas não poderiam ser observados com tal riqueza de informações.

Palavras-chave: Hospital psiquiátrico. Loucura. Gênero. Tratamentos. Diagnósticos.

A História do autismo no Piauí: trajetórias, saberes e inclusões

*Márcia Suely Santiago Lira⁶
Clarice Helena Santiago Lira⁷*

Resumo: Este estudo teve como objetivo discutir os novos saberes, tratamentos e inserções sociais provocados pela recente reforma psiquiátrica brasileira e como isso afetou os grupos infanto-juvenis piauienses considerados fora do padrão de normalidade, em especial os autistas. Procurou-se ao longo da discussão compreender como se processou o discurso médico a partir da década de 1970 e como isso articulou-se às políticas de inclusão e assistência social endereçado aos considerados fora do padrão de normalidade, em especial àqueles acometidos pelo transtorno do autismo no Piauí, objeto desse trabalho. O campo de estudo no qual a pesquisa se inseriu foi o da História da Saúde e da Doença, aprofundando-se num aspecto desse campo que é a história da loucura. Um hiato dentro da historiografia sobre a loucura e o autismo diz respeito à dificuldade em se encontrar trabalhos que enfoquem a loucura especialmente nos seus aspectos institucionais, e o Piauí não fica atrás, pois são poucas as pesquisas historiográficas abordando problemáticas pertinentes ao campo de pesquisa mencionado. Metodologicamente, o estudo fundamentou-se numa análise bibliográfica sobre a temática, articulada a documentos oficiais que legislam sobre os direitos da pessoa com deficiência, entre estes os autistas, como também se recorreu a aplicação de questionários com os pais de crianças e jovens acometidos pelo autismo. A partir da análise desse material, percebeu-se que os pais produzem diversos sentidos subjetivos acerca do diagnóstico, contribuindo também para a produção de inúmeros impactos na subjetividade desses pais, como a reflexividade, o desejo que o filho aprenda, o estado de conflito, a autodefesa, o estado de fragilidade, a impotência, o medo do rótulo, o sofrimento pela discriminação, a subestimação da criança, como também tentativas de posicionar o filho como sujeito. Notou-se que alguns avanços já foram conseguidos, mas ainda prevalece um grande desconhecimento social sobre essa questão.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica. Autismo. Inclusão.

⁶ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí – Uespi.

⁷ Mestre em História do Brasil e Profa. de História da Universidade Estadual do Piauí – Uespi.

A educação feminina durante o império: exclusão, acomodação e luta.

Maria Clara Lima Correia (Graduanda em História UESPI)

Maria Clara Pereira Matos (Graduanda em História na UESPI)

Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho (professora adjunta I da UESPI)

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir o comportamento social da mulher na família patriarcal aliado ao olhar dado diante da figura feminina no período imperial e como tais situações influenciam a educação da mulher durante a determinada época (1822-1889). O lugar social ocupado pela mulher dentro da sociedade em diversos âmbitos e épocas diferentes servem para a compreensão da sua atual posição, dos preconceitos ainda percebidos e restrições que lhe são colocadas nos dias de hoje. E para isso, será realizado o estudo sobre a inserção feminina no espaço educacional, como as mulheres eram educadas, por quem era realizada a educação feminina, com que finalidade e como se dava o acesso feminino à docência. A situação de exclusão e diminuição da mulher e dos papéis femininos fica evidente ao analisarmos o contexto da sociedade patriarcal do século XIX, portanto será pesquisado, primeiramente, a maneira como o homem percebia a condição feminina e transformava a mulher em algo distante e diferente de si, mudando sua perspectiva para o segundo plano, adaptando-a aos seus gostos, vontades e comportamentos, com o intuito de se tornar o centro social, político, econômico e em alguns casos, o divino. Discutiremos, então, como se dava a formação da mulher dentro de casa sendo preparada para a sociedade, dessa forma, a educação como meio de se adaptar, conviver entre os homens, aprendendo suas funções e prioridades, habilidades que facilitassem a conquista de um bom casamento. Além da mulher como leitora e escritora, produtora de conteúdo “a mulher metida a homem”, publicando escritos para a sociedade e ainda, a luta feminina por educação dentro de sala de aula, pela liberdade que começaria a vir através da informação formal e especializada, estudo esse feito a partir de fontes essenciais como Freyre (2013), a obra literária de Alencar (1997) e ainda textos de Telles (2004) e Louro (2004), bem relevantes nesse processo. Portanto, estaremos apresentando, de fato, a transição de uma mulher estereotipada, que deve e adequa-se aos costumes e necessidades sociais, consequentemente demonstrando acomodamento diante do modo de vida que leva de acordo com as pressões sociais que recebe, para só então com a presença de pioneiras na luta por uma educação dentro de sala de aula, ocorrer um desejo maior da população feminina por direitos educacionais, demonstrando o início de uma luta para se fazer mais presente.

Palavras-Chave: História. Educação. Mulheres. Patriarcalismo. Social.

A construção do gênero feminino na Colônia de Psicopatas Areolino de Abreu:

diagnósticos, tratamentos e perfis sociais. (1966 – 1970)

Maria Grazielle Nascimento de Sousa (Graduando em História – UESPI)
Prof. Me. Felipe da Cunha Lopes (UESPI)

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo mapear os dados referentes ao processo de construção de diagnósticos e tratamentos oferecidos aos indivíduos internados na colônia de Psicopatas Areolino de Abreu na cidade de Teresina entre os anos de 1966 a 1970 e a forma como estas questões se relacionavam com as diferenças de gênero. Pretendemos observar através da análise dos prontuários médicos da colônia como a produção de regras narrativas, as concepções de loucura, as formas de tratamento que dão contorno as doenças mentais e os diferentes modelos de saúde mental se encruzam com as questões relativas a construção do feminino. A escolha deste recorte temporal tem como justificativa o fato de que nesse período foram criadas políticas de assistência psiquiátrica por parte da previdência que privilegiavam serviços de cunho privado o que de certa forma fortaleceu a “indústria da loucura”. Havia uma dicotômica entre a psiquiátrica pública (grandes hospitais) e a psiquiatria ofertada pela previdência, expressadas nas casas de saúde e nas clínicas particulares sendo elas credenciadas pelo INPS. No que diz respeito ao contexto Piauiense, este fenômeno pode ser observado com a fundação do sanatório Meduna na cidade de Teresina, ainda nos primeiros anos da década de 1950. Nosso trabalho será dividido em três etapas ocorreram de forma paralela e terão objetivos complementares. A primeira delas será dedicada ao mapeamento dos prontuários produzidos no recorte temporal desta pesquisa. Para atingir este objetivo recorreremos aos livros de entrada e de saída de pacientes para verificarmos aqueles que se encaixarem no recorte temporal da nossa pesquisa. Na sequência procederemos à digitalização do material. Por fim, o material digitalizado será catalogado e será criado um banco de dados com as informações contidas nas fontes. Serão utilizados como critérios para a produção de dados as seguintes informações: 1) Gênero, raça, idade, estado civil, classe social, atividade profissional e origem geográfica dos pacientes; 2) Tempo de internação, diagnósticos, índice de mortalidade e a *causa mortis* dos internos; 3) autoria dos prontuários analisados: nome e função. Este trabalho é de grande valor institucional pelo fato de ter-se uma ausência de produções acadêmicas no estado do Piauí sobre o tema que está sendo proposto, além disso ele nos possibilita enxergar indivíduos que de outras formas não poderiam ser observados com tal riqueza de informações.

Palavras-chave: Gênero. Colônia. Loucura. Prontuários. Assistência Psiquiátrica.

A concepção da loucura e gênero no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu:

diagnósticos, tratamentos e perfis sociais (1956-1961)

*Tália Silva do Carmo (Graduanda em História – UESPI)
Universidade Estadual do Piauí
Liapotter201@gmail.com
Professor orientador
Me. Felipe da Cunha Lopes*

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo principal mapear os dados referentes ao processo de construção de diagnósticos e tratamentos oferecidos aos indivíduos internados no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu na cidade de Teresina entre os anos de 1956 e 1961 e a forma como estas questões se relacionavam com as diferenças de gênero. Pretendemos observar, através da análise dos prontuários médicos, como a produção de regras narrativas, as concepções de loucura, as formas de tratamento que dão contornos às doenças mentais e os diferentes modelos de saúde mental se entrecruzam com as questões relativas à construção do gênero feminino. Optamos por este recorte temporal devido ao fato de que ao longo deste período, a assistência psiquiátrica pública do Brasil esteve em franca expansão e foi alvo de grande investimento. É nesse período que o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), criado em 1941, conseguiu efetivar uma política de assistência que de fato desse capilaridade às ações do governo em todo território nacional. Nosso trabalho será dividido em três etapas que ocorrerão de forma paralela e terão objetivos complementares. A primeira delas será dedicada ao mapeamento dos prontuários produzidos no recorte temporal desta pesquisa. Para atingir este objetivo, recorreremos aos livros de entrada e saída de pacientes para verificarmos aqueles que se encaixam no recorte temporal do nosso estudo. Na sequência, procederemos à digitalização do material. Por fim, o material digitalizado será catalogado e será criado um banco de dados com as informações contidas nas fontes. Serão utilizados como critérios para a produção de dados as seguintes informações: 1) Gênero, raça, idade, estado civil, classe social, atividade profissional e origem geográfica dos pacientes; 2) Tempo de internação, diagnósticos, índice de mortalidade e causa mortis dos internos; 3) Autoria dos prontuários analisados: nome e função. Este trabalho é de grande valor institucional, pelo fato de ter-se uma ausência de produções acadêmicas no estado do Piauí sobre o tema que está sendo proposto. Além disso, ele nos possibilita enxergar indivíduos que, de outras formas, não poderiam ser observados com tal riqueza de informações.

Palavras-chave: História da psiquiatria. Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu. Diagnósticos. Tratamentos. Gênero.

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho e níveis de escolarização como condições para a não maternidade na cidade de Teresina (1995 - 2018)

*Thayná Guedes Assunção Martins (graduanda em História-UESPI)
Profa. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)*

Resumo: A pesquisa qualitativa nas ciências humanas torna-se relevante por estar relacionada com diferentes interesses, tradições e valores que não podem ser quantificados por dados numéricos, constituindo num dos principais fatores de enriquecimento de estudos referentes ao homem. A maternidade como condição específica de mulheres que se tornam mães, tem vivenciado mudanças significativas no período de 1995 a 2018. Isso ocorreu tanto relacionado a fatores socioculturais, em que se destacam as transformações na condição das mulheres através do fortalecimento do movimento feminista e de outros movimentos sociais de defesa dos direitos e da autonomia feminina, como sindicatos, associações de bairros e filantropia, bem como as diferentes conquistas das mulheres em relação ao mercado de trabalho, aos níveis de escolarização, ou seja, as realizações do universo feminino num contexto marcado pela existência das desigualdades de gênero. Desse modo, esta pesquisa construída a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual do Piauí tem por objetivo apresentar os principais aspectos sobre a não maternidade estando ligada a inserção da mulher na Educação Superior tanto a nível de graduação quanto pós-graduação como forma de resistência feminina numa sociedade ainda relativamente dominada por uma visão masculina, onde as mesmas buscam independência e um maior grau de instrução e conseqüentemente sua conscientização em relação aos seus direitos. Nisso, a pesquisa no portal do MEC forneceu informações sobre a presença das mulheres como crescente em todos os níveis de ensino no Brasil. Elas se consolidam como maioria na graduação e detêm o maior número de bolsas de mestrado e doutorado, segundo o estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira. (PORTAL-MEC, 2005). Essa pesquisa demonstra a evolução da participação das mulheres na educação brasileira nos níveis mais elevados de escolarização: Mestrados e Doutorados. Para tanto foram utilizadas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e do próprio Portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), além das bibliografias de Andrade (2016), Vasquez (2017), Vasquez (2003), Moura (2004) e Bittencourt (2014). Como conclusão parcial, foi observado principalmente que algumas mulheres estão deixando de lado o ideário de maternidade como fator necessário para a sua realização pessoal motivada principalmente por uma maior instrução de nível superior e interesse em serem inseridas no mercado de trabalho, uma conseqüência da maior participação na Educação Superior, constituindo ainda uma forma de resistência feminina, com as mulheres gradativamente deixando de serem encaradas como submissas e passando a exigir mais direitos.

Palavras Chave: História. Mulheres. Trabalho. Escolarização. Não maternidade.



SESSÃO DE PÔSTERES

Entre ensaios e reflexões:

História, Literatura, Sociedade e Memória na obra de Manoel Paulo Nunes

Ana Paula Soares de Sousa (Graduanda em História- UESPI)
Prof. Dr Pedro Pio Fonteneles Filho (UESPI)

Resumo: A literatura traz consigo discursos e análises que nem sempre a história é capaz de reconhecer, trazendo possibilidades sobre determinados temas através das suas narrativas. O presente trabalho traz algumas reflexões acerca da temática história e literatura, trazendo também algumas análises e discussões sobre história, memória e narrativa. Tem como principal objetivo compreender as aproximações e distanciamentos entre narrativas históricas e ficcionais na obra de Manoel Paulo Nunes (1996-2015), com destaque para a coleção “Modernismo e Vanguarda”. Buscando dessa forma problematizar a cerca das possibilidades de releitura da historiografia.

Palavras-chave: História. Historiografia Literatura. Memória. Narrativa.

Espaço Geográfico do Piauí: exposição cultural com alunos do Ensino Médio

Andressa Moraes Gonçalves de Miranda (ESM)

Carolina Fernanda Azevedo Costa (ESM)

Ana Beatriz de Sousa Miranda (ESM)

Marcos Francisco de Sousa Segundo (ESM)

Thiago Sávio Martins (ESM)

Prof. Esp. Eric de Melo Lima (PPGGEO/UFPI)

Resumo: O Estado do Piauí, localizado na região Nordeste do Brasil, possui diversas paisagens naturais, que encantam e atraem turistas de todo o mundo, e excelentes indicadores na educação básica. Apesar disso, o Piauí é geralmente apresentado pela mídia para a sociedade brasileira como um estado pequeno, pobre e sem perspectivas de crescimento, o que não condiz com a realidade. Assim, torna-se importante o desenvolvimento de atividades e eventos que exponham o Estado do Piauí como ele realmente é, principalmente no ambiente escolar, onde o conhecimento regional foi suprimido devido as adequações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dessa forma, é objetivo do presente trabalho resgatar os valores culturais, discutir as características naturais e indicar as potencialidades econômicas do Piauí. Como metodologia para realizar a Exposição do Espaço Geográfico do Piauí, levantou-se as principais características e informações do estado disponíveis na literatura, na internet e no mercado velho de Teresina, selecionando os dados mais importantes e representando-os em forma de ambientação, maquetes, fotografias, produção alimentar e explicação oral. Em todas as etapas da preparação do evento, como no levantamento sobre as características do estado, na visita ao mercado e na ambientação da exposição, foi notório o comprometimento e interação dos alunos com o projeto e o tema. As descobertas sobre a cultura e as potencialidades econômicas geraram longas discussões, que permitiram a seleção do conteúdo da exposição. Como saldo, a exposição abordou os seguintes temas: 1) Potencial hídrico e aspectos geológicos; 2) Potencial petrolífero e mineral; 3) Potencial agrícola e extrativista; 4) Energias renováveis; 5) História, cultura e sociedade; 6) Culinária regional; e 7) Turismo. A exposição foi realizada no Educandário Santa Maria, situado no centro da cidade de Teresina (PI), e teve como público alvo alunos dos ensinos Fundamental I e II, como também alunos do Ensino Médio. Durante a exposição, os alunos eram conduzidos até os expositores e apreciavam as explicações sobre os potenciais econômicos do estado, como também tiveram a oportunidade de conhecer e degustar comidas típicas e ainda apreciar as imagens e maquetes produzidas. Considera-se importante eventos como a Exposição do Espaço Geográfico do Piauí, uma vez que os alunos ouvintes mostraram grande interesse sobre a temática central e os subtemas, o que ficou perceptível pelos inúmeros questionamentos realizados. O evento apresentou vários dados e informações sobre o Estado do Piauí que são pouco conhecidos e compartilhados, tornando-se uma excelente estratégia de aprendizado, bem como de valorização da história e cultura piauiense.

Palavras-chave: Piauí. Espaço Geográfico. História. Cultura. Potencialidades.

A precarização do trabalho nas empresas de telemarketing em Teresina-PI de 2013 a 2017

*Any Elle Varanda Spíndola (Graduada em História - UESPI)
Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha (UESPI)*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender os principais aspectos sobre as relações sociais e da precarização do trabalho nas empresas de telemarketing na cidade de Teresina de 2013 até 2017, a partir da tentativa de verificar o processo de expansão e instalação das mesmas considerando como uma perspectiva global; Analisar as relações de poder entre trabalhadores e com estes e seus patrões, considerando as relações de gênero na divisão do trabalho e o funcionamento destas empresas no seu contexto estrutural; e identificar as leis e regulamentos dessas organizações em relação a essas novas condições de trabalho e como atuam na busca de melhorias em relação ao cotidiano dos funcionários e sua saúde. As instalações dessas empresas numa determinada comunidade têm possibilitado um impacto na vida socioeconômica dos seus habitantes, especialmente de jovens atraídos pela relativa facilidade de adquirir seu primeiro emprego após concluir o ensino médio, bem como de pessoas graduadas e pós-graduados, que não conseguiram emprego na sua área de formação, e ainda, aqueles que moram em cidades vizinhas e que vem para a capital com o intuito de ter uma vida “melhor”. Contudo, vale ressaltar que tais empresas por prestarem serviços e serem terceirizadas priorizam a eficiência e a lucratividade, elementos propostos pelo modelo de economia capitalista do século XXI numa perspectiva global, a uma sociedade em constante transformação e adaptação. Uma empresa nessas condições tem permitido também uma exploração de seus trabalhadores em torno de metas a alcançar e funções a exercer, causando um desgaste físico e emocional e culminando em uma condição de trabalho precarizado. Nisso, artigo este foi construído a partir de um projeto de pesquisa durante a disciplina de Metodologia de Pesquisa em História. Para tanto partimos de pesquisas bibliográficas dos trabalhos de Antunes (2010), Arendt (2016), Thompson (1998), Nogueira(2011), além da análise de dados quantiqualitativos obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), de leis, decretos relacionados a benefícios fiscais fornecidos a essas empresas e entrevistas com operadores de telemarketing. Como conclusão parcial pode ser percebido que uma empresa de telemarketing seja na cidade de Teresina ou em qualquer outra do Brasil ao ser instalada proporciona mudanças na sua realidade tanto do ponto de vista econômico quanto do social, pois muitas pessoas a observam como uma fonte de emprego sem esquecer que para serem implantadas necessitam de certas facilidades governamentais e devido a sua natureza capitalista impõe uma forma de comportamento na maioria das vezes prejudicial ao seus funcionários.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Telemarketing. Terceirização. Teresina.

A História entre o concreto e o líquido:

História, Narrativas e Memória do rompimento da Barragem de Algodões – PI

Arielly de Moura Nascimento – UESPI/CCM
ariellym.n@gmail.com

Pedro Pio Fontineles Filho – UESPI/CCM
ppio26@hotmail.com

Resumo: O presente estudo tem o objetivo de compreender as narrativas históricas, jornalísticas e ficcionais acerca do processo de rompimento da Barragem de Algodões – PI; analisando os diferentes discursos sobre o rompimento e seus desdobramentos, além de discutir as aproximações entre narrativa histórica e narrativa ficcional; refletindo sobre os acontecimentos políticos e econômicos ligados à construção e ao rompimento da barragem. E analisar a história da barragem como instrumento de discursos sobre a cidade, em seus aspectos de modernização e modernidade. Metodologicamente o estudo recorreu a leituras teórico-metodológicas que contemplam algumas linhas de discussão: A primeira está relacionada às abordagens da História e Cidade, recorrendo a autores como Raquel Rolnik (1995), Lobato Corrêa (1995) e José D'Assunção Barros (2007). Outra linha de discussão, para pensar sobre as memórias da tragédia, está ligada aos debates sobre História e Memória, recorrendo aos ensinamentos de Jacques Le Goff (2012), Paul Ricoeur (2012; 2010), Maurice Halbwachs (2006), Marc Bloch (2001). Os resultados esperados do trabalho é que possam trazer novas reflexões para o universo da oficina da História, no que se refere às discussões e debates entre História, Literatura e Cidade, sobretudo para os estudos da história dos municípios afetados pela barragem e seu respectivo rompimento. Nesse sentido, os resultados almejados incidem sobre a possibilidade de ampliação do fazer historiográfico e cultural acerca das cidades piauiense, mais especificamente daquelas em que a barragem alcançou.

Palavras-chave: História. Narrativa. Cidade. Modernização.

Outras páginas do caminho:

História, literatura e memória na obra de Francisco de Assis Iglésias

David Gonçalves Santos (UESPI - CCM)
Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho (UESPI - CCM)

Resumo: A escrita é, em larga medida, a expressão de pensamentos e memórias. Ela, assim como produto humano, é marcada pelas veleidades do tempo e do espaço. Dessa maneira, ela é representação da sociedade, de uma cultura e dos enlaces políticos e econômicos. Ela não é apenas representação de um tempo, como uma ferramenta que, também, (re) cria representações do mundo, do real e da verdade. Nesse sentido, história e narrativas ficcionais se aproximam por, de certa forma, lançarem olhares sobre a existência das coisas, do mundo e dos homens. É sobre essas possibilidades de representação e de (re) criação que o presente estudo tem o objetivo principal de compreender a história, a memória e as representações de cidades piauienses, na obra *Caatinga e Chapadões*(1951), de Francisco de Assis Iglésias. Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida mediante o levantamento, catalogação e arquivamento dos livros produzidos pelo escritor, mas com destaque de análise da obra, ora citada, que trata especificamente de cidades e paisagens piauienses. Para o desenvolvimento satisfatório da pesquisa, serão feitas leituras teórico-metodológicas que contemplam os estudos de Robert Darnton (2016), Maurice Blanchot (2011), Geogry Lucaks (2011) e Roger Chartier (2009, 2007), para os debates sobre História e narrativas ficcionais-literárias. No tocante às discussões sobre História e Cidade, serão tomadas as reflexões feitas por José D'Assunção Barros (2007), Ítalo Calvino (2003), Lobato Corrêa (2002), Simon Schama (1996) e Raymond Williams (1989). Para os debates sobre História, Memória e (auto) biografia, os estudos feitos por Jaques Le Goff (2014), Paul Ricoeur (2007), Pierre Nora (1993), Pierre Bourdieu (2006) e Giovani Levi (2006). Os resultados e discussões apontam que a obra revisita as memórias das cidades por onde o escritor passou, em especial as cidades de Parnaíba, Teresina e Santa Filomena. É possível, em caráter preliminar, dizer que as realidades construídas na narrativa da escrita de Iglésias dão indícios de uma paisagem que transita entre o urbano e o rural, não somente nas dimensões físicas e geográficas, mas dos limiares das práticas cotidianas e culturais dos sujeitos experimentadores e criadores dos espaços. O estudo considerou, em linhas gerais, que os escritos de Iglésias descrevem as paisagens naturais, urbanas e cotidianas, em tom de memória e de registro em forma romanceada. Esse encontro entre História, literatura e memória faz da obra de Iglésias uma fonte inesgotável para o estudo de diferentes cidades piauienses, com possibilidades de análises interdisciplinares, como a geografia, a economia e sociologia. Suas memórias, contadas por meio de narrativa literária, ampliam os horizontes historiográficos de pensar a história.

Palavras-chave: História. Literatura. Cidade. Memória. Representações.

“Tragédia na Comvap”:

denúncias e condições de trabalho dos “boias-frias” vítimas do acidente na Comvap (União, 1991).”

Gabriel Piauilino Gramosa (Graduando em História – UESPI)

Resumo: Na madrugada do dia 19 de junho de 1991, uma colisão frontal entre dois caminhões que transportavam trabalhadores rurais do corte canavieiro, conhecidos como boias-frias, causou a maior tragédia em acidente no trabalho do Piauí. O acidente ocorreu em uma estrada vicinal em um dos canaviais pertencentes a empresa Comvap, localizada na zona rural entre Teresina e o município de União. As primeiras notícias que anunciavam a tragédia no dia seguinte davam informações iniciais de 7 mortes e 43 vítimas feridas, sendo que até o final do dia haviam sido relatados 15 mortos e 50 feridos. No entanto, algumas testemunhas afirmavam não ter a possibilidade de identificar a quantidade de mortos, pois o local do acidente haveria sido modificado pela empresa responsável. O presente estudo pretende analisar como as condições de trabalho na qual os trabalhadores rurais, os boias-frias da Comvap, eram submetidos configuram-se como um dos impulsionamentos para ocorrência do acidente e de que maneira às vítimas utilizaram-se da repercussão da tragédia para denunciar as más condições, tomando o fato como uma causa para a revelação das denúncias contra a Comvap. Assim, constatou-se um aumento significativo de processos judiciais e denúncias após o acidente, visto que “os acidentes de trabalho são o resultado de um longo processo de exploração e de precárias condições de trabalho” (SILVA, 2015). A presente pesquisa será desenvolvida por meio de um levantamento documental na coleta de dados referentes aos trabalhadores rurais locais. Através desse levantamento de dados relacionado às condições de trabalho que as vítimas eram submetidas foi extraído dados quantitativos como número de mortos e feridos. Também se realizou uma pesquisa documental qualitativa, analisando principalmente às condições dos trabalhadores vítimas do acidente, e como eles reagiram à tragédia com denúncias e ações trabalhistas contra a empresa. Até o presente momento foi realizada uma pesquisa de campo com a execução de uma entrevista ao ex-motorista da empresa que chegou no local no momento da tragédia. A realização da entrevista caracteriza-se como uma contribuição da História Oral para o estudo do depoimento de trabalhadores. A pesquisa será fundamentada por meio de estudos sobre o assunto que abordam sobre os trabalhadores rurais e seus desdobramentos na atividade canavieira. Entre os principais estudos teóricos pode-se destacar o trabalho realizado por Maria Aparecida de Moraes Silva: *Errantes do fim do século* (1999), possibilitando a compreensão do processo de surgimentos dos *boias-frias*, complementando às ideias do trabalho de Marilda Aparecida de Menezes: *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes* (2002). A revisão teórica documental fundamenta-se na análise do “*Dossiê Comvap: uma história de suor e sangue*” criado e desenvolvido pela CEPAC-PI, com apoio e colaboração da CUT, FETAG-PI e dos movimentos sindicais trabalhistas.

Palavras-chave: História. Trabalho Rural. Trabalhadores. Boias-frias. Acidente no trabalho.

Clio (Re) Desenhada: Ensino de História nos quadrinhos do “Zé Carioca”

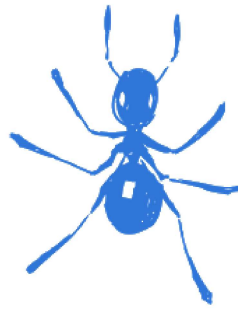
Kleyton de Sousa Araújo – UESPI/CCM
kleyttionsousaa@gmail.com

Pedro Pio Fontineles Filho – UESPI/CCM
ppio26@hotmail.com

Resumo: o presente estudo tem o objetivo principal de compreender os usos das histórias em quadrinhos no ensino de História e da Cultura brasileira, a partir da revista em quadrinhos do “Zé Carioca”. Objetiva, também, analisar o contexto histórico-social da criação do personagem, em pleno período da Segunda Guerra Mundial; além de discutir a construção de traços da identidade nacional, sob a ótica norte-americana. Metodologicamente, o estudo recorreu à leitura analítico-interpretativa da coletânea de quatro volumes do chamado “anos de ouro do Zé Carioca”, que compreendem os anos de 1961 e 1962. É a partir de 1961 que o personagem ganha seu próprio título, o que marca o início da produção brasileira de histórias em quadrinhos Disney. Os quatro volumes, que compõem a coletânea, trazem os números que vão do 479 ao 581. Como arcabouço teórico-metodológico, o estudo recorreu às discussões feitas por Nadilson Silva (2002), Flávio Calazans (1997), Sonya Luyten (1985) e Jacques Marny (1970), acerca dos debates sobre os quadrinhos; além das propostas de Ângela Rama (2007) para os usos dos quadrinhos na sala de aula; assim como Stuart Hall (2006) e Zygmunt Bauman (2005), para refletir sobre identidades e sociedade. Os resultados preliminares do estudo demonstraram que o “Zé Carioca” está imerso nas políticas nacionais e internacionais, cujas origens do personagem estão intimamente ligadas às ações norte-americanas na busca diplomática de aliados na América do Sul; bem como na constituição de imagens e estereótipos da identidade brasileira. O estudo considerou, em linhas gerais, que as histórias em quadrinhos são importantes fontes de pesquisa, sobretudo no tocante à história das artes e suas vinculações com a realidade na qual se insere e (re) cria. Os quadrinhos, em especial do “Zé Carioca”, constituem-se como ferramentas indispensáveis para o ensino de história do povo e da cultura brasileiros.

Palavras-chave: História. Narrativa. Cidade. Modernização. Narrativa.

ORGANIZAÇÃO



NEHST

APOIO



Vozes, Pretérito & Devir: Revista de
História da UESPI

